

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MURILO CALMON DA CRUZ**

**AS MORTES DE UM REI:**

**OS FUNERAIS DE PEDRO II DE PORTUGAL**

**Niterói, RJ**

**2024**

MURILO CALMON DA CRUZ

AS MORTES DE UM REI  
OS FUNERAIS DE PEDRO II DE PORTUGAL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal Fluminense,  
como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro

Niterói-RJ

2024

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C955m Cruz, Murilo Calmon da  
AS MORTES DE UM REI: : OS FUNERAIS DE PEDRO II DE PORTUGAL /  
Murilo Calmon da Cruz. - 2024.  
166 f.: il.

Orientador: Rodrigo Bentes Monteiro.  
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de História, Niterói, 2024.

1. História moderna. 2. Império português. 3.  
Representação. 4. Cultura escrita. 5. Produção  
intelectual. I. Monteiro, Rodrigo Bentes, orientador. II.  
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III.  
Título.

CDD - XXX

MURILO CALMON DA CRUZ

AS MORTES DE UM REI

OS FUNERAIS DE PEDRO II DE PORTUGAL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal Fluminense,  
como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro (UFF)**

**Orientador**

---

**Prof. Dr. David Martín Marcos**

**(Universidad Nacional de Educación a Distancia, Espanha)**

---

**Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval / PPGH-UFF)**

## **Agradecimentos**

A escrita desta dissertação foi um processo demorado, entremeado de muitos compromissos e responsabilidades, que não teria sido concluída sem o apoio de diversas pessoas que se fizeram presentes ao longo deste desafio. Por isso, expresso esses agradecimentos de coração.

Em primeiro lugar agradeço à minha mãe, Fernanda Calmon, que, com seu exemplo de vida e enorme coração, é minha maior incentivadora, me apoiando em momentos importantes e cobrando quando necessário. Ao meu pai, Fernando, pela importância em minha vida. Ao meu tio Carlos Eduardo, por ser um grande exemplo e inspiração na vida acadêmica, seu olhar crítico é sempre muito importante. Às minhas avós, Talita e Albina, que com seu amor sempre foram grandes referências em minha vida. Agradeço aos meus amigos, que ao longo da trajetória são o meu farol, sem vocês a vida não teria o mesmo brilho e este trabalho não seria possível. Agradeço especialmente a Clara Carvalho Souza, minha parceira nesta jornada pela UFF há tantos anos, e quem sempre me socorreu nos momentos decisivos. Também agradeço aos amigos que fiz ao longo desses anos de mestrado, presentes do PPGH, Ana Cristina Rodrigues, Elizabeth Vieira, Laura dos Santos, Lucas Ferreira, Lucas Mendonça, Marcele de Jesus, Maria Clara Carvalho, Pedro Affonso Oliveira, Pedro Henrique Lima e Shelida Alves. Também agradeço aos companheiros Thiago Risso e Marcos Paulo por todo apoio e parceria nesses anos.

Agradeço ao meu orientador, Rodrigo Bentes Monteiro, que sempre deu pleno sentido a esse encargo, conduzindo com ternura e apontando direções; muito obrigado por me guiar durante esse caminho. Aos professores David Martín Marcos e Marcello Loureiro, pela generosidade na riqueza de apontamentos na qualificação, bem como por aceitarem compor a banca examinadora. Aos professores Georgina Silva dos Santos, Guilherme Pereira das Neves, Jacqueline Hermann e Maria Fernanda Bicalho, pelas disciplinas inspiradoras que pude cursar ao longo deste mestrado, certamente determinantes para a conclusão deste trabalho. Às funcionárias da Fundação Biblioteca Nacional, por todo o suporte prontamente prestado nas diversas visitas feitas a essa instituição, que possibilitaram a realização desta pesquisa.

A Lukas Cruz, que ao longo destes anos deu um novo brilho a minha vida, seu papel na conclusão desta dissertação é enorme. Meu muito obrigado por tudo!

## **Resumo**

Esta dissertação investiga a dinâmica de representação do império português na época moderna, analisando os relatos impressos das exéquias de Pedro II de Portugal (1683-1706). O objetivo é compreender como as três formas de comunicação da época – escrita, icônico-visual e oral – foram utilizadas para divulgar os rituais fúnebres e atender aos interesses de diferentes agentes. A pesquisa explora como a memória do rei funcionou como uma oportunidade para a monarquia portuguesa se fazer representar a seus vassalos e pares estrangeiros, ao mesmo tempo em que permitia aos vassalos se apresentarem ao novo monarca, revelando as complexas interações entre comunicação e representação na manutenção da coesão imperial.

Palavras-chave: império português, representação, cultura escrita.

## **Abstract**

This dissertation investigates the dynamics of representation in the Portuguese Empire during the Early Modern Era, analyzing the printed accounts of the funeral rites of Pedro II of Portugal (1683-1706). The aim is to comprehend how the three forms of communication of the time – written, iconic-visual, and oral – were employed to convey the funeral rituals and address the interests of various actors. The research explores how the memory of the king served as an opportunity for the Portuguese monarchy to represent itself to its vassals and foreign peers, while also allowing the vassals to introduce themselves to the new monarch, revealing the complex interactions between communication and representation in maintaining imperial cohesion.

Keywords: Portuguese Empire, representation, written culture.

## **Sumário**

### **Lista de imagens**

### **Introdução**

### **Capítulo 1 - A morte por escrito**

Funerais reais de Pedro II

A morte em Lisboa

A morte no exterior: o funeral romano

A morte em perspectiva colonial: o funeral de Salvador

### **Capítulo 2 - A morte como imagem**

A morte como propaganda: o funeral de Roma

A morte como autorrepresentação: o funeral baiano

### **Capítulo 3 - A morte no púlpito**

A voz ecoa no Teatro do Mundo

Na catedral da Bahia

### **Considerações finais**

### **Fontes**

### **Bibliografia**

## Lista de imagens

- Figura 1: Domenico Franceschini e Giovanni Girolamo Frezza. Facies externa Templi S. Antony Nationis Lusitanice (59,5cm x 41,8cm).....p.74
- Figura 2: Niccolo Oddi. Facies interior Templi Arc maiori opposita Picturis exornata (44,4cm x 33,4cm).....p.77
- Figura 3: Giovanni Girolamo Frezza. Eiusdem Faciei interioris pars Superior (37cm x 30cm).....p.80
- Figura 4: Domenico Franceschini, Niccolo Oddi. Latus templi Lugubri apparatu exornatum (42,9cm x 35,2cm).....p.81
- Figura 5: Giovanni Girolamo Frezza. Ornatus maioris arcus in parte Templi dextera (36,7cm x 30cm).....p.85
- Figura 6: Giovanni Girolamo Frezza. Ornatus arcus Arc maiori impositi (37cm x 30cm). .....p.86
- Figura 7: Giovanni Girolamo Frezza. Ornatus maioris arcus in parte Sinistra Templi (37,8cm x 30cm).....p.88
- Figura 8: Domenico Franceschini, Niccolo Oddi. Castrum Doloris erectum Roma in Templo (56,6cm x 31,4cm).....p.89
- Figura 9: Giovanni Girolamo Frezza. Sanctissimo ad AEgrum Viatico cum Turba pie deducto (44,5cm x 28cm). –unida à figura 10.....p.91
- Figura 10: Singulis anni sabbathis templo Dei Matris inuisendo addictis (44,5cm x 28cm). –unida à figura 9.....p.91
- Figura 11: Giovanni Girolamo Frezza. Vilissimis mancipys Fidei doctrina imbutis (43,3cm x 27,8cm). –unida à figura 12.....p.93
- Figura 12: Voluntarie susceptis corporis asflictationibus (43,3cm x 27,8cm). –unida à figura 11.....p.93



## **Introdução**

Desde a virada do milênio está em curso uma grande revolução nos modos de comunicação. A ascensão das mídias sociais tornou o mundo perceptivelmente menor, aproximando notícias e imagens instantaneamente. A rapidez com que tudo foi alterado é acompanhada pela dependência cada vez maior da internet, celulares e computadores. Esse processo foi potencializado pela pandemia de COVID-19, impondo a grande parte da população o modo “remoto”. As sequelas da pandemia ainda pairam sobre nós, pela maneira quase automática com que lidamos com a comunicação no cotidiano.

A onipresença das telas acaba por apagar ou ao menos esconder outras maneiras de transmitir informações –várias dessas já em completo desuso. Porém, o que pode parecer uma solução revolucionária por vezes é a limitação do próprio ato comunicativo. A celeridade com que as notícias correm a partir das mais variadas fontes abriu espaço para uma escalada dos relatos falsos de todas as formas. A situação tornou-se tão problemática que a própria percepção da realidade está em disputa em diversos campos do debate social e político. O que está em jogo não é somente o discurso a respeito de algum fato, mas a capacidade de conformar o fato em si através do discurso, invertendo a lógica de percepção do próprio presente. Como resultado, parece o pragmatismo e prevalece o discurso com maior adesão ou apelo.

A partir desta breve análise do cenário atual, esta pesquisa propõe uma abordagem dos meios de representação e os agentes envolvidos no processo, com atenção ao contexto, intenções e horizonte de expectativas sobre eventuais leitores. O período moderno é propício a esse tipo de investigação, uma vez que nele se configura um cenário inverso ao atual, com informações transmitidas por meios lentos e em grandes distâncias, mas conformando realidades e reproduzindo imagens com o mesmo

peso, tendo em vista a impossibilidade de se ver com os olhos e escutar com os ouvidos os fatos narrados.

Com isso propõe-se olhar para o passado e indagar sobre a importância das representações e discursos para a política e forma de algumas sociedades. Reconhece-se o papel da economia, das relações de dominação e resistência, da geografia, entre muitas outras lentes que permitem enxergar as relações sociais. Porém, o relevo das formas de comunicação, representações e discursos ainda não está bem delimitado nos dias atuais. Em resumo, a pergunta aqui em tela relaciona o momento da morte de uma principal figura política da chamada época moderna, o rei, aos modos de se representar e comunicar a morte deste em certos domínios e espaços de influência. A realização de cerimônias públicas e as posteriores divulgações impressas permitem enxergar uma complexa rede de interesses locais ou mais abrangentes.

Para a história de Portugal, o tema da morte dos reis tem grande importância para se compreenderem as estruturas políticas e culturais desse país. O caso antológico da morte do rei Sebastião em 1578 gerou enormes consequências para o reino e até hoje é fonte de um debate historiográfico, que mobiliza mitos políticos em Portugal e até no Brasil<sup>1</sup>. O trauma da perda do jovem rei pairava sobre a realeza lusa mesmo após a Restauração conduzida pela dinastia de Bragança, que seguia em busca de garantir a sua legitimidade.

A escolha do rei Pedro II de Portugal se dá pela avaliação de que este monarca é ainda pouco contemplado nos estudos históricos, talvez por ser considerado uma

---

<sup>1</sup> Recentemente o historiador André Belo publicou um livro no qual revisita documentos a respeito da morte do jovem rei, buscando as origens dos mitos que se sucederam ao evento, bem como as razões que levaram ao que ficou conhecido como sebastianismo. Com um título de livro sugestivo, o historiador percorre os caminhos da complexa narrativa política que embasa o mito da sobrevivência do rei e os contextos em que esse foi adotado por agentes políticos diversos. BELO, André. **Morte e ficção do rei dom Sebastião**. São Paulo: Tinta da China, 2023.

transição entre a época da Restauração portuguesa –que resultou no reinado de seu pai João IV e durou até o conturbado reinado de seu irmão Afonso VI– e o tempo de seu filho João V, conhecido pela suntuosidade da corte. A ideia de transição fica reforçada por seu reinado abranger a virada do século XVII para o XVIII. Enfim, os momentos de homenagem à morte de Pedro II são também os iniciais do reinado de João V, uma oportunidade para se compreender o cenário político de uma nova fase da dinastia régia bragantina.

O estudo das práticas de representação no mundo ibérico é relevante para se analisar a cultura política durante a época moderna<sup>2</sup>. Esta dissertação se insere nessa tradição historiográfica, analisando de maneira comparada funerais do rei português Pedro II, realizados em seguida à sua morte em 1706 em três localidades distintas: Lisboa, Roma e Cidade da Bahia (atual Salvador). As fontes que embasam este estudo são as narrativas impressas para registro e divulgação desses rituais, disponibilizadas, por exemplo, mediante exemplares físicos hoje na coleção Barbosa Machado, da Fundação Biblioteca Nacional, examinados de modo complementar às cópias digitais.

Esta pesquisa é fruto do interesse em compreender algumas conexões entre as representações do poder no império português. Em territórios dispersos pelo globo, é importante investigar as forças aglutinadoras que mantinham essa massa com um

---

<sup>2</sup> O conceito de cultura política tornou-se caro aos estudos históricos da época moderna, pois abarca uma série de categorias interpretativas a respeito das sociedades deste tempo, talvez pela difícil precisão do seu significado e múltiplas aplicações. Oriundo da ciência política, o conceito foi apropriado pela história ao longo do século XX, a princípio com pesquisas centradas no papel do Estado como instituição propícia à formulação de práticas e discursos. Com o avançar dos estudos a respeito da cultura popular e movimentos dissonantes do Antigo Regime, o termo passou a conceituar também práticas, discursos e ações de grupos não necessariamente inseridos no circuito central do poder. Com isso, pode-se dizer que o termo dá conta de diversos movimentos não restritos à esfera política, ampliando sua dimensão para um espaço de disputa. MIRANDA, Marcella; MEGIANI, Ana Paula. Culturas políticas na época moderna: um ensaio historiográfico e conceitual. In: MEGIANI, Ana Paula; MIRANDA, Marcella. **Cultura política e artes de governar na Época Moderna. Séculos XVI-XVIII**. Porto: Editora Cravo, 2022, pp.13-42.

mínimo de coesão, prestando honras ao monarca e comunicando-se através de representações com o poder central.

A importância de pesquisas sobre a realeza está no cerne da virada historiográfica que a Escola do Annales promoveu na primeira metade do século XX. O historiador francês Marc Bloch, em seu clássico sobre as monarquias francesa e inglesa, estuda o fenômeno do toque das escrófulas, ocasião em que os reis, imbuídos de seu poder de cura, tocavam os gânglios linfáticos dos fiéis súditos inflamados pela tuberculose, e nesse ato os curariam<sup>3</sup>. Bloch não apenas coloca em questão a superstição dos povos e provável manipulação dos defensores daquelas realezas, mas realiza um sofisticado estudo a respeito da história política e social dessas monarquias através das supostas relações de cura entre reis e vassalos. Concede atenção também a todo um ciclo de ritos e crenças acerca da simbologia régia, incluindo os funerais, perscrutados na longa duração e de forma comparada entre França e Inglaterra. Este livro inaugura uma grande corrente que se propõe a estudar as monarquias não por devoção ou como crítica demeritória, mas reconhecendo a importância das dinâmicas rituais como um dos mais significativos fundamentos do passado monárquico.

O rei em tela neste trabalho não tem propriedades curativas, mas possui, por meio dos funerais, sua imagem em elevada dignidade na própria corte, em domínio distante ou no âmbito europeu internacional. A configuração de uma monarquia europeia soberana de um império ultramarino era uma realidade comum na época moderna. De diversas maneiras o monarca deveria fazer representar-se, por meio de indivíduos ou cerimônias, uma vez que não era possível estar presente em todos os espaços. O rei, portanto, a princípio restrito ao mundo da corte, faz sua imagem romper

---

<sup>3</sup> BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder régio particularmente na França e na Inglaterra**. Tradução de Marcelo Santiago Berriel. Petrópolis: Vozes, 2020 [1924].

os limites áulicos mediante diversas representações. Seja por uma pessoa designada para tal função ou por um ritual público, o objetivo de aproximar a imagem do rei de seus vassallos era cumprido de várias maneiras.

O termo “representação” possui múltiplos sentidos na atualidade; para a língua portuguesa o dicionário Houaiss contabiliza 21 formas diferentes de aplicação da palavra, algumas associadas ao direito, teatro, política, entre outros<sup>4</sup>. Visitando uma lexicografia mais antiga no século XVIII, quando o padre Rafael Bluteau publicou seu dicionário, encontra-se a palavra associada ao teatro e ao direito<sup>5</sup>. Em outras línguas, porém, o termo poderia adquirir uma versão mais concreta. No francês do século XIV, *représentation* poderia ser a efígie de cera utilizada no funeral real, e séculos depois passaria a nomear também o caixão simbólico do mesmo tipo de cerimônia<sup>6</sup>. Para a língua espanhola o dicionário da Real Academia oferece um contorno mais concreto a uma noção abstrata para *representación*: um dos significados ligados ao verbete é o de imagem ou ideia que substitui a realidade, sendo um dos exemplos a efígie<sup>7</sup>. A recordação da polissemia da palavra desnaturaliza o sentido cotidiano sob o qual essa pode ser aplicada na atualidade. Contudo, é necessário compreender o termo além do seu léxico, mas também enquanto conceito historiográfico.

A “representação” não consiste simplesmente no que se explica em termos contemporâneos, ou mesmo em uma tradição passada. O conceito tem seu sentido revisitado por historiadores interessados em compreender a importância da cultura

---

<sup>4</sup> Representação. **Dicionário Houaiss**. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br> Acessado em 01/05/2024.

<sup>5</sup> SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. v. 2. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789, p.326.

<sup>6</sup> REY, Alain (org.). **Le Robert. Dictionnaire Historique de la Langue Française**. Paris: Le Robert, 2000, v.3, pp.3191-3192.

<sup>7</sup> Representación. **Diccionario de la lengua española**. Disponível em: <https://dle.rae.es> Acessado em 01/05/2024.

política na época moderna. Em um mundo onde o rei e a grande massa dos seus vassallos geralmente não tinham contato direto entre si, representar era uma ação de relevância estrutural. Roger Chartier esclarece que o termo tem dois sentidos principais, de certa forma contraditórios. No primeiro deles a representação faz ver algo ausente; porém, também pode significar –em um segundo sentido– a apresentação de uma presença. Além disso, a representação também poderia dizer respeito a alegorias figuradas em imagens<sup>8</sup>.

Na sociedade do Antigo Regime, ambas as definições funcionam em conjunto, de maneira paradoxal. Ao representar algo que estava ausente –neste caso o rei–, buscava-se fazer a presença real por meio da representação. O argumento pode não fazer sentido em um primeiro momento, mas como mostra João Adolfo Hansen para o âmbito ibero-americano, toda a concepção política da representação seria operada a partir de uma lógica católica<sup>9</sup>. Dessa forma, o “corpo místico” do império português tornava-se visível através dos rituais públicos, nos quais esta concepção teológico-política estava em cena. Hansen salienta a importância da mediação nessas cerimônias, especialmente entre o corpo sobrenatural da monarquia e sua expressão física. A ideia de mediação é um tema caro a esta pesquisa, todavia aqui apropriada de modo diferente de Hansen. Um dos objetivos da dissertação é compreender o papel da agência dos personagens envolvidos na realização, narrativa e circulação das informações a respeito das cerimônias públicas investigadas.

O historiador italiano Carlo Ginzburg, empenhado em averiguar as origens clássicas da representação moderna, recupera a dupla acepção de *representar* entre o

---

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, 1991, pp.184-185. CHARTIER, Roger. La representación regia: entre mostrar y mediar. In: BOUZA, Fernando. **Imagem y propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II**. Madrid: Akal, 1998, pp.5-11.

<sup>9</sup> HANSEN, João Adolfo. A categoria “representação” nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (orgs.) **Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa, v. II**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, pp.735-758.

ausente e o presente e retoma o período romano antigo, quando efígies eram usadas no funeral dos imperadores. Uma estátua de cera ou medalhão, com o rosto do monarca morto, faziam o papel de sua presença perene em meio aos patrícios e plebeus vivos<sup>10</sup>. A utilização de simulacros para substituir ou representar um ente falecido é algo comum em diversas sociedades e antiga matéria de estudos nas ciências humanas. Ginzburg deixa claro que a expressão desse fenômeno nas monarquias cristãs estava na profunda imbricação entre o poder régio e o milagre da transubstanciação do corpo de Cristo<sup>11</sup>. Desse modo a representação, enquanto figura da imagem do rei mediante outros meios, ia além de uma homenagem e constituía-se quase em uma matéria de fé para os súditos.

Diversos eram os instrumentos escolhidos para significar a presença do monarca falecido. Entre panos, catafalcos, efígies e túmulos, a monarquia permanecia visível aos vassallos. Esses recursos imagéticos embasavam, em geral, os momentos de sucessão dinástica, quando a fidelidade à dinastia reinante era posta à prova em vários âmbitos. Como se sabe, Ernst Kantorowicz investiga por meio de escritos e imagens as origens da ficção dos dois corpos do rei, tópico complexo que engloba a noção de que os monarcas seriam constituídos por um corpo físico que perece e por um corpo político/místico, que seria perene, teoria formulada de modo mais acabado pelos juristas da dinastia Tudor. Navegando através da teologia política do período medieval e

---

<sup>10</sup> Ver o ensaio intitulado “Representação: a palavra, a idéia, a coisa”, em GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1998], pp.85-103.

<sup>11</sup> Segundo o dogma católico, o sacramento da Eucaristia consiste na repetição eterna do milagre da transubstanciação, até o fim dos tempos. No momento em que o sacerdote consagra o pão e o vinho na missa, esta matéria alteraria a sua essência sem perder a forma, transformando-se no corpo e sangue de Cristo. Tal milagre é matéria de fé de extrema importância para a Igreja Católica, e mesmo que seja impossível compreendê-lo à luz do raciocínio humano, nele habita o coração do mundo católico. A importância de ter isso claro no desenvolvimento desta introdução justifica-se pelo intento em perceber o cosmos de algumas sociedades do Antigo Regime, católicas e afeitas a dogmas. A aproximação entre a figura do rei e a de Cristo não é uma novidade, mas se recorda aqui como essa premissa pautava alguns rituais públicos do poder régio, incluindo a própria morte.

inspirado no arcabouço conceitual de Carl Schmitt, o historiador destrincha a formação desse pensamento no âmbito europeu com vários estudos de caso, nos quais se enfatizam modelos de uma realeza “cristocêntrica”, “juricêntrica”, “antropocêntrica”, por exemplo, desde o século XI até o XVII<sup>12</sup>. Os desdobramentos dessa forma de se conceber a monarquia estariam no reconhecimento da permanência da dignidade régia no herdeiro, de modo a garantir a continuidade dinástica num período de consternação.

Seguindo o percurso historiográfico de seu orientador, o historiador norte-americano Ralph Giesey publica um estudo específico sobre a monarquia francesa<sup>13</sup>, que muito colaborou com o trabalho do mestre. Os trabalhos de ambos os historiadores chegam a algumas conclusões sobre a relação entre a dignidade régia e a finitude da vida humana nos períodos medieval e moderno, uma vez que há um certo paradoxo no corpo físico que sucumbia, mas em vida representava a corporificação de uma dignidade absoluta, prevalecendo através do tempo de uma monarquia. Enquanto o corpo feito por Deus, portanto mortal, se deteriorava, o corpo feito pelos homens, imortal nesta concepção, permanecia jurídica e/ou simbolicamente, o que era expresso através da ritualística funerária. A morte era, portanto, o momento de maior expressão da vitória da imortalidade régia.

Como contraponto aos caminhos seguidos pelos chamados neocerimonialistas, que têm Ralph Giesey como maior expoente, o historiador francês Alain Boureau faz uma análise a contrapelo da tessitura histórica dos funerais régios franceses<sup>14</sup>. Embora reconheça a importância da contribuição de Kantorowicz para os estudos das monarquias inglesa e francesa, especialmente no que diz respeito ao aspecto legal da

---

<sup>12</sup> KANTOROWICZ, Ernst. H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1957].

<sup>13</sup> GIESEY, Ralph E. **Le roi ne meurt jamais. Les obsèques royales dans la France de la Renaissance**. Traduction de Dominique Ebnöther. Paris: Flammarion, 1987 [1954].

<sup>14</sup> BOUREAU, Alain. **Le simple corps du roi. L'impossible sacralité des souverains français XVe-XVIIIe siècle**. Paris: Les Éditions de Paris, 1988.



teoria dos dois corpos, Boureau critica a análise de fontes muito seletivas feita pelo historiador germano-polonês. Observa também o seu encantamento pelo poder e o tema do Estado forte, desde o tempo em que Kantorowicz publicou sua biografia sobre o imperador Frederico II. Ademais, Boureau critica o uso desmesurado da teoria dos dois corpos do rei para qualquer contexto histórico e não nutre o mesmo olhar que as contribuições de Giesey sobre os rituais fúnebres da monarquia francesa<sup>15</sup>. Segundo o historiador francês, Giesey centra sua análise no rito por si só, sem considerar devidamente o contexto e o processo histórico que permeia a realização ritual. Para contrapor-se a essa perspectiva, Alain Boureau aborda os funerais, bem como a sacralidade régia, de maneira mais pragmática, com um rigor historiográfico que analisa os personagens envolvidos em cada situação, salientando os complexos contextos que conformam a realidade dos ritos.

A abordagem pragmática de Boureau tem especial valor para esta dissertação, uma vez que um dos objetivos é mostrar que cada comunidade realiza um rito e produz uma narrativa a partir de perspectivas locais, certamente imbricadas num cenário amplo do império português.

Outro tópico central para este trabalho é o estudo da morte como processo histórico, que se altera no tempo e é encarada de diferentes maneiras pelas sociedades humanas. Para compreender a morte enquanto objeto dos estudos históricos parte-se do texto clássico de Philippe Ariès<sup>16</sup>. Nesta obra, Ariès apresenta o conceito de morte domada, que seria a forma como a morte era tratada como parte integrante da vida

---

<sup>15</sup> A crítica ao modelo de Kantorowicz ocuparia as publicações de Alain Boureau a respeito da polémica. Em uma análise à trajetória do historiador judeu-alemão após a sua morte, Boureau apresenta uma biografia intelectual em que o biografado em questão tem suas contribuições sobrepostas às intercorrências de sua trajetória pessoal, ação que coroa as críticas de Boureau à obra do historiador-monumento. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Crítica monumental. In: **Tempo**. Rio de Janeiro, 2005, n° 19, pp. 201-205. BOUREAU, Alain. **Histoires d'un Historien Kantorowicz**, Paris: Gallimard, 1990.

<sup>16</sup> ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2014 [1977].

cotidiana, diferente da morte selvagem –modo contemporâneo de lidar com a morte, afastada da vida. A ideia de morte domada não é cristalizada no longo período entre a Idade Média e o século XX pelo historiador que, no entanto, a relaciona a um elemento comum, a preparação para o ato de morrer, em geral dentro do seio familiar.

Ao longo do grande recorte feito pelo historiador, de modo ensaístico e pouco criterioso na análise de fontes em série, chama atenção a forma como as sociedades cristãs do período moderno encaravam a morte súbita. Em geral esse evento era visto de péssima maneira, quase como um sinal de danação eterna, um rompimento com o modo considerado correto de morrer, que demandava uma grande preparação. Ao perceber que a hora final era próxima, o fiel cristão deveria recorrer a seu núcleo familiar para organizar-se até a partida. Como hoje, uma série de sacramentos e orações compunham um protocolo católico para o momento, o que demandava a presença do clero e a mobilização dos entes familiares. A garantia da salvação viria exatamente pela morte bem preparada, com tempo e recursos para uma purificação da alma e a despedida final.

A difusão desta maneira de lidar com a morte se dava pela propagação de um gênero de manuais da boa morte, conhecidos pelo nome de *Ars Moriendi*. A arte de morrer, gênero devocional criado ainda no período medieval, mas presente na Europa até o período moderno, continha instruções a serem seguidas para garantir uma boa morte.

Um tema tão basilar da existência humana como a morte pode ser abordado pela perspectiva das mentalidades, como propõe Ariès. Também há outras possibilidades, mais associadas ao campo da história social, utilizando fontes quantitativas e seriais, nas quais Michel Vovelle prevalece como parâmetro<sup>17</sup>. Para a historiografia portuguesa, o trabalho de Ana Cristina Araújo é uma referência nos estudos sobre a morte a partir de

---

<sup>17</sup> VOVELLE, Michel. La mort en Occident de 1300 à nos jours. Paris: Gallimard, 1983.

uma metodologia tributária da de Vovelle<sup>18</sup>. Ao tratar do tema a partir de fontes testamentárias e cartoriais do século XVIII ao terceiro decênio do XIX de maneira seriada, a historiadora abre horizontes de pesquisa que possibilitam estudar a era moderna a partir dos dados dos falecidos.

O fio condutor dos funerais perscrutados neste trabalho parte da corte para os locais onde foram realizados os funerais simbólicos. Como será demonstrado ao longo dos capítulos, percebem-se algumas conexões entre o que se realiza na corte e o que é feito em outros grupos portugueses, em especial na Cidade da Bahia. Seguindo as contribuições do sociólogo alemão Norbert Elias, entende-se a corte como um espaço privilegiado para os estudos do processo civilizador<sup>19</sup>. Isto é, a corte régia do Antigo Regime era o ambiente onde protocolos e cerimoniais eram construídos e em seguida emulados por outras comunidades, como ideal de comportamento. Um modelo de coesão social a partir de premissas centralizadoras.

Há reservas, é claro, para a transplantação das teses de Elias ao contexto português, uma vez que originalmente o autor trata da corte francesa. Nesse sentido, Pedro Cardim salienta os limites do modelo interpretativo de Elias para o mundo português, porém sem negar a importância de sua pertinência para a vida “privada” dos membros da família real<sup>20</sup>.

O modelo eliasiano de interpretação é passível de ser contestado até mesmo na corte que se propõe a analisar. São conhecidas as críticas do historiador francês

---

<sup>18</sup> ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. **A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830**. Lisboa: Ed. Notícias, 1997.

<sup>19</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte**. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1969]. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [1939], 2 vs.

<sup>20</sup> CARDIM, Pedro. A corte régia e o alargamento da esfera privada. In: MATTOSO, José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). **História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp.160-201.

Emmanuel Le Roy Ladurie ao sociólogo alemão, que na realidade dão-se como uma espécie de resposta em seu livro sobre as memórias do duque de Saint-Simon e o sistema de corte. Ao redigir uma obra com base nas fontes em que Norbert Elias havia investigado para escrever seu clássico, Ladurie deliberadamente ignora a obra do alemão em praticamente todo o texto. A explicação viria ao final, no primeiro anexo intitulado “Sobre Norbert Elias”<sup>21</sup>. Em poucas páginas a obra eliasiana é reconhecida pelo papel pioneiro na sociologia, mas destronada do seu posto de clássico interpretativo. Ladurie considera essa abordagem teleológica e baseada em conclusões anacrônicas, o que explica, portanto, a nova análise das fontes com um completo afastamento da obra alemã.

A consideração desses debates historiográficos ao introduzir este trabalho está em conformidade com o objetivo de reconhecer a importância das abordagens tradicionais para embasar o corpo da dissertação. Contudo, é relevante reconhecer os limites de cada uma dessas tradições, mesmo que haja predileção metodológica por uma em relação a outras. Além do mais, uma vez que a proposta central deste trabalho se pauta por compreender as dinâmicas de representação no mundo português da época moderna, é necessário reconhecer que essas chaves interpretativas não podem limitar os métodos de investigação das fontes, embora favoreçam a acurácia do olhar para algumas semelhanças e paradigmas históricos.

Com isso, a organização dos capítulos foi pensada de maneira a facilitar a compreensão das diferentes fontes com as quais esta pesquisa lidou. O plano foi inspirado pela proposta de Fernando Bouza, a respeito de três formas de comunicação no início da época moderna, aqui também interagindo com o conceito de representação.

---

<sup>21</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Saint-Simon ou o sistema da corte**. Tradução de Sérgio Guimarães. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Desse modo, os grupos documentais e respectivos contextos foram analisados em capítulos separados, conforme essas diferentes formas de “comunicar” se evidenciam. Bouza as divide em três grandes grupos: a escrita; a oral; e a icônico-visual<sup>22</sup>. Em um mundo ainda pouco letrado, onde não raro prevalecia o poder da voz sobre as massas, analisar essa comunicação representacional dividida em três categorias é um caminho que exige uma série de considerações.

A primeira delas é a forma como as fontes chegam à contemporaneidade, em geral em forma escrita, com exceções na reprodução de algumas imagens, e nunca por registro oral, por razões óbvias. Portanto, é importante salientar que aquilo que se considera comunicação oral está em geral escrito, mas esses escritos tratam de algo que originalmente foi proferido oralmente a um público, levando-se em conta as metamorfoses e edições entre os meios oral, o manuscrito e o impresso. Bem como a chamada comunicação icônico-visual encontra-se normalmente em imagens desenhadas, pintadas, esculpidas, na arte e arquitetura efêmera das festas, depois reproduzidas em impressos. Mas também essa forma de representar também figura em imagens mentais construídas por meio de descrições em textos escritos. Por fim, a comunicação escrita seria o meio majoritário pelo qual esses registros chegam até nós no tempo presente. No entanto, deve-se considerar que o texto escrito foi concebido para ser lido por leitores particulares ou diversos públicos, que podem ser investigados dentro e fora das fontes em destaque. Em outras palavras, não havia somente cerimonialistas e autores, mas também possíveis espectadores e leitores.

Dessa forma estruturam-se os capítulos desta dissertação. No primeiro deles há uma introdução ao *corpus* documental, pois a representação escrita acaba por

---

<sup>22</sup> BOUZA, Fernando. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Akal, 1997.

naturalmente introduzir as demais; em seguida há a análise daquilo que se pretendia comunicar por papel. O segundo capítulo trata do universo iconográfico das fontes, com especial atenção às reproduções imagéticas, mas também a descrições escritas em que não havia oportunidade de se reproduzir graficamente uma imagem. No fim há o capítulo dedicado à comunicação oral, que pode ser resumida à análise dos sermões fúnebres impressos, em geral a melhor maneira de se tentar alcançar os oradores eloquentes e o público daqueles ritos pelas vozes e ouvidos outrora existentes, com o devido cuidado.

A partir de uma abordagem comparada entre as fontes, que foram produzidas em período próximo e tratam de eventos semelhantes –os registros de funerais do rei Pedro II– espera-se contribuir para a compreensão de alguns tópicos. O primeiro deles é a dinâmica de representação no império português nessa época, ou seja, o que a narração da morte do rei através dos escritos pode nos dizer a respeito do universo daqueles que escrevem e leem. Os registros escritos das cerimônias públicas são uma fonte privilegiada para se compreenderem as relações de poder no interior do império português e o modo como esta monarquia expressava-se para fora de seus domínios. Não só no campo da comunicação, mas também na manutenção de estruturas simbólicas de coesão intra-imperial. Além disso, outro objetivo busca-se identificar as dinâmicas que envolviam a cultura funerária régia, as influências que embasaram os ritos, a fim de verificar a alteração dessas tradições ao longo do governo da dinastia de Bragança.

## Capítulo 1 - A morte por escrito

Entre os muitos caminhos que uma vida pode percorrer, a única certeza é que um dia a morte levará ao fim dessa. Mas isso não impede que o ato de morrer seja um tema negligenciado em vários campos de discussão, com certa aura de tabu nas sociedades ocidentais em geral. De todo modo, exatamente por ser constante em toda civilização humana, a morte fornece um grande contributo para compreender diversos tópicos nos estudos de uma sociedade passada. Comportamentos, cosmologias, religiosidades, entre outros, são aspectos comumente associados à morte, que servem como fonte até mesmo para os estudos políticos. Nesta dissertação a morte é uma ferramenta para compreender como os rituais públicos eram retratados em partes do império português e em sua representação, no início do século XVIII. Ou seja, busca-se interpretar a forma como um evento funerário podia ser utilizado, como meio para representar vários interesses sobre os eventos. Para isso percorre-se primeiramente o caminho da cultura escrita no Portugal moderno, analisando documentos impressos que descrevem as cerimônias funerárias do monarca lusitano Pedro II (1683-1706). Não obstante, os escritos e imagens deixam entrever também a comunicação oral.

Os rituais públicos eram um expediente comum em várias monarquias europeias, produzidos como momentos chave para envolver a população nos eventos da família real, aproximando a vida do rei ao cotidiano de todos<sup>1</sup>. Reproduziam assim uma série de práticas e comportamentos além do espaço restrito da corte. Para fins de divulgação dessas realizações e também como depósito de memória, comumente esses

---

<sup>1</sup> As relações entre a vida da corte e o cotidiano dos vassallos é tema central para compreender a sociedade do Antigo Regime. Como vimos, há uma revisão bibliográfica na Introdução acerca do tema. Mas para fins práticos, as adaptações dessa historiografia para o mundo português usam como base o capítulo de CARDIM, Pedro. “**A corte régia e o alargamento da esfera privada**”. In: MATTOSO, José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). **História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp.160-201.

<sup>2</sup>acontecimentos motivaram a produção de alguns registros<sup>3</sup>. A partir desses variados tipos de registros podemos ter contato com um modo de representação usual do poder monárquico no período moderno. Neste capítulo lidamos principalmente com uma forma de registro, o escrito, mas é evidente a pluralidade de tipos de escrita e outras formas de comunicação em cerimônias fúnebres.

Na monarquia portuguesa, os rituais públicos envolvendo os membros falecidos da família real eram realizados desde o período medieval, como forma de representar o poder simbólico dos corpos reais. Ainda no século XVI ocorreram grandiosas exéquias com os membros da dinastia de Avis no mosteiro dos Jerónimos, que passaram a utilizá-lo como panteão, até mesmo trasladando para este local corpos de membros da dinastia, outrora sepultados em outros templos<sup>4</sup>. Durante esse período, o caráter simbólico e performático das exéquias régias tornou-se uma das principais formas de representar o poder dos monarcas portugueses a seus vassallos<sup>5</sup>. A construção deste templo e sua escolha como panteão da dinastia de Avis reforçava a ideia de sucesso da

---

2

<sup>3</sup> Guardar memórias dos rituais públicos era uma tarefa quase tão importante quanto produzi-los, e diversas formas de arte poderiam se basear nesses rituais para a realização de uma obra. Narrações, poemas, quadros, azulejos, muitas são as formas de representar o acontecido. Essas representações também são fontes para os historiadores se aprofundarem na sociedade do Antigo Regime. Conferir: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002; MEGIANI, Ana Paula Torres. **O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)**. São Paulo: Alameda, 2004; JANCÓS, Istvan; KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2001, 2 vs.

<sup>4</sup> BUESCU, Ana Isabel. A morte do rei. Tumulização e cerimônias de trasladação dos reais corpos (1499-1582). **Ler História** [online], 60, 2011, pp.9-33.

<sup>5</sup> Em termos gerais, durante o período medieval a morte dos reis ainda representava uma experiência traumática e envolvida em crises de sucessão. Ao longo dos séculos XV e XVI, o reforço da continuidade dinástica passa a ser a tônica do evento, substituindo a crise inerente por um ambiente de representação do poder simbólico dos reis e seus sucessores. Idem, *ibidem*, p.15.



empreitada ultramarina, tendo em vista o local de construção do mosteiro, em frente à antiga ancoragem de onde partiam as frotas em direção às Índias<sup>6</sup>.

Após a morte do cardeal-rei Henrique I, último rei desta dinastia, inicia-se o governo dos Felipes em Portugal, que naturalmente acaba por afastar a cerimônia pública dos corpos reais de seus vassalos portugueses. Prevalecia a partir daí a realização de funerais simbólicos, enquanto os ritos presenciais reais eram realizados na sede da coroa espanhola. Antes de morrer, reforçando a ideia de continuidade dinástica, muito cara nesse momento de afirmação de seu direito ao trono, Felipe I de Portugal (II de Espanha) ainda mandaria transladar os corpos do cardeal-rei Henrique e de d. Sebastião para o mosteiro dos Jerónimos, pois ambos faleceram em circunstâncias complicadas e fora de Lisboa<sup>7</sup>. A própria morte de Felipe II seria um marco para a mudança no modo de se realizarem as exéquias reais na Espanha e em Portugal, consequentemente.

Seguindo um modelo levado por seu pai, Carlos V, Felipe II planejou suas exéquias conforme o cerimonial de Borgonha, que se diferenciava do cerimonial ibérico de então, mais baseado na corporeidade física do monarca e menos nos aspectos simbólicos do evento<sup>8</sup>. Nesse caso, o rei espanhol preparava sua passagem desde cedo, quando mandou construir o palácio/complexo arquitetônico do Escorial, local onde pretendia passar seus últimos momentos e descansar a eternidade. Também planejou

---

<sup>6</sup> A historiadora Ana Isabel Buescu explica a relação entre a ideologia imperial manuelina e a construção do mosteiro dos Jerónimos, entendendo a escolha deste templo como panteão da dinastia de Avis, e a coroação desta relação entre esses monarcas e o sucesso ultramarino. Idem, p.11.

<sup>7</sup> O caso da morte de d. Sebastião é um grande marco na história portuguesa. Falecido na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, teve seu corpo resgatado por intermédio do próprio Felipe II. Não deixando herdeiros, seu trono foi para seu tio-avô, o cardeal Henrique, falecido em 1580 nas cortes de Almeirim.

<sup>8</sup> Sobre a questão corporal dos monarcas, Ana Isabel Buescu mostra que era comum o corpo dos reis de Portugal ter mais poder sobrenatural após a morte do que em vida, ocasionando eventos nos quais cadáveres reais eram trazidos de volta à superfície para serem transladados, e antes se realizava uma verdadeira veneração deles. Além disso, as cerimônias funerárias geralmente tinham ornamentação simples, para reforçar o foco no corpo físico presente e não em elementos simbólicos diversos. Idem, pp.14-19.

que o espaço serviria como panteão de sua dinastia, assim como d. Manuel I, seu avô, fez anteriormente quando planejou construir o mosteiro dos Jerónimos em Lisboa<sup>9</sup>.

Para honrar a morte de seu primeiro monarca estrangeiro, a cidade de Lisboa levou mais de um ano até organizar cerimônias dignas, não por desleixo ou mesmo excesso de zelo na preparação, mas por conta de uma epidemia que assolou a cidade entre os anos de 1598 e 1599. Em dezembro de 1599, portanto, mais de um ano após a morte de Felipe II de Espanha, falecido em setembro de 1598, foram realizadas no mosteiro dos Jerónimos as exéquias em honra ao monarca<sup>10</sup>. Nessa cerimônia há inovações com relação ao modo como a dinastia de Avis honrava seus corpos régios. O maior exemplo disso é a produção de um catafalco simbolizando o corpo do rei ausente junto a uma série de outras construções efêmeras que ornavam a igreja<sup>11</sup>. No Capítulo 2 aprofundaremos um pouco o estudo sobre como os elementos arquitetônicos e visuais compunham a forma de celebrar as exéquias. Ressalta-se aqui a mudança na forma de realizar as exéquias régias implementadas pela dinastia de Habsburgo em Portugal e toda a Península Ibérica.

Seguindo o caminho dos funerais, há três eventos fúnebres reais que destoam da suntuosidade das exéquias de Felipe II no reino português. Primeiramente seu filho, Felipe III, que ao morrer em 1621 não motivou a realização de grandes cerimônias em Portugal, como foi feito em honra a seu pai<sup>12</sup>. E após a Restauração portuguesa em 1640, a dinastia de Bragança passou a ocupar o trono português. Seu primeiro rei, João

---

<sup>9</sup> CYMBALISTA, Renato. **Sangue, ossos e terras. Os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro séculos XVI e XVII**. São Paulo: Alameda, 2011, pp.211-221.

<sup>10</sup> Idem, pp.241-242.

<sup>11</sup> Idem, pp.242-245.

<sup>12</sup> Como era de praxe foram realizadas exéquias em honra ao rei morto, mas não há registro da elaboração de pompa fúnebre nos moldes do funeral simbólico de seu pai, Felipe II. De todo modo, dois anos antes de morrer Felipe III visitou Lisboa, ocasião na qual foi realizada a famosa entrada régia, repleta de pompa e ornada com arte efêmera. MEGIANI, Ana Paula Torres, op. cit. SOROMENHO, Miguel. **Ingegnosi ornamenti. Arquitecturas efêmeras em Lisboa no tempo dos primeiros Filipes**. In: PEREIRA, João Castel-Branco (org.). **Arte efêmera em Portugal**. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 20-38.

IV, faleceu em 1656 e a cerimônia que velou seu corpo foi discreta, em estilo mais sóbrio que as realizadas durante a dinastia de Avis e bem menos exuberante que o funeral simbólico de Felipe II<sup>13</sup>. Por sua vez o filho de João IV, Afonso VI, passou por um reinado conturbado, e na realidade quando morreu em 1683 já não ocupava mais o trono, estando afastado enquanto seu irmão governava como príncipe regente<sup>14</sup>. Por essa razão o funeral de Afonso VI é destoante, realizado fora de Lisboa e de maneira discreta, com poucos personagens políticos<sup>15</sup>.

## Funerais reais de Pedro II

Tendo passado pelas dinastias que ocuparam o trono português durante o período moderno, podemos tratar diretamente do monarca em tela nesta dissertação. Pedro II, filho de João IV e irmão mais novo de Afonso VI, governou Portugal ainda como príncipe regente a partir de 1668, quando depôs seu irmão em evento controverso. Em 1683 pôde finalmente assumir o título de rei, pois seu irmão havia falecido. Dali em diante passa a ser tratado como Pedro II e reina sobre Portugal e domínios ultramarinos.

---

<sup>13</sup> COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. **D. João IV**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp.262-268.

<sup>14</sup> Em conflito com seu irmão Afonso VI, considerado inapto, Pedro liderou um movimento para sua deposição, assumindo dessa forma como príncipe regente, no que ficou conhecido como Golpe de Alcântara. Cf. LOURENÇO, Maria Paula Marçal. **D. Pedro II. O Pacífico**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp.104-119.

<sup>15</sup> BNB, SLR, 23, 3, 1 n.20. **Relação summaria do funeral, que se fez no Real Palacio de Cintra ao serenissimo rey de Portugal d. Affonso VI, e de como foy conduzido o seu cadaver em 20 de setembro de 1683 ao Real Convento de Belém, onde jaz sepultado**. [S.L., S.N.]. Sobre o funeral de d. Afonso VI há pouca informação, o único documento a respeito está disponível na coleção Barbosa Machado, no tomo I das *Notícias das últimas ações e exéquias dos sereníssimos reis, rainhas e infantes de Portugal*, junto a outras fontes desta pesquisa. A princípio outras cópias desse opúsculo não foram encontradas em outros catálogos, além da Biblioteca Nacional do Brasil. O documento possui apenas duas folhas, sendo uma folha de rosto e outra folha com duas páginas de uma breve descrição do protocolo que prosseguiu a essa morte, resumida na presença de membros do conselho de Estado e do inquisidor-geral para as celebrações funerárias. A brevidade do texto e a circulação restrita, sugerida pela provável única versão que chegou à contemporaneidade, além da completa ausência de qualquer referência ao impressor ou ano de publicação, evidenciam a delicada situação que o afastamento de Afonso VI causava na regência de d. Pedro. Falecido no palácio de Sintra em 1683, Afonso VI finalmente abriu caminho para o reinado de Pedro II. Em XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro. **D. Afonso VI**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

A vida do monarca chega ao fim no dia 9 de dezembro de 1706, começando ali o reinado de João V, seu filho. O funeral pode ser entendido como um último ato público do monarca falecido, pois ao realizar a procissão fúnebre o rei era visto pela última vez por seu povo, enquanto as elites prestavam a última reverência antes de render honras ao novo monarca. Por outro lado, tudo o que se refere ao funeral já realizado no novo reinado, ou seja, as ordens, representações e interesses, já dizem respeito ao reinado iniciante, mesmo que se reverencie o que ora findou. Nesse sentido, podemos interpretar que o produzido sobre a morte de Pedro II já seria um movimento de seu sucessor, como sujeito ativo ou foco de representação. Ao longo desse trabalho essa relação fica mais clara em alguns casos. O mais importante agora é conhecer essas cerimônias públicas.

Entre os eventos realizados em honra ao monarca falecido, três motivaram a produção de uma narrativa dos acontecimentos, sobre os quais os registros chegaram aos dias atuais. São eles: o funeral de Lisboa, com o corpo do monarca falecido; as exéquias celebradas em Roma com um catafalco e uma efígie representando Pedro II; e os eventos ocorridos na Cidade da Bahia (Salvador), organizados pelos vassalos da capital da América portuguesa. Os três eventos se distinguem de várias formas, seja na localidade, na presença real ou simbólica do rei morto, entre outros detalhes a serem explorados mais adiante. Mas há algo em comum entre eles, na maneira como chegaram à contemporaneidade, como textos impressos em alguns folhetos tipografados. Além disso, exemplares desses impressos foram conservados, por exemplo, na coleção Barbosa Machado e hoje podem ser consultados no acervo da Fundação Biblioteca Nacional<sup>16</sup>. Sendo assim, a produção e possível recepção dessas obras escritas narrando

---

<sup>16</sup> A coleção Barbosa Machado foi reunida em meados do século XVIII pelo abade português Diogo Barbosa Machado, que colecionou uma série de folhetos e imagens em gravuras, entre papéis que remetessem à monarquia portuguesa, e os doou para o esforço de reconstrução da Real Biblioteca após o

esses rituais públicos embasa essa dissertação, inserida no bojo dos estudos sobre a cultura escrita, visual e oral no império português.

Portanto, questiona-se aqui a maneira como o falecimento de um monarca, cabeça do corpo político português, movimenta toda uma gama de atores políticos ao redor de sua morte. Utilizando os eventos não somente como um espaço público de representação, mas posteriormente também com a divulgação sobre as cerimônias como ferramentas escritas de comunicação. Autores e demais agentes envolvidos na produção desses textos tornam-se assim os principais personagens desse trabalho, que busca percorrer o objetivo de produção, circulação e contexto de recepção dessas fontes.

Como fica claro ao longo desta dissertação, os rituais públicos podem ser realizados de várias formas, e o uso de sua memória pode atender a mais intenções, extrapolando os limites factuais da celebração presencial de eventos da monarquia. Dessa forma a produção de documentos a respeito dessas celebrações serve como registro das formas de representação e comunicação de valores e posturas na monarquia portuguesa<sup>17</sup>. Isto é, abre espaço para a construção narrativa daquilo que seria escrito no

---

terremoto de Lisboa. Atualmente a coleção está disponível na Fundação Biblioteca Nacional para consulta em diferentes setores.

<sup>17</sup> O tópico das redes para estudar o império português é relevante na historiografia luso-brasileira. Sendo uma pequena monarquia europeia, mas com domínios distantes, descontínuos e grande negociação para manter sua existência, Portugal constituiu uma experiência *sui generis* na época moderna. Estudar as relações de força e negociação no circuito imperial abre um leque de abordagens para compreender as maneiras pelas quais essa complexa rede internacional se manteve no bojo da coroa portuguesa. A importância das comunidades locais, os representantes régios e as relações com forças externas são de grande valia para compreender a forma desse império ultramarino. Uma corrente historiográfica se dedica a destrinchar essas redes, compreendendo suas ligações, agentes e implicações na organização dos territórios ligados ao império. Esta dissertação trata, no entanto, do âmbito das representações de poderes, que possuem interfaces políticas, mas não somente. Presta-se atenção também, quando possível, aos conteúdos, formas expressivas, meios, emissores, receptores, a fim de compreender o trânsito de informações no império, sempre com implicações políticas, culturais, sociais etc., do governo e outros interessados em se fazer representar. O monarca como agente poderia atuar como parte desta rede, mas como figura poderia ser o objeto da comunicação ou representação em si, imagem disputada e veiculada para cumprir os interesses envolvidos na rede. Sobre a comunicação política no império português, HESPANHA, António Manuel. Prefácio. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, pp.9-11. Sobre as categorias semânticas e ações discursivas no governo, HESPANHA, António Manuel. Fazer um império com

papel, permanecendo como um recorte de memória sobre os eventos acontecidos. Nesse sentido, o papel daquele que escreve não é somente produzir uma descrição fidedigna dos fatos transcorridos, mas também representar interesses vários no âmbito de uma produção escrita. O escrito, sobretudo, seria aquilo que embasa o discurso oficial. Mais que isso, o escrito guarda a memória dos eventos, personagens e protocolos ligados ao fato narrado. Assim sendo, o peso da mão daquele que escreve muitas vezes pende mais para um lado que para outro, visando valorizar ou diminuir o porventura importante ou prejudicial a seus interesses. Neste capítulo busca-se analisar o conteúdo textual das fontes dessas cerimônias públicas, lidando com os recursos “literários” que compõem a produção escrita desses textos.

Para melhor compreender esse âmbito no qual o ser e o parecer se confundiam durante o período moderno, utilizam-se as categorias assinaladas por Fernando Bouza, para quem a comunicação se organizava em três grupos<sup>18</sup>. A comunicação oral, a icônico-visual e a escrita. Tendo em vista a alta taxa de analfabetismo da população durante esse período, incluindo clérigos e nobres, pode-se considerar que a comunicação escrita era algo restrito a uma parcela delimitada das elites políticas, enquanto as outras duas maneiras de comunicar, a visual e a oral, teriam possivelmente um caráter mais abrangente. Pois essas poderiam ser mais facilmente compreendidas pelo público em geral, mesmo sendo mediadas por um interlocutor, como no caso dos sermões, na comunicação oral. Sendo assim, esta dissertação se embasa nessa forma de interpretar a

---

palavras. In: XAVIER, Ângela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira da (orgs.). **O governo dos outros: poder e diferença no império português**. Lisboa: ICS, 2016, pp.67-100. Sobre o rei português e sua imagem como catalisador do poder no império português, em especial na América portuguesa, MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

<sup>18</sup> BOUZA, Fernando, Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII, tradução de Ângela Barreto Xavier. **Cultura**, Lisboa, n. 14, 2002, pp.105-171.

comunicação e a representação no período moderno, analisando as fontes sob este prisma<sup>19</sup>.

Considerando a configuração das principais fontes desta pesquisa, os exemplares de opúsculos depositados em coleções da Fundação Biblioteca Nacional, faz sentido iniciar o estudo a partir da análise da representação escrita, para depois desenvolver o estudo de outras categorias de comunicação do período moderno. Entre as fontes desta pesquisa os registros chegam ao nosso presente sobretudo a partir de impressos tipográficos, o que torna o caráter escrito dessa forma a princípio predominante ante os demais.

Inicialmente a pesquisa baseava-se em documentos digitalizados e disponíveis no site da Biblioteca Nacional de Portugal. Esse meio de acessar as fontes facilita bastante um contato mais rápido com o conteúdo desejado, mas dificulta a interpretação de alguns elementos dos documentos em tela. Como outras cópias dos mesmos documentos estão disponíveis no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, a base da pesquisa passou a ser presencial, com maior cuidado sobre a disposição material dos documentos perscrutados. O que amplia o leque de análise, ancorada não somente no contexto histórico e na análise textual.

O bibliógrafo Donald McKenzie chama atenção para a importância de se considerar o meio em que um texto é copiado e publicado para analisar os objetivos que motivaram sua reprodução e circulação<sup>20</sup>. No caso específico dos funerais de Pedro II, conhecer as versões impressas possibilita dimensionar as diferentes formas em que

---

<sup>19</sup> A forma de comunicação escrita viria a afirmar-se como predominante, porém esta não era a realidade durante o período moderno, quando as três categorias eram escolhidas de acordo com o intuito do emissor da mensagem. Como será visto, no início do século XVIII já parece haver um predomínio da comunicação escrita sobre as demais. BOUZA, Fernando. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Akal, 1997.

<sup>20</sup> McKENZIE, Donald F.. **Bibliografia e a sociologia dos textos**. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018 [1998].

esses registros foram compostos e circularam. Mas antes é importante explicitar com quais textos lidamos neste trabalho, para em seguida discorrer sobre os seus exemplares.

Como já explicado, três eventos são estudados de maneira comparada nessa dissertação. O elo entre eles está em seu personagem principal, Pedro II, rei falecido e homenageado nessas cerimônias. Os documentos que baseiam este trabalho são os seguintes:

- *NOTICIAS Da doença, morte, e funeral Do muyto Alto, e Muyto Poderoso Principe D. PEDRO II. De boa memoria, Rey de Portugal, nosso Senhor, que oferecem, e dedicam À Serenissima Senhora D. FRANCISCA JOSEPHA INFANTE DE PORTUGAL, Os Officiaes da Secretaria de Estado. Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galraó/Com todas as licenças necessárias, e Privilegio Real. Anno de 1707. Tendo 44 páginas e dimensões de 31 x 14cm.*
- *Funeral que se celebrou NA REAL IGREJA DE S<sup>ta</sup> ANTONIO Da Nacção Portuguesa em Roma. PELLA MORTE DO SERENISSIMO REY DE PORTUGAL DOM PEDRO II aos 13 de Setembro de 1707/ ROMA, MDCCVII Na Officina de Antonio de Roffi na Praça de Ceri. Com todas as licenças necessarias. Tendo 31 páginas e dimensões de 31 x 15 cm.*
- *BREVE COMPENDIO E NARRAÇAM DO FUNEBRE ESPECTACULO, que na insigne Cidade da Bahia, cabeça da America Portuguesa, se vio na morte de ElRey D. Pedro II. De gloriosa memoria, S.N. OFFERECIDO À Magestade do Serenissimo Senhor DOM JOAM V. REY DE PORTVGAL. COMPOSTO Por SEBASTIAM DA ROCHA PITTA, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Cavalleiro professo da*



*Ordem de Christo, e Coronel do Regimento da Ordenança da Cidade da Bahia./ LISBOA, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Com todas as licenças necessarias. Anno 1709. Tendo 92 páginas e dimensões de 21 x 14 cm.*

Cada um desses textos possui versões impressas depositadas no acervo da chamada coleção de folhetos de Barbosa Machado, e ali estão organizados por cronologia em meio ao tomo intitulado: *Notícias das últimas ações e exéquias dos sereníssimos reis, rainhas e infantes de Portugal*, tomo I<sup>21</sup>. A principal característica desses tomos é a forma como reúnem diversos impressos organizados pelo colecionador, referentes aos funerais de todos os reis de Portugal, desde d. Manuel até João V, além de alguns outros membros das famílias reais. Os folhetos são impressos em diferentes tipos de papel, mas no passar do tempo todos foram cortados e envolvidos por outras folhas para serem uniformizados em tamanho dentro das páginas de um mesmo tomo, compondo uma memória cronológica da monarquia portuguesa<sup>22</sup>.

### **A morte em Lisboa**

Iniciamos esta análise a partir do desenrolar cronológico dos eventos. Por isso, o primeiro dos três eventos em tela a ser levado em consideração é o funeral de Lisboa, capital da monarquia portuguesa. No ano de 1706 a cidade passava por uma situação delicada, como há algumas décadas acontecia. A Península Ibérica via-se em meio aos conflitos da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), envolvendo Portugal em mais

---

<sup>21</sup> BNB, SLR, 23, 3, 1. MACHADO, Diogo Barbosa. **Notícia das últimas acções e exequias dos sereníssimos reys, rainhas e infantes de Portugal**, tomo I.

<sup>22</sup> Ao analisarmos a composição dos tomos da coleção Barbosa Machado, os historiadores Pedro Cardim e Rodrigo Bentes Monteiro mostram como a coleção reforça a construção da memória do reino português a partir da história de seus monarcas, principais personagens dos folhetos que compõem a obra. MONTEIRO, Rodrigo Bentes, CARDIM, Pedro. **Seleção de uma sociedade: hierarquias sociais nos documentos compilados por Diogo Barbosa Machado**. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela Buono; FLORES, Jorge (orgs.). **Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp.77-80.

um choque com a vizinha Espanha, como ocorrera anos antes durante a Guerra da Restauração (1640-1668). Dessa vez o que estava em jogo não era a independência portuguesa, mas a sucessão da coroa espanhola. De todo modo, o clima de conflito envolvia a “nação” portuguesa, com uma clara posição estratégica no cenário bélico<sup>23</sup>. Nesse sentido, o falecimento de Pedro II fortaleceu um quadro de crise já instaurado pela guerra.

A morte de um monarca motiva o andamento do natural processo de sucessão, que nesse caso era direito do então príncipe, doravante conhecido como João V (1707-1750). A alteração no governo da corte movimenta uma série de agentes políticos que buscam se fazer reconhecidos pelo novo rei, o que explica o ímpeto de alguns desses personagens em organizar narrativas funerárias. No primeiro dos textos encontra-se na folha de rosto o seguinte termo creditado no papel de autoria: “Os Officiaes da Secretaria de Estado”<sup>24</sup>. A maneira impessoal como a autoria é reconhecida no texto pode ser interpretada como sinal do tom protocolar adotado em sua construção, como uma espécie de burocracia do “Estado” português. Porém, dificilmente um texto escrito é capaz de desprender-se do particularismo de um autor/autores. Por essa razão partimos do entendimento que o único agente determinado nessa simples definição de autor é o titular da Secretaria de Estado, por razões hierárquicas superiores aos tais “officiaes”, o que pode fazer dele um responsável pela produção do documento. Essa ligação fica mais evidente em uma das páginas finais do texto: ao narrar a entrega do caixão e suas

---

<sup>23</sup> Sobre as relações entre Portugal e Espanha na Guerra de Sucessão da Espanha, o historiador espanhol David Martín Marcos produziu um importante trabalho, no qual mostra as tensões entre os dois países ibéricos mesmo antes da guerra. MARTÍN MARCOS, David. **Península de recelos. Portugal y España, 1668-1715**. Madrid: Marcial Pons, 2014.

<sup>24</sup> BNB, SLR, 023,003,001 n.021. **NOTÍCIAS Da doença, morte, e funeral Do muyto Alto, e Muyto Poderoso Príncipe D. PEDRO II. De boa memoria, Rey de Portugal, nosso Senhor, que oferecem, e dedicam À Serenissima Senhora D. FRANCISCA JOSEPHA INFANTE DE PORTUGAL**. Lisboa: Antonio Pedrozo Galraõ, 1707.

chaves ao prior do convento de São Vicente de Fora, onde fica depositado o corpo de Pedro II, o narrador do texto se coloca em primeira pessoa pela única vez.

[...] que o dito Mòrdomo mór tambem lhe entregou, e se obrizou o dito Prior por si, e seus successores a dar sempre conta do dito corpo, ou ossos delle, de que eu D. Thomás de Almeyda do Conselho de S. Magestade, seu Submilher de Cortina, Bispo eleito de Lamego, Deputado do S. Officio, da Mesa de Consciencia, e Ordens, Chancellor mòr do Reyno, e Secretario de Estado. Convento de São Vicente de Fóra, dia, mes, e anno, ut suprà<sup>25</sup>.

Como evidencia o trecho recortado, nesse período a Secretaria de Estado é ocupada por d. Tomás de Almeida (1670-1754), nono filho do conde de Avintes, Antonio de Almeida Portugal. O secretário havia sido recentemente nomeado bispo de Lamego por Pedro II, mas somente receberia a permissão papal para assumir o posto durante os dias da agonia de seu soberano. Na realidade, essa foi uma pequena parte da carreira eclesiástica deste prelado, que ainda seria notabilizado por ser o primeiro ocupante do posto de patriarca de Lisboa, quando a Sé da cidade foi elevada ao título de Patriarcado em 1716, durante o reinado de João V<sup>26</sup>. Nesse trecho o autor se coloca em primeira pessoa, ao sugerir que os membros do Conselho de Estado e o prior do convento deveriam assinar a transcrição do termo de responsabilidade pelo corpo de Pedro II. Mas chama atenção, corroborando a hipótese de ser Tomás de Almeida o autor do texto, a indistinção entre o que é transcrito e a continuidade da narrativa do evento, indicando um seguimento da função do autor entre os textos. Não é importante para esta pesquisa determinar quem é o autor, mas se busca destacar a importância da função do secretário de Estado na condução dos eventos, ou ao menos seu relevo durante a narração. Em todo o documento, ele assume a postura de organizador do que acontece,

---

<sup>25</sup> Idem, fl.42.

<sup>26</sup> PIMENTEL, António Filipe. Um patriarca em Lamego: D. Tomás de Almeida. In: SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (org.). **Espaço, poder e memória: a Catedral de Lamego**, sécs. XII a XX. Lisboa: CEHR-UCP, 2013, pp.143-182.

determinando funções no leito de morte, mandando chamar diversas pessoas para estar naquele ambiente e organizando a condução do velório após a morte de fato<sup>27</sup>.

Mesmo que não seja o autor/narrador do texto, Tomás de Almeida se notabiliza por ser figura constante no desenvolvimento da narrativa. Ainda no início, durante a narração da agonia, o texto deixa claro o papel desse prelado junto ao leito de morte: “O Secretario d’Estado d. Thomás de Almeyda, que todos estes dias da doença de Sua Magestade assistio na sua câmara com grande cuidado que pedir sua obrigação e o seu amor”<sup>28</sup>. Ele manda chamar os filhos do rei para visitá-lo em seu leito de morte<sup>29</sup>, e em seguida solicita ao capelão-mor aplicar a extrema unção e avisa aos conselheiros de Estado para assistirem ao ritual<sup>30</sup>. Em momento posterior, ainda requisita chamar o cardeal núncio, representante da Santa Sé em Portugal, para este aplicar a benção pontifícia em Pedro II<sup>31</sup>. Ele também manda avisar ao novo rei, João V, que seu pai havia morrido. Sem dúvida ele é representado no texto como a grande figura de poder durante todos os eventos narrados, mesmo com outros membros do Conselho de Estado ali presentes, alguns até maiores em dignidade. A figura do Secretário de Estado ganha destaque no texto, assumindo um papel de coordenador dos eventos. O prelado funciona como um garantidor do bem morrer do monarca, além de ser o responsável por realizar a cerimônia fúnebre de maneira apropriada.

---

<sup>27</sup> O historiador André Costa discorre sobre a história da configuração do cargo de Secretário de Estado, posição de relevância na corte portuguesa. Entre as diversas funções que essa figura era responsável, estava a de organizar o cerimonial da corte e guardar o luto pelos membros da família real. Por outro lado, André Costa também chama atenção que d. Thomás de Almeyda faz parte de um ciclo no qual a função que ocupava já não tinha mais a mesma preeminência de outrora, tendo em vista a maior diluição desse poder entre as demais secretarias do governo. COSTA, André da Silva. **Os secretários e o estado do rei: luta de corte e poder político: sécs. XVI-XVII**. Lisboa: Universidade de Lisboa, dissertação (mestrado em História), 2008, pp.145-191.

<sup>28</sup> **Notícias da doença, morte...**, fl.9.

<sup>29</sup> Idem, fl.14.

<sup>30</sup> Idem, fl.15.

<sup>31</sup> Idem, fl.18.

Ainda na folha de rosto do documento, antes dos créditos aos oficiais da Secretaria de Estado há uma dedicatória, na qual se lê: “que oferecem, e dedicam À Serenissima Senhora d. Francisca Josepha Infante de Portugal, os officiaes da Secretaria de Estado”<sup>32</sup>. A infanta em questão é a filha mais nova de Pedro II, Francisca Josefa (1699-1736), naquela altura com ainda 7 anos. Por isso ela não participou dos eventos, como o texto de dedicatória evidencia<sup>33</sup>. A dedicatória impressa no documento, além do título, inclui um pequeno texto endereçado à infanta que ocupa as duas páginas iniciais, o que sugere uma relação direta entre o público e o privado na corte. O texto dirige-se diretamente à infanta, explicando que foi produzido para ela guardar boa memória do seu pai, mas também para todos observarem a grandiosidade do monarca falecido.

Tememos renovar a V.A. neste papel a mayor magoa, mas tambien nos persuadimos acharà nelle o soberano entendimento de V.A em tam tenra idade muyto com que divertir memoria tam saudosa.

Todos observão as acções dos Principes, e he obrigação nossa mostrar ao mundo as de hum Rey tam pio, que vivendo sempre para todos, soube na morte viver para si: E como hum grande bem se não conhece, senão quando se perde, queremos deixar à nossa saudade esta lembrança, e a razão com que a veneramos. Deos guarde a Serenissima Pessoa de V.A. muytos annos, como todos havemos mister<sup>34</sup>.

Nesse trecho da dedicatória fica evidente a imbricação entre o que é privado da corte e público para o reino, pois esse texto foi impresso e circulou como parte dos prováveis muitos exemplares dos opúsculos. Esse vínculo não é uma exceção deste documento, mas um sinal de que a ideia do que é privado na vida de corte pode servir como fator de reprodução de um determinado comportamento na vida pública do reino. Pedro Cardim, ao analisar o alargamento da esfera privada e o desenvolvimento do que é público durante a época moderna em Portugal<sup>35</sup>, sugere algumas interpretações precedentes para melhor compreender essa forma textual. Seguindo uma linha

---

<sup>32</sup> Idem, fl.1.

<sup>33</sup> Idem, fl.2-3.

<sup>34</sup> Idem, fl.2-3.

<sup>35</sup> CARDIM, Pedro, op. cit.

historiográfica ancorada no trabalho do sociólogo alemão Norbert Elias<sup>36</sup>, embora salientando as especificidades e diferenças em relação a esse modelo eliasiano em Portugal, a vida na corte régia serve como um espaço de disciplinamento social não só a seus membros, mas para os que habitam ao redor. Tendo em vista que a *civilité* difunde-se a partir da realidade cortesã, reproduzir ou indicar certos comportamentos através de um opúsculo circulante nas elites letradas integra um certo esforço de fortalecimento da família real como exemplo a ser copiado.

Essa parece ser a tônica do texto de Lisboa, não somente pelas razões políticas a serem melhor detalhadas a seguir, mas pelo motivo principal para a elaboração deste registro, a morte de Pedro II. A ideia de boa morte é um lugar-comum em todo discurso religioso ocidental no período. Segundo a *Ars Moriendi*<sup>37</sup>, morrer bem seria a morte bem preparada, ou seja, esperada. Ana Cristina Araújo mostra ser exatamente nesse tempo que a *Ars Moriendi* se encontra no auge da difusão em Portugal<sup>38</sup>, o que ajuda a compreender o uso da narração da morte como uma espécie de manual do bem morrer.

Praticar a boa morte envolveria uma série de procedimentos. O moribundo deveria receber todos os sacramentos específicos para o momento, e isso inclui refletir sobre sua vida e até arrepender-se de seus pecados. O contrário, morrer mal, significa a morte repentina, sem preparação ou qualquer sacramento, não garantindo, portanto, o

---

<sup>36</sup> Em sua obra, muito baseada no caso francês, o sociólogo alemão Norbert Elias estuda como a sociedade de corte serviu como espaço para a criação e difusão de uma série de comportamentos e práticas, que ao fim das contas serviu para disciplinar a sociedade e conter as pulsões em prol de uma ideia de civilização adequada aos interesses da corte. ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte**. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1969]. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [1939], 2 vs. Embora esse modelo interpretativo tenha sido questionado, entre outros, por Emmanuel Le Roy Ladurie. **Saint-Simon ou o sistema da corte**. Tradução de Sérgio Guimarães. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 [1997], ele segue sendo uma poderosa explicação.

<sup>37</sup> A *Ars Moriendi* designa os livros devocionais que deveriam guiar os cristãos na hora da morte, com orações, rituais e comportamentos. Dessa forma, criando uma verdadeira etiqueta da morte.

<sup>38</sup> ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. **A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830**. Lisboa: Ed. Notícias, 1997, pp.147-149.

Reino do Céus para o falecido<sup>39</sup>. Nesse caso, um dos possíveis objetivos da obra é garantir por meio escrito como foi bem conduzido o processo de falecimento de Pedro II. Por isso o título e o texto abarcam todo esse percurso: *Noticia da doença, morte e funeral...* Na realidade, as primeiras trinta páginas do documento tratam somente do processo de agonia e preparação para a morte, com uma minuciosa descrição dos eventos que precederam a morte do monarca, envolvendo uma grande quantidade de práticas devocionais e uma longa lista de visitantes ao leito de morte<sup>40</sup>. Em resumo, a correta administração dos sacramentos e o registro comprovando que havia o sincero arrependimento por parte do monarca de todos os seus pecados, eram uma forma de garantir que seu destino no além-morte fosse o Paraíso, especialmente para os que lessem essas passagens.

Outro processo interessante, que corrobora o entendimento desse opúsculo como atendendo também a um objetivo de difundir comportamentos entre os círculos da elite, é a forma como a postura dos infantes é retratada. Frente ao evidente destino de Pedro II, seus filhos são chamados algumas vezes ao leito para se despedir do pai. Entre eles destaca-se o príncipe João, que assumiria como monarca em seguida. A ele é direcionado o foco dos olhares naquele momento, em especial do próprio pai, já moribundo.

O papel dos filhos de Pedro II durante o período em que este está a morrer é eclipsado pelo grande número de clérigos que o assistem no leito de morte. Mesmo assim, podemos observar alguns momentos em que a atuação dos infantes é comentada no relato. O primeiro deles chama atenção pela ideia de contenção dos sentimentos:

Fez o Secretario de Estado aviso [...] para que desse esta noticia a SS. AA.  
Que vieraõ assistir com aquellas demonstraões de sentimento, que deviaõ a

---

<sup>39</sup> ARIÈS, op. cit., pp.12-15.

<sup>40</sup> *Noticias da doença, morte...*, fl.5-30.

taõ grande Pay, e ainda que a dor os obrigava a muitas lagrimas e suspiros, reprimiraõ-se com tal constância, que nunca perderaõ a serenidade suas Reaes pessoas<sup>41</sup>.

Neste trecho, chama atenção o relato dado sobre o comportamento dos infantes. O autor reconhece o momento de dor obrigando-os a muitas lágrimas e suspiros, mas por serem membros da família real não podiam demonstrar tais emoções e assim se contiveram. O caráter disciplinar no leito de morte real fica evidente, sendo textualmente reforçado, e explica como um príncipe deveria portar-se nessa situação. Possivelmente, vemos aqui um esforço para reproduzir além do espaço privado da corte um comportamento para um eventual leitor da obra<sup>42</sup>. Em momentos posteriores o mesmo decoro não é observado pelos infantes, algo compreensível frente à situação extrema com que se deparam.

Tinha a doença chegado a taes termos, que se entendeo que era tempo de SS. AA. irem tomar a ultima benção a seu Pay, e mandando-os Sua Magestade chamar à casa, que tinha servido do despacho, aonde estavaõ, postos de joelhos diante da cama se quizerãõ despedir, e pedirlhe a benção, mas os soluços lhes embargaraõ as palavras, e só fallavaõ lagrimas. S, Magestade ajuntando ao amor de Pay a Magestade de Rey, lhes falou taõ gravemente, e com tal sossego, como podèra fazer, estando muito saõ; e se advertio que sendo Sua Magestade naturalmente mavioso, e internecido nos affectos, nesta occasiaõ fallou muito inteiro, grave, e mais propendia para severo, que para brando; a pratica verdadeiramente filha do seu grande entendimento, foy esta<sup>43</sup>.

No momento de despedida final entre pai e filhos, se escapa ao protocolo firmado para conter os sentimentos. Assim, a narração os descreve bastante comovidos, de forma que nem conseguiam falar. Por outro lado, Pedro II é retratado de modo diferente, e em tom severo teria se dirigido aos infantes numa espécie de testamento:

Joaõ, hoje, ou ámanhã has de ser Rey, falote como teu Rey, como teu Pay, e como teu amigo, e como quem te creou com tanto amor:encarrego-te o bem que deves governar, e em primeyro lugar te encomendo a Fè Catholica, o

---

<sup>41</sup> Idem, fl.14-15.

<sup>42</sup> A respeito do controle das pulsões na sociedade de corte, Norbert Elias explica que a forma como se portar ante os demais era determinante na atribuição de valor àquele indivíduo; assim, comportar-se de maneira equilibrada e contida era de enorme importância para garantir a boa imagem pessoal nesse círculo social. Cf. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, vol.2: Formação do estado e civilização**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 [1939], pp.225-241.

<sup>43</sup> **Notícias da doença, morte...**, fl. 23.



temor de Deos, o culto Divino nos Templos, e lugares sagrados: lembrote o muyto qe debes amar a todos teus Vassolos, e que es Rey dos Portuguezes, os mais honrados homes, e fieis, que pôde haver no mundo, e que os Reys de Portugal sempre trataraõ os Vassalos como filhos: encarregote, que premees os bõs, e castigues os mãos, e que na administração da Justiça te hajas com grande igualdade, sem atenderes a outros respeytos mais que aos merecimentos de cada hum, e principalmente os postos de Guerra não os dês, senaõ a quem os merecer; no que te aconselharem segue sempre o que for justiça, e razão (e tornou a repetir) o que for justiça, e razão: deixote o Reyno de que Deus te ha de pedir conta; não tomes o máo exemplo, que eu dey nas minhas mocidades, como foy pegar em touros, e outras féras, que nada teve de valentia, senaõ de verdura, de que assás estou arrependido nesta hora. Lembrote a grande fraternidade que debes ter com teus Irmãos; porque alem do amor, que todos devem ter hus aos outros, he muy necessário para a conservação do Reyno. Encomendote muyto os meus criados, que me serviraõ com amor, e fidelidade, e a vós todos encarrego, e mando a grande obediência que deveis todos obedecer. Francisco encomendo-te muito, trata a Joaõ com respeito de teu Pay, quie fica em meu lugar, no amor, e obediência, que lhe debes. Antonio, trata de estudar, e seguir as letras, e viver composto e grave com muita obediencia a Francisco, que he teu Irmaõ mais velho. Manoel, lembrote que debes dar exemplo com tua vida a todos, tendo muita obediencia a Antonio, e te encomendo que sejas com Christaõ. E tu Joaõ diràs da minhas prate à Infante, que lhe deito a minha benção, e lhe emcomendo muito Manoel, que como mais pequeno dos Irmãos, haverá mister quem trate delle, e assim lho encomendo muito, e a todos a estimação que devem fazer da Infante. Finalmente se procederes todos bem, Deos vos ha de dar o premio, e observando tudo o que vos digo, vos dou a minha bração, e Deos vos dará a sua<sup>44</sup>.

As orientações deixadas por Pedro II e registradas no documento dão conta da forma de agir dos seus filhos dali em diante. Por motivo de sua sucessão, o príncipe João é alvo da maior parte das palavras proferidas pelo rei, quando se expressa ali a fórmula do bom governo para Pedro II. Aos possíveis leitores é evidente a preocupação do monarca com seu reino e os vassalos, quando no texto se ressaltam as virtudes do rei, que devem ser passadas ao filho sucessor. Aos demais filhos, o aconselhamento se volta para o que deveriam fazer dali em diante, com especial atenção para a obediência e fidelidade ao irmão primogênito, o que não deixa de ser interessante, tendo em vista que Pedro II chegou ao trono após um golpe contra o irmão mais velho. De toda forma, vê-se aqui a consolidação do bem morrer do monarca, que pôde se confessar diversas vezes; pedir desculpas publicamente por eventuais erros e assumir que tudo fez para o melhor do reino; recebeu bênçãos, a extrema unção e o viático; e por fim deixa um

---

<sup>44</sup> Idem, fl.23-25.

último comando a seus filhos, garantindo o bom governo após a morte. Após esse momento familiar, a descrição dos eventos passa para a última agonia do rei, quando se confirma a perfeita condução do longo processo de morte.

A agonia final é descrita da forma mais harmônica possível para a situação. Como se tivesse cumprido a sua última missão, o rei se prepara para deixar o reino dos vivos, no que é ajudado pelos presentes, como se pudesse escolher a hora de sua morte. O bispo capelão ainda o tranquiliza para que tivesse firmeza com tudo o que ensina a Igreja de Roma, podendo se tranquilizar com o amparo da Virgem Maria para suavizar aquela hora<sup>45</sup>. Nisso se estabelece uma espécie de teatro derradeiro, quando então se faz presente o arcebispo de Lisboa, os homens da câmara e sacerdotes, para acompanharem as horas finais entre 11 horas da manhã e 13 horas da tarde. Em concordância com o espírito daquele tempo, a morte é literalmente conduzida, no mais concreto bem morrer possível<sup>46</sup>. Os rituais, orações e a presença de elevado número de participantes são mobilizados no texto como argumento para garantir a qualidade do evento, tornando possível assegurar até mesmo o céu para o monarca. Garante-se que o rei conseguia acompanhar todas as orações com a voz até 30 minutos antes de falecer, mas seguiu inclinando-se até o momento anterior à morte. E quando esta chegou ele a recebeu com rosto alegre, majestoso, infundindo amor e veneração, deixando a todos convencidos que ele estava gozando o Paraíso<sup>47</sup>. A narrativa relembra várias ações do monarca em vida, confirmando que ele era digno de ir para o Céu, com exemplos de caridade e devoção, mas também autoflagelo e sacrifícios pesados<sup>48</sup>. A importância de deixar claro cada detalhe nos momentos antes de morrer explica-se pela maneira como o catolicismo de então lidava com a morte. Como vimos, o bem morrer era o fim almejado por todos,

---

<sup>45</sup> Idem, fl.26.

<sup>46</sup> ARIÈS, op. cit., pp.407-413.

<sup>47</sup> **Notícias da doença, morte...**, fl.28.

<sup>48</sup> Idem, fl.28-30.

sinal até de prestígio. Para um rei era determinante que sua morte representasse para a sociedade a coroação de uma vida de sucesso e a concretização de uma caminhada de fidelidade à Igreja. Dessa forma, a divulgação desse momento era a garantia escrita para toda sociedade letrada que Pedro II cumpriu os requisitos de um bom rei católico, algo importante para sua veneração póstuma e o fortalecimento do filho como herdeiro de uma monarquia abençoada<sup>49</sup>.

As páginas que seguem ao suspiro final de Pedro II tratam da cerimônia pública, porém esse não parece ser o foco do impresso, pois reserva poucas páginas para isso e adota um tom protocolar. No próprio paço de Alcântara, onde morreu o rei, foi preparado o velório. De maneira discreta, o velório foi realizado somente na esfera da corte, sem ritual para o público geral, envolvendo somente membros da família real, nobreza e clero. Tudo foi organizado dentro do paço, incluindo a missa pontifical, o que é de se estranhar quando comparado com funerais de outros reis portugueses de dinastias anteriores, que tiveram a missa com o corpo presente realizada em templo aberto e preparado. De todo modo, o funeral mais discreto não perdeu parte do simbolismo envolvido, pois Pedro II teve seu corpo preparado devidamente, com roupas e armas que representavam a sua dignidade. Além disso, seus vassalos puderam prestar um último sinal de reverência ao beijarem suas mãos<sup>50</sup>. Em um salão do paço foram realizados os ofícios e no corredor que levava a esse salão prepararam-se altares para os clérigos celebrarem missas em nome de Pedro II. No dia seguinte ao falecimento já se organizou a procissão que levou o corpo do rei até o panteão da dinastia dos Braganças, o mosteiro de São Vicente de Fora. A narração da procissão fúnebre é feita de maneira

---

<sup>49</sup> Em crítica ao modelo exaltador do segundo corpo do rei proposto por Ernst Kantorowicz, o historiador Alain Boureau analisa o relato feito por um valet de quarto de Luís XIII de França sobre a agonia e morte deste rei por um outro prisma, compreendendo-o como uma manifestação da fragilidade do corpo simples do rei. Alain Boureau. **Le simple corps du roi. L'impossible sacralité des souverains français XVe-XVIIIe siècle**. Paris: Les Éditions de Paris, 1988, p.135-155.

<sup>50</sup> **Notícias da doença, morte...**, fl.32-33.

rápida, com especial atenção somente à ordem de precedência daqueles que seguiram a carruagem com o corpo do rei, mas não apresenta comentários sobre tensões ou qualquer questão envolvida, pois o narrador adota um tom protocolar.

Ao tratar dos presentes no cortejo, além dos nobres e ocupantes de cargos públicos, no texto só se mencionam soldados e religiosos; em momento algum há referência ao povo de Lisboa ou qualquer participação ou demonstração de luto por parte de populares<sup>51</sup>. Comparado com os relatos de funerais da dinastia de Avis, pode-se perceber uma diferença, pois naqueles registros a atenção ao espírito de consternação que afetava todo o povo se faz presente, com imagens até de automutilação<sup>52</sup>. Outra mudança marcante é a cerimônia da quebra de escudos, momento que representaria o fim do serviço àquele rei. No passado ela acontecia alguns dias depois do funeral, e em 1706 foi realizada logo em seguida à chegada do cortejo na igreja de São Vicente de Fora<sup>53</sup>. Na igreja de São Vicente o caixão foi levado pelos irmãos da Misericórdia, que detinham o monopólio dos enterros em Portugal, seguindo o processo até o sepultamento. Em alguns momentos o texto insiste em destacar a pompa e o zelo, reforçando a dimensão da importância do ato, mas ao comparar esse funeral com outros realizados em honra ao mesmo monarca, vemos uma certa simplicidade.

Comparando os funerais dos monarcas da dinastia de Bragança falecidos até ali, a relativa singeleza do funeral de Pedro II em Lisboa pode causar estranhamento. O funeral de seu irmão Afonso VI foi curto e discreto, o que era de se esperar tendo em vista o contexto da morte deste monarca<sup>54</sup>. Por outro lado, o funeral de seu pai, João IV, mesclou a simplicidade com alguns elementos significantes, tendo em vista a monarquia

---

<sup>51</sup> Idem, fl.38-40.

<sup>52</sup> Buescu, op. cit., p.24.

<sup>53</sup> **Notícias da doença, morte...**, fl.40.

<sup>54</sup> **Relação summária do funeral**, op. cit.

recém-restaurada e ser preciso garantir a fidelidade de seus vassallos em meio à guerra contra Espanha<sup>55</sup>.

Seguindo a comparação, ao se pensar em funerais régios, seja o funeral bem anterior de Felipe II em Lisboa, ou os organizados em seguida para Pedro II, percebe-se que o evento de Lisboa não exigiu grandes produções. As razões dessa diferença constituem um aspecto a que se busca responder nesta dissertação. Na realidade, isso diz respeito à forma de representar e comunicar o poder régio. Em Lisboa o rei está em corpo sempre, pouco precisa representar de maneira significativa e também o novo monarca participa de muitos eventos, desde a sua aclamação. Ademais, a morte de Pedro II ocorre em momento delicado para o reino, pois a guerra na Espanha exige o destino de homens e recursos, e talvez não fosse esse o melhor momento para se ostentar na capital do reino. A propósito, a conjuntura da guerra influenciaria sobremaneira outro funeral.

### **A morte no exterior: o funeral romano**

Mas em Roma, por outro lado, justamente por conta da guerra seria oportuno representar força e riqueza. As relações de Portugal com a Santa Sé não haviam passado por bons momentos durante a ainda curta dinastia de Bragança. Durante a Guerra da Restauração (1640-1668) a Santa Sé não reconhecia o direito do rei português ao trono, o que significava na prática que a Igreja portuguesa permanecia sem bispos nomeados por João IV<sup>56</sup>. Em 1659 falecia o bispo auxiliar de Lisboa Francisco Sotomayor, titular

---

<sup>55</sup> COSTA; CUNHA, op. cit., pp.263-265.

<sup>56</sup> Durante a Guerra da Restauração havia uma questão religiosa que deixava a posição portuguesa ainda mais frágil. Tendo em vista a relação íntima de apoio mútuo entre a Santa Sé e a Espanha após a Reforma protestante, o papado apoiava a luta espanhola por manter a soberania em Portugal. Dessa forma, o direito ao padroado régio por João IV não era reconhecido, da mesma maneira que a monarquia portuguesa não aceitava ingerência espanhola ou romana na Igreja em seu Estado. O resultado foram anos sem nomeações episcopais para todo o império português, o que tornava a vida religiosa mais complicada, mas fortalecia o rei, pois esse ficava com os rendimentos que deveriam ser destinados aos bispos. Cf.

de Targa, tornando o reino português desprovido de autoridade episcopal<sup>57</sup>. A situação só seria resolvida em 1668, já na regência de d. Pedro (futuro Pedro II), quando a Espanha finalmente reconheceu a independência lusitana. Ainda nesse ano, a Santa Sé seria determinante no processo de nulidade do casamento de Afonso VI e Maria Francisca de Saboia, e posterior permissão de matrimônio entre a mesma princesa e seu antigo cunhado, o infante d. Pedro<sup>58</sup>.

A normalização das relações diplomáticas garantia a Portugal, em especial à dinastia de Bragança, a legitimidade religiosa necessária para o governo. Por outro lado, a situação não era completamente tranquila. Em 1701, quando estoura a Guerra de Sucessão Espanhola, a situação está dividida em dois lados. Com a morte de Carlos II (1665-1700), dois príncipes se apresentam como pretendentes ao trono, Felipe, duque de Anjou e candidato francês, e Carlos, arquiduque da Áustria e proponente Habsburgo. O candidato francês, apoiado por seu avô Luís XIV, sobe ao trono espanhol, enquanto o príncipe Habsburgo conta com apoio do Sacro Império, da Inglaterra e das Províncias Unidas dos Países Baixos. Por conta da sua posição geográfica privilegiada, Portugal não demoraria muito a se envolver no conflito. A posição de Pedro II já era alvo de disputa desde que iniciado o confronto<sup>59</sup>. Após alguma hesitação, em 1703 o reino português acabou por apoiar o candidato austríaco, o que envolvia estar ao lado de duas grandes nações protestantes, Inglaterra e Holanda, contra uma aliança puramente católica de França e Espanha. Em 1706, ano da morte de Pedro II, era esse o complicado cenário em que se encontrava a monarquia portuguesa.

---

PAIVA, José Pedro. A Igreja e o poder. In: MARQUES, João Francisco; GOUVEIA, António Camões (orgs.). **História religiosa de Portugal. Humanismos e reformas**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, v.2, pp.158-163.

<sup>57</sup> Idem, p.162.

<sup>58</sup> Idem, p.163.

<sup>59</sup> MARTÍN MARCOS, David. **Península de recelos. Portugal y España, 1668-1715**. Madrid: Marcial Pons, 2014, pp.154-174.

O papado já não tinha mais o peso diplomático de outrora, da mesma maneira que o pragmatismo político internacional já superava a dicotomia entre católicos e protestantes. Desde a paz de Vestefália (1648), a Santa Sé via o seu papel internacional de árbitro dos conflitos políticos europeus ser reduzido<sup>60</sup>. De todo modo o pequeno reino português, recentemente sem o reconhecimento papal por vários anos, necessitava garantir a neutralidade romana com relação a sua posição. Além disso, Roma nesse período reunia diversas comunidades internacionais, por conta das representações diplomáticas, comerciais ou pelas comunidades de religiosos. Dessa forma servia como centro da rede internacional de informações na Europa. Uma caixa de ressonância para as notícias no Velho Mundo. Portanto, era comum as monarquias católicas mandarem celebrar exéquias em suas comunidades em Roma para seus monarcas falecidos.

Nesse complexo contexto, as exéquias do rei defunto Pedro II são realizadas. A importância da cidade de Roma para o cenário internacional justifica a realização de um funeral majestoso fora dos domínios portugueses, como veremos a seguir.

Em seu título o impresso já deixa claro onde foi celebrado o evento: *Funeral que se celebrou na Real Igreja de Santo Antonio da Nacção Portuguesa em Roma*<sup>61</sup>. A igreja de Santo Antonio dos portugueses era o local de reunião para a comunidade portuguesa que habitava a cidade, pela representação diplomática ou mesmo com os fiéis portugueses, tendo em vista a centralidade de Roma na fé católica. Desse modo, a escolha do templo como local da celebração era natural. Algo interessante ao leitor

---

<sup>60</sup> O historiador italiano Paolo Prodi reconhece, no processo de secularização da política e afirmação dos Estados Modernos após a Reforma protestante, um marco para a redução do poder da Santa Sé como instância para o arbítrio diplomático na Paz de Vestefália (1648). PRODI, Paolo. **El soberano pontífice: un cuerpo y dos almas: la monarquía papal en la primera Edad Moderna**. Traducción de Eduard Juncosa i Bonet. Madrid: Akal, 2010 [1982], pp.271-272.

<sup>61</sup> BNB, SLR, 023,003,001 n.024. **FUNERAL, QUE SE CELEBROU NA REAL IGREJA DE S.TO ANTONIO DA NACÇÃO PORTUGUEZA EM ROMA. PELLA MORTE DO SERENISSIMO REY DE PORTUGAL DOM PEDRO II. AOS 13 DE SEPTEMBRO DE 1707**, Lisboa: Officina Antonio de Rossi, 1707. f.1.

nesse documento é o local de publicação, pois o texto é todo escrito em português, mas impresso em Roma “na oficina de Antonio de Rossi na Praça de Ceri”. Com isso, indaga-se quais seriam as razões de publicar um impresso em português na cidade de Roma, fazendo-se necessário aprofundar um pouco a compreensão desse espaço.

As historiadoras Marília de Azambuja Ribeiro e Luísa Ximenes Santos, em capítulo a respeito dessas mesmas cerimônias, identificam sete publicações sobre o evento romano, baseadas no diário de Francesco Valesio<sup>62</sup>. As primeiras a princípio teriam sido entregues aos presentes, em especial os 23 cardeais que foram à cerimônia, sendo dois livretos com conteúdo explicativo sobre o material iconográfico visto na igreja de Santo Antonio<sup>63</sup>. Os documentos foram impressos na tipografia de Giorgio Placho, mesmo lugar onde posteriormente seriam impressas mais duas edições, adicionando doze gravuras onde estavam reproduzidas as imagens do que foi exibido dentro da igreja. Uma terceira edição posterior foi a tradução portuguesa, da qual um exemplar encontra-se na coleção Barbosa Machado, dividida entre texto e gravuras<sup>64</sup>. Por fim, foi impressa uma ode de Francesco Posterla, como suplemento às publicações sobre a cerimônia, e ainda mais uma publicação separada com poesias em honra ao aparato fúnebre produzido por Carlo Fontana<sup>65</sup>.

A Biblioteca Nacional do Brasil possui na seção de Obras Gerais um exemplar de uma dessas edições impressas na oficina de Giorgio Placho. O impresso possui 46 centímetros de altura e 30 centímetros de largura, configurando um objeto de grande

---

<sup>62</sup> RIBEIRO, Marília de Azambuja; SANTOS Luísa Ximenes. Um espelho para o novo monarca: retórica e política nas exéquias reais celebradas na cidade de Salvador em 1707 (um excuro histórico). In: DECKMANN, Eliane Cristina Fleck, DILLMANN, Mauro (orgs.). **Escritas e leituras: temas, fontes e objetos na Iberoamérica séculos XVI-XIX**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, pp.358-380.

<sup>63</sup> Idem, p.371.

<sup>64</sup> BNB, SLR, SLR, 23, 3, 1. MACHADO, Diogo Barbosa (org.). **Notícias das últimas ações e exéquias dos sereníssimos reis, rainhas e infantes de Portugal**, tomo I; BNB, I. MACHADO, Diogo Barbosa (org.). **Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado**, tomo 1, 1746.

<sup>65</sup> RIBEIRO; XIMENES, op. cit., pp. 372-373.



dimensão. Em seu miolo há a descrição de tudo o que ornava a igreja e sobre como o dia de celebração foi organizado. No final estão dispostas 12 gravuras representando as imagens produzidas por Carlo Fontana, arquiteto contratado para ornar a cerimônia, além das plantas da igreja. Veremos mais sobre essas estampas e o papel de Carlo Fontana no próximo capítulo, que trata diretamente da representação visual. Importa agora dissertar sobre os aspectos escritos da obra. Portanto, quando se fala em impressão de grande proporção, fica sugerido o caráter monumental que ela possuía, devendo cumprir um papel além da leitura, para exibição de algumas imagens.

Havia uma pluralidade de impressos e um grande investimento para imprimir imagens gravadas a buril, como mostra André de Melo Araújo, pois isso exigia uma técnica refinada para impressão<sup>66</sup>. Pode-se constatar que o funeral romano motivou um interesse em divulgação. Ainda sem analisar o conteúdo dos textos, pela quantidade de edições e cópias fica evidente que a monarquia portuguesa teve um grande interesse em guardar memória e circular informações em duas línguas sobre o funeral de Pedro II. Primeiro ato público internacional do reinado de João V, o funeral de seu pai dava o tom de como o novo monarca conduziria sua diplomacia dali em diante, sendo notabilizado pelo recurso à pompa e extravagância, em especial na corte papal<sup>67</sup>.

Por dentro dos documentos encontramos um texto bastante descritivo, mas baseado nos aspectos visuais de todo o aparato fúnebre, como veremos de modo detalhado no Capítulo 2. Neste capítulo está sendo considerado, para fins de análise

---

<sup>66</sup> ARAÚJO, André de Melo. A imagem impressa. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). **Modernos em curso: escritos e imagens no tempo**. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2022, pp.61-94.

<sup>67</sup> Pedro Cardim mostra que há um esforço contínuo por parte da coroa portuguesa em se afirmar como poder imperial, com base especialmente em seu grande domínio ultramarino. D. João V teria dado especial atenção a essa tradição política, investindo grandemente em embaixadas e rituais públicos que representassem a grandiosidade do império português. CARDIM, Pedro. La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVI-XVII). In: SABATINI, Gaetano (org.). **Comprendere le monarchie iberiche: risorse materiali e rappresentazione del potere**. Roma: Viella, 2010, pp.37-72.

textual e transcrição, o documento impresso em português, tendo em vista que ele é uma tradução da versão original em italiano. Algo relevante, mas que pode acabar passando despercebido, esse documento é anônimo, tampouco é possível sugerir quem poderia ter sido responsável pela sua produção. O único agente da coroa portuguesa que recebe alguma forma de crédito é Carlo Fontana, como veremos a seguir. Isso corrobora a hipótese acerca do interesse em se divulgar esse evento como algo promovido pela monarquia portuguesa, e não por um agente ou grupo político, não abrindo espaço para disputas ou destaques individuais dentro do texto. Certamente não seria o autor, mas o poder de João V que se fortalece ante a memória de seu falecido pai, apropriada para engrandecer a monarquia portuguesa<sup>68</sup>.

Uma informação importante que aumenta a compreensão da grandiosidade do ato é a escolha do arquiteto responsável por toda a construção da ornamentação, Carlo Fontana.

Devendosse pois executar as Reais ordens, que para hum tal efeito mandou o Serenissimo Rey DOM JOAO V. actualmente Reynãte, digníssimo herdeiro da Coroa de Portual, e do Real animo do defuncto Rey seu glorioso Pay, se escolheo para dispor hum rico, e conveniente apparato o Senhor Cavalheiro Carlos Fontana, o qual se preza de ter recebido da Coroa de Portugal o Habito da Ordem de Christo, e exercitado por muytos anos o posto de Architecto Regio, cujo entendimento se pode com razão chamar fecundíssima mina de nobres inventivas praticada sempre na erecção de magnificas, e sublimes fabricas, de Arcos triumphais, e de pomposos funerais, que se fizeraõ na morte de muytos, e diversos Personajes, para que com as suas spiritozas phantazais ideasse, e puzesse em execução a quillo que melhor pudesse exprimir o generoso agradecimento do Serenissimo Rey vivente, e o grande merecimento do Gloriosissimo Rey DOM PEDRO defuncto<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> David Martín Marcos, em capítulo a respeito da política externa de João V com a corte papal, mostra uma estratégia política organizada para promover o reino português através de sua relação com o papado, pleiteando reconhecimento público da importância do reino para a cristandade através de benesses e títulos cristãos. A oportunidade de celebrar o funeral em Roma pode ser compreendida como o ato inaugural de uma série de missões diplomáticas que buscaram a Cidade Eterna para promover a corte de João V. Portugal, um pequeno reino ibérico, afirmava-se como uma grande monarquia pluricontinental, evocando sua vocação desde o período manuelino. E João V, monarca deste reino, buscava pôr à prova sua dignidade régia, equiparando-se aos demais reis católicos da Europa. MARTÍN MARCOS, David. Beyond policy: shaping the image of John V of Portugal in Rome. In: CORREDOIRA, Pilar Diez del Corral (org.). **Politics and the Arts in Lisbon and Rome: the Roman dream of John V of Portugal**. Liverpool: Liverpool University Press, 2019, pp.17-41.

<sup>69</sup> **Funeral que se celebrou**, op. cit., fls.3-4.

Carlo Fontana, como o trecho deixa claro, era um velho conhecido da monarquia portuguesa, tendo ocupado o posto de arquiteto régio durante a vida de Pedro II, além de em Roma ter ornado outros funerais, como será visto mais adiante. A escolha de um arquiteto para a ornamentação do funeral reforça a ideia do grande investimento por parte de João V e seus conselheiros em fazer sua monarquia ser bem representada na ocasião da morte do pai. Roma seria naquela situação um teatro de toda luta política acontecida no continente europeu, bem representar-se ali era sinal de força da monarquia portuguesa, uma potência menor frente aos grandes da Europa.

Sobre este evento, os relatos de Francesco Valésio garantem mais algumas informações que possibilitam perceber o seu grau de importância dentro da corte pontifícia. Como já mencionado, o cronista esclarece que estavam presentes 23 cardeais, não tendo sido convidados somente três, provavelmente por serem partidários de Felipe V na Guerra de Sucessão Espanhola. Os cardeais receberam tochas, os demais prelados velas, todos os presentes vestiam o luto e receberam dois livros, um detalhando a decoração e outro contendo as gravuras<sup>70</sup>. Além disso, como mais um sinal de prestígio do evento, no dia seguinte à celebração fúnebre o próprio papa teria visitado a igreja para ver a ornamentação produzida por Carlo Fontana<sup>71</sup>. Dessas informações é possível afirmar que o funeral régio teve plena adesão da corte papal, além de grande qualidade na sua concepção, demonstrada nos ornamentos apresentados no próximo capítulo, e também no uso de livros para explicar aos presentes aquilo que se apresentava, possivelmente despertando no próprio papa o interesse em conhecer os aparatos fúnebres.

---

<sup>70</sup> VALESIO, Francesco. **Diario di Roma**, ed. Gaetano Scano. Milano: Longanesi, 1978, v. III, pp.886-887, apud ROSA, Cristina. I compagni dell'ultimo viaggio: i funerali solenni di D. Pedro II e D. João V a Roma. In: DE CAPRIO, Vincenzo (org.). **Compagni di viaggio**. Viterbo: Sette Città, 2008, pp.161-186.

<sup>71</sup> Idem, ibidem, p.881, apud: Idem, ibidem, p.167.

Por ser um documento marcadamente visual, mesmo apresentando uma divulgação escrita, será melhor analisado no capítulo seguinte. A informação mais importante agora está na profusão de edições e a grande qualidade dessas, envolvendo até gravuras que marcam o grande investimento da coroa portuguesa em garantir não só a memória, mas a ampla divulgação dos feitos durante o funeral de Pedro II.

### **A morte em perspectiva colonial: o funeral de Salvador**

Mas a pompa observada no funeral romano não é uma exclusividade europeia, pois na Cidade da Bahia, atual Salvador, também teria sido possível homenagear o rei falecido de modo exuberante, dentro das limitações técnicas e materiais do mundo colonial. Nas páginas a seguir serão analisados os escritos sobre um funeral que talvez seja o mais complexo entre os apresentados, não pela sofisticação das alegorias que apresenta, mas pela pluralidade de textos que compõem um único documento. O *Breve compendio...* é organizado por um autor bem definido, que não deixa espaço para elaboração de hipóteses sobre quem também se representaria naquele texto. Sebastião da Rocha Pita ilustra a folha de rosto com seu nome e títulos: “Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Cavalleiro professo da Ordem de Christo, e Coronel do Regimento da Ordenança da Cidade da Bahia”<sup>72</sup>. Rocha Pita é hoje um autor conhecido sobretudo por *História da América portuguesa*, que publicaria em 1730<sup>73</sup>. Mas em 1709 ele publica sua primeira obra, agora em tela. Dentro do documento, ele é o primeiro dos muitos nomes que assinam os textos componentes do opúsculo, como veremos a seguir.

---

<sup>72</sup> Para mais informações sobre Rocha Pita, SINKEVISQUE, Eduardo. Sebastião da Rocha Pita. In: VARELLA, Flávia; OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. (orgs.). **História e historiadores no Brasil: da América portuguesa ao Império do Brasil** – c.1730-1860. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2015, pp.17-42.

<sup>73</sup> PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa desde o anno de mil e quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro**. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1730. Há outro manuscrito de Rocha Pita que se destaca, um tratado político oferecido em 1715 ao marquês de Angeja, vice-rei do Estado do Brasil. Foi escrito provavelmente entre 1703 e 1706, após a mudança de posição na Guerra de Sucessão da Espanha. SINKEVISQUE, Eduardo (org.). **Sebastião da Rocha Pita, Tratado político (1715)**. São Paulo: Edusp, 2014, pp.21-87.

Membro de destacada família da América portuguesa, Rocha Pita teve a oportunidade de estudar direito na Universidade de Coimbra, experiência que o habilitaria como porta-voz da elite baiana por algumas vezes, tendo em vista a sua familiaridade com os códigos que circulavam no continente europeu<sup>74</sup>. O governo pela pena era uma característica importante das relações de dominação no mundo ultramarino. Como mostra Ronald Raminelli, embora mais centrado na segunda metade do século XVIII, o governo de Portugal se beneficiava do envio de notícias por parte de seus vassalos americanos, ao mesmo tempo que os recompensava por cumprir tal papel<sup>75</sup>. Certamente há uma relação de troca entre aquele que escreve sobre o mundo americano e o governo português, que teria um virtual controle daquilo que se passa em distantes paragens. Dessa forma, o texto encomiástico produzido por Rocha Pita pode ser interpretado como parte de uma tradição de agentes da coroa que não se limitavam à subserviência irrestrita aos comandos régios, mas colocava em questão os próprios interesses para bem realizar aquilo que se espera. A mesma mão que usa a pena em honra ao monarca é a que pede uma mercê pela fidelidade irrestrita. A própria composição da obra dá o tom de negociação, pois pela primeira vez se publicava um texto sobre um evento régio fora do reino, narrado por um vassalo ultramarino<sup>76</sup>. Além disso, junto à narrativa ainda estão publicados textos poéticos desses mesmos moradores da América portuguesa. O que vemos não é a forma como a monarquia se fazia representar, mas o modo como alguns vassalos da América portuguesa a

---

<sup>74</sup> A família de Rocha Pita foi de grande relevância na política baiana por largo tempo. Sebastião, seu membro mais famoso, ocupou diversos cargos políticos e militares durante muitos anos. Além disso, cursou direito na Universidade de Coimbra durante a juventude e em seguida voltou a administrar os engenhos de sua família e os representou na vereança da cidade. Nesse sentido, trata-se de alguém com recursos e uma rede de contatos que o habilitou a “falar” em nome de um grupo político relevante no cenário atlântico do império português. Sobre a família Rocha Pita e sua importância política, conferir: KRAUSE, Thiago, **Formação de uma nobreza ultramarina: coroa e elites locais na Bahia seiscentista**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese (doutorado História Social), Rio de Janeiro, 2015, p.105.

<sup>75</sup> RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008, p.20.

<sup>76</sup> RIBEIRO; XIMENES, op. cit., p.373.

interpretavam. O texto foi publicado, portanto ele atendia aos interesses da coroa. Mas ele não deixa de ser uma fonte também relevante para se compreenderem a visão de mundo e valores desses setores locais no início do século XVIII.

Nesse sentido, o historiador Diogo Ramada Curto argumenta que a publicação de narrativas de cerimônias públicas por parte de uma elite letrada colonial faz parte de um esforço em se fazer representar através de modelos europeus. Rocha Pita seria uma espécie de precursor dessa tradição política, pois se notabilizaria ao longo da vida pela organização de academias e publicação de escritos com vista a promover a cultura de elite baiana no império português<sup>77</sup>.

Sendo assim, a publicação de um longo texto de 120 páginas em tom encomiástico não seria somente um sinal da fidelidade dos vassalos da América portuguesa a Pedro II e seu sucessor João V. Mas também uma oportunidade única de publicar em Lisboa uma série de escritos e se fazer representar ante um reinado que iniciava. Nas análises que se seguem, destrinchamos o documento composto por múltiplos gêneros, autores e funções.

Essa edição foi impressa em Lisboa na oficina de Valentim da Costa Deslandes, impressor régio, já no ano de 1709, 3 anos após a morte de Pedro II. O longo tempo que divide o evento e a publicação é justificado por um dos pareceristas responsável por dar a licença de publicação pelo Santo Ofício. O padre Caetano de Souza explica que mesmo que se estranhe a lembrança depois de tanto tempo, a distância entre as diferentes partes do mundo justificaria a demora<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)**. Campinas: Editora Unicamp, 2009, pp.421-425.

<sup>78</sup> BNB, SLR, 023,003,001 n. 022. PITTA, Sebastião da Rocha, **Breve compendio e narraçam do funebre espectáculo, que na insigne cidade da bahia, cabeça da america portugueza, se vio na morte de elrey d. Pedro ii. De gloriosa memoria, s.n. Offerecido à magestade do serenissimo senhor dom**

A composição da obra se apresenta da seguinte forma. Primeiro há a folha de rosto em que constam as informações do título, em seguida temos quatro páginas de uma carta escrita por Sebastião da Rocha Pita a d. João V. Rocha Pita abre o compêndio com uma missiva na qual expressa sua visão política naquele momento e parece aconselhar o novo rei, adotando um tom elogioso que se assemelha aos dos espelhos de príncipe, gênero literário comum desde o medievo tardio. O autor usa a alegoria da Fênix para reforçar a continuidade dinástica, após aconselhar o rei a seguir as virtudes do pai, garantindo assim os troféus de seu reinado. Com esses escritos, o autor se coloca em diálogo direto com o monarca, expondo na verdade sua visão política sobre o período de sucessão, bastante ancorado em referências clássicas e na teologia da Igreja. A ideia de continuidade dinástica não se limita à sucessão entre pai e filho, mas recorre à linhagem de Afonso Henriques, primeiro rei português, para reforçar a tradição da monarquia portuguesa. Por fim, o autor assina a carta e a data no dia 3 de dezembro de 1707, fornecendo o momento aproximado de quando ele teria enviado os manuscritos para Lisboa<sup>79</sup>.

Logo a seguir há uma série de textos líricos, todos em honra a Rocha Pita ou às exéquias. No total são doze sonetos, dez deles em louvor ao autor, entre os quais há quatro anônimos e outros seis assinados por Francisco de Souza de Almada, Luis Botelho Froes de Figueiredo, Felix Machado, Luis do Couto Felix, o visconde de Asseca escrevendo em castelhano, Joseph Soares da Sylva também em espanhol, e Julio de Mello de Castro. Além destes, há um soneto às exéquias escrito pelo padre João de Almeyda, capelão das freiras de S. Marta; e outro escrito por Julio de Mello de Castro,

---

**joam v. Rey de portvgal. Composto por sebastiam da rocha pitta, fidalgo da casa de sua magestade, cavalleiro professo da ordem de christo, e coronel do regimento da ordenança da cidade da bahia. / lisboa, na officina de valentim da costa deslandes, impressor de sua magestade. Com todas as licenças necessarias.** Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1709. fl.22.

<sup>79</sup> Idem, fl.3-6.

dedicado à grandeza do túmulo. Ademais, há uma epigrama em latim e décimas dedicadas ao autor.

A análise de textos poéticos reserva muitas questões a um historiador, acostumado a lidar principalmente com contextos sociais. Porém, o texto poético está calcado em outra estrutura. Conforme o linguista russo Roman Jakobson, na poesia há uma superposição da função poética sobre a função referencial nos textos. Enquanto a função referencial inclina-se ao contexto e ao referente, a poética é calcada na mensagem em si<sup>80</sup>. Os estudos históricos geralmente lidam mais com a função referencial, mas não de modo exclusivo. Portanto, algumas aproximações são realizadas daqui em diante para melhor compreender esse complexo universo poético do Atlântico português no início do século XVIII. O crítico literário Alcir Pécora, ao analisar o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado escrito por Juan Lopes Sierra, esclarece o lugar retórico das publicações de louvores, em especial os encômios proferidos aos com encargo de governar, de sobrevalorização das virtudes, em especial da justiça<sup>81</sup>. Essa afirmação se concretiza ao analisar as belas-letas desses textos, pois através dessas vemos o louvor a um monarca soberano e justo, reconhecido por seus vassalos americanos.

Voltando para a análise interna da obra, a primeira coisa que chama atenção é a precedência de honras a Rocha Pita na composição. O papel do autor se destaca no texto. Pensando em um leitor hipotético, este ao ter contato com a obra leria primeiro

---

<sup>80</sup> JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução de Isidoro Bilkstein e José Paulo Dias. São Paulo: Cultrix, 1969 [1960], p.118-162. Ver também ALCIDES, Sérgio. História e poética. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). **Modernos em curso: escritos e imagens no tempo**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; Niterói: Eduff, 2022, p.31-59.

<sup>81</sup> PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. In: SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (orgs.). **As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p.49.



poemas sobre a grande capacidade de Rocha Pita de narrar o funeral de Pedro II, e em decorrência a própria narração do funeral, enviesando assim a interpretação.

Antes de analisar o escrito, há também o peso dos autores dos sonetos, quem seriam esses personagens. Para descobrir isso recorreu-se à *Bibliotheca lusitana...* coligida por Diogo Barbosa Machado<sup>82</sup>. Nessa biblioteca concebida como um dicionário de autores, constam os nomes de quatro autores de sonetos no opúsculo. Segundo o bibliófilo setecentista, Luis Botelho Froes de Figueiredo, nobre, nasceu em 1675 na vila de Santarém, estudou filosofia e direito canônico em Coimbra, serviu na corte de Pedro II mas mudou-se para Madrid em 1715, onde se casou e se incorporou à Universidade de Alcalá<sup>83</sup>; Julio de Mello de Castro nasceu em Goa em 1658, filho de Antonio de Mello de Castro, vice-rei da Índia, seguindo com o pai para Lisboa, onde construiu carreira militar e serviu na corte real, sendo um membro da Academia Real da História Portuguesa<sup>84</sup>; já Diogo Correia de Sá era o 3º visconde de Asseca, neto de Salvador Correia de Sá e Benevides, e também foi acadêmico real<sup>85</sup>; por último, Joseph Soares da Sylva nasceu em Lisboa, filho de António Soares de Madureira, tesoureiro da casa real, sendo também membro da Academia Real da História<sup>86</sup>.

A análise desses pequenos perfis de cada um desses nomes sugere algumas considerações. Rocha Pita se provava ali como alguém com relevantes contatos, especialmente entre os círculos letrados, pois todos esses homens eram nobres com certa proeminência nos círculos letrados portugueses. Tê-los escrevendo poemas em

---

<sup>82</sup> BARBOSA MACHADO, Diogo. **Bibliotheca lusitana, histórica, crítica e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da ley da graça até o tempo presente.** Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, 3 tomos.

<sup>83</sup> Idem, 1747, tomo III, p.63.

<sup>84</sup> Idem, 1741, tomo II, p.922.

<sup>85</sup> Idem, ibidem, tomo II, p.645.

<sup>86</sup> Idem, ibidem, tomo II, p.900.

honra ao autor Rocha Pita era sinal de distinção e validação erudita para o letrado baiano. Além disso, há mais um elemento que contribui para a construção de uma hipótese maior, pois alguns deles seriam depois membros da Academia Real da História, fundada em 1720 por João V, onde o próprio Rocha Pita seria também sócio correspondente. Nesse sentido, parece que Rocha Pita construía uma carreira letrada através da organização do seu compêndio, sendo honorificado mediante a arte das letras no império português.

Retornaremos a essas hipóteses ao longo deste trabalho, sigamos agora com os sonetos compostos por esses autores. O formato encomiástico dos sonetos mescla a honra de Pedro II, como não poderia deixar de ser, com as qualidades de Rocha Pita. No primeiro deles, assinado por Francisco de Souza de Almada, essa mescla é mais evidente.

Morre Pedro; oh que dor! mas he mentira,  
Quando hoje a vossa penna assi discorre,  
Porque renace Pedro, quando morre,  
Do Tumulo fazendo berço, e pira.  
Morto està, mas por fama hoje respira [...]  
(Mayor morte da fama esclarecida;)  
Pois a Pedro hoje dais fama notoria,  
Nessa morte vos deve a vós a vida,  
E à vossa penna deve a sua gloria<sup>87</sup>.

O poema que abre a série de sonetos escritos por portugueses mostra a concepção do período sobre a função desses textos na preservação da memória. Francisco de Almada atribuiu ao portador da pena, Rocha Pita, a responsabilidade pela fama notória, que pode ser interpretada como a preservação da boa memória do monarca que morreu, mas mantém-se vivo pela memória preservada. Nos outros

---

<sup>87</sup> PITTA, Sebastião da Rocha, **Breve compendio...**, op. cit., fl.7.

sonetos a eternização de Pedro II por Rocha Pita é novamente reconhecida, e esse seria o “lugar-comum” de todos aqueles que louvavam o letrado baiano, de certa forma dirigindo-se a ele no poema. Outro soneto em louvor ao autor traz uma relação interessante entre a espada e a pena, *topos* caro ao se estudar a relação entre os vassalos da América portuguesa que buscam justificar seus pedidos de mercês nesse período.

[...] Mercurio da eloquancia documento,  
O que em folhas louvais muy nobre, e attento,  
Com armas defendeis muy forte, e ousado.  
Matais à espada em Marcio desafio,  
Dais vida com a penna neste empenho,  
E não sey por qual fica o senhorio:  
Mas de ambas igual vejo o desempenho,  
Porque vanceis na espada a todo o brio,  
E superais na penna a todo o engenho<sup>88</sup>.

A poesia sugere um mesmo valor da espada à pena. Pensando no contexto desse período, quando Portugal e seu império enfrentavam uma guerra contra outros impérios coloniais, podemos entender uma valorização da função daquele que escreve. Nesse momento o foco estaria na guerra, e equiparar a espada à pena pode soar como uma valorização do papel do cronista d’além mar. Some-se a isso a “nobreza” de Rocha Pita, reconhecida por um dos sonetos (anônimo), sendo a narração do funeral mais um elemento que o dignifica.

Já nobre Sebastião, reconhecida  
Lusitania te está, tuas glorias soma,  
Pois por ti esta dor, que os bronzes doma,  
O desafoço tem de bem sentida. [...]  
[...] Nas letras lhe dás vozes com que brade,

---

<sup>88</sup> Idem, fl.15.

Na penna lhe dâs azas com que voe<sup>89</sup>.

A profusão de sonetos em honra a Rocha Pita é relevante para considerar o papel do autor, importante nessa obra. Após uma leitura atenta dos escritos, podemos perceber realmente um tom elogioso muito forte, atrelando diretamente o autor à boa fama do rei, quase como um guardião na América portuguesa. Além disso, pensando em um horizonte de recepção, esses autores podem ser considerados leitores da narrativa a ser vista mais à frente, e por essa razão escrevem poesias laudatórias. Atestando, de certa forma, a qualidade do que se lê<sup>90</sup>.

Após a parte lírica temos a burocrática, transplantada para a pequena obra com os diálogos institucionais presentes. Primeiro encontram-se as licenças do Santo Ofício, com dois pareceres comentando a obra, o primeiro assinado pelo padre António Caetano de Sousa<sup>91</sup> e o segundo por frei Manoel da Esperança. Em seguida há uma breve licença do poder ordinário, ou seja, da Igreja episcopal, assinada pelo bispo de Tagaste, título do bispo auxiliar de Lisboa na altura. Por fim há a licença do Paço, composta por um parecer assinado pelo conselheiro ultramarino António Rodrigues da Costa<sup>92</sup>.

---

<sup>89</sup> Idem, fl.16.

<sup>90</sup> Sobre a forma prestigiosa do soneto, surgido no século XIII, desenvolvido depois por Petrarca no âmbito italiano e migrada para o mundo português pela pena de Francisco de Sá de Miranda e posteriormente por Camões, ver AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do. **Desavenças: poesia, poder e melancolia nas obras do doutor Francisco de Sá de Miranda**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese (Doutorado em História Social), 2007, p. 67-68, 83-89, 91-98; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O código endiabrado: da sublevação nas Minas em 1720**. Niterói: Eduff, 2023, p.351-357.

<sup>91</sup> Antonio Caetano de Souza foi um padre teatino nascido em 1674 que se notabilizaria pela escrita da história dos bispados ultramarinos portugueses e sobretudo pela genealogia da casa real portuguesa, impressa em vários volumes anos depois. Fez parte do grupo de 50 membros da Academia Real da História em 1720. BARBOSA MACHADO, Diogo. **Bibliotheca lusitana, histórica, crítica e cronológica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da ley da graça até o tempo presente**. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, tomo 1, pp.228-230.

<sup>92</sup> António Rodrigues da Costa havia sido recentemente alçado ao posto do Conselho Ultramarino em 1709, mesmo ano em que emite o parecer. Sua atuação no Conselho se notabilizaria por suas avaliações a respeito da América portuguesa, e ao fim da vida destacou o valor do amor dos vassalos americanos por seus soberanos como prevenção aos perigos do governo, tema que já chamava atenção neste parecer sobre o livro coligido por Sebastião da Rocha Pita. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. António Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassalos aborrecidos (notas a respeito de um parecer do

Os pareceres para a censura tríplice vigente à época são em essência uma expressão da primeira recepção dos escritos. Ao analisarem o material oriundo da América portuguesa, os pareceristas emitem opiniões sobre a obra, sua qualidade e lisura. Por exemplo, o padre António Caetano de Sousa escreve: “No argumento deste livro mostra seu Author com elegância o amor que aquellles vassallos tem aos seus Augustos Monarcas;”<sup>93</sup>. Também frei Manoel da Esperança emite um juízo sobre a qualidade do trabalho: “Com muita mayor razão devia este livro ser guardado em o mais rico cofre, que houvesse em todo o mundo, não só por razão da matéria que trata, senão por razão da fôrma, e grande eloquência com que esta escrito.” Depois completa: “não sey eu que haja no mundo Nação alguma, que tenha mostrado para com os seus Monarcas amor mais agigantado, que os nossos Americanos Portuguezes”<sup>94</sup>. Ao mesmo tempo, os escritos guardam memória da honra de Pedro II e garantem em Portugal o amor dos vassallos americanos para com esse rei, prova da fidelidade e sua qualidade.

Também António Rodrigues da Costa, membro do Conselho Ultramarino, ao emitir seu parecer explica as razões de se publicar o livro.

[...] e me parece o livro não só digno da licença que pede seu Author para o imprimir, mas que convirá muito que se faça publico por este meyo, para que na magnificencia do apparato com que naquela Metropoli da nova Lusitania se solemnizãrão as ultimas honras do nosso Monarca, e nas verdadeiras demonstraçoens de sentimento que aquelles vassallos derão naquele fatal golpe, se veja com evidencia que a fidelidade Portugueza, e com amor com que esta fidelíssima nação ama aos seus Principes, he tam constante, e invariável, que nenhuma distancia, e nenhuma diferença de clima, por mais estranho, e apartado que seja, he poderoso a diminuirlhe o ardor do seu affecto, e a grandeza de sua veneração, antes parece que quanto os Portuguezes mais se afastão da sua origem, e do berço em que nascãrão, tanto mayor he o obsequio que tributão à Magestade, imitando nesta parte a

---

Conselho Ultramarino, 1732). In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. (orgs.). **Retratos do império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX**. Niterói: EdUFF, 2006, pp.187-203. Sobre as três licenças e a censura em Portugal à época, MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. **A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

<sup>93</sup> PITTA, **Breve compendio...**, op. cit., fl.22.

<sup>94</sup> Idem, fl.23.

natureza dos rios, que quanto mais se apartão das suas fontes, tanto mayor tributo, e veneração rendem ao Oceano don recebêraõ o ser<sup>95</sup>.

Para o conselheiro, publicar os escritos seria uma forma interessante de representar a fidelidade com que o rei português era admirado em seus domínios. De certa forma, emular as estruturas hierárquicas do Antigo Regime na composição dessa obra era algo interessante para ambas as partes. Aos vassalos americanos era um sinal de dignidade e prova da própria capacidade de se fazer reconhecer como bons súditos, e à coroa era uma maneira de garantir seu fortalecimento em local tão distante do centro de poder. Desse modo os ciclos de representação poderiam se retroalimentar em busca de mais dignidade, os vassalos em busca de mercês e honras, e a coroa garantindo sua fidelidade e domínio.

Após essa longa introdução que ocupa 28 páginas, começa a narrativa propriamente dita dos eventos que se sucedem desde a chegada da notícia da morte do rei Pedro II até a realização das exéquias na catedral da Bahia, composta por 18 páginas. Nessas podemos finalmente analisar a retórica de Rocha Pita ao narrar os feitos dos vassalos americanos. O autor mostra a qualidade de seu escrito a partir do poder de trabalhar diferentes alegorias no texto, mostrando erudição e capacidade de operar conforme o gosto de seu tempo. Na verdade, por vezes o autor é deveras hiperbólico na forma como constrói sua narrativa. Pedro II aparece muitas vezes elevado à categoria de astro solar, seus domínios são o império ou hemisfério português, e a consternação dos moradores é sempre gigantesca.

Logo de início fica claro que a narração seria detalhada, começando ainda no momento em que a notícia da morte do monarca chega pelos navios.

A noticia infausta desta fatal ausencia, que em termo breve enlutou de sombras os remotos espaços do Orbe Portuguez, chegou a esta Bahía, a mais

---

<sup>95</sup> Idem, fl.26.

estendida Zona do seu dominio, em huma esquadra de Naos, em que Lisboa sobre o mar de suas Conquistas no comunicou as correntes do seu pranto; e recendo com as nossas lagrimas, formarão outro rais imenso mar de magoas, e saudades.

Principiou o universal sentimento nesta Cidade, primeiro com íntimos extremos, e logo com publicas demonstraçoens, pelo General Luis Cesar de Menezes: assim por ser o primeiro Movel deste estado. Como Governador, e Capitão Geral delle, como por que sendo hum dos mayores vassalos da Coroa portuguesa, no sentimento da morte de seu Monarca se achava tam empenhado pela grandeza da sua Casa em Portugal, como pela obrigação do seu cargo no Brasil. E dispondo o fúnebre espectáculo, se pregoavão os lutos, se fecharão os Palacios, e se suspendêrão por muitos dias os Tribunaes<sup>96</sup>.

Ao iniciar a obra, Rocha Pita apresenta grande diferença com o relato de Lisboa, pois no Brasil a demonstração pública de luto pesa muito no texto. Diferente do visto no texto lisboeta, o letrado brasílico escreve que o luto se institucionalizou, afetando o funcionamento de palácios, tribunais e igrejas, e só as tropas não pararam de trabalhar. Evidencia assim o luto da população que chora, sofre e sente saudades de um rei que nunca viu. Ademais, o luto toma corpo naquele que seria o “cabeça” da América portuguesa na figura do governador-geral Luís César de Meneses, representante não só do comportamento a ser copiado, como da institucionalidade tão importante. É fundamental ressaltar a capitalidade da Cidade da Bahia neste momento, não somente por seu estatuto na América portuguesa, mas por conta de seu papel central no Atlântico Sul e no império português como um todo. A historiadora Avanete Pereira Sousa fornece a dimensão que a Cidade da Bahia possuía nesse momento<sup>97</sup>.

Ainda no campo da institucionalidade, Rocha Pita descreve a maneira como os vereadores da câmara da cidade procederam com a cerimônia da quebra dos escudos. No texto português vimos essa mesma cerimônia narrada rapidamente, diferente do realizado neste texto, no qual Rocha Pita dá maior valor ao ritual para chamar atenção para o grande respeito que compõe o ato: “segundo o estylo Portuguez, quebrava os

---

<sup>96</sup> Idem, fl.29.

<sup>97</sup> SOUSA, Avanete Pereira. A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII. In.: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo R (orgs.). **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica**. Salvador: EDUFBA; Lisboa: CHAM, 2016.

Reaes Escudos: a cujo lamentável ruído respondia os lastimosos ecos de clamor popular”<sup>98</sup>.

Em seguida o autor segue com o relato do fabrico de um majestoso túmulo a ser utilizado nas exéquias reais, sob responsabilidade do secretário de Estado Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque, filho de Bernardo Vieira Ravasco e sobrinho do padre Antônio Vieira<sup>99</sup>. A descrição detalhada de cada elemento do suntuoso aparato fúnebre preparado por Gonçalo Ravasco ocupa 10 páginas das 18 da narração, demonstrando a grande importância dada ao funeral simbólico. De todo modo, sua descrição detalhada será analisada no próximo capítulo, ao compor a categoria icônico-visual de comunicação política, assim comparada ao outro funeral, em Roma.

Seguimos então para a realização do ritual público em si na catedral da Bahia, toda ornamentada para receber a cerimônia. O autor salienta que o evento reuniu o corpo de habitantes como um todo, prelados, religiosos, nobreza e povo, ocupando as ruas vizinhas à igreja<sup>100</sup>. O celebrante, arcebispo metropolitano, acumulava tantas virtudes que enobrecia não só seu arcebispado, mas a Igreja de Roma como um todo<sup>101</sup>, em mais um sinal da hipérbole característica da escrita do autor. Ainda nessa linha, o autor chama atenção para como o choro dos presentes mesclava-se aos acordes do coro em harmonia. O choro e a beleza dos ritos católicos são os maiores sinais de reverência no relato, sugerindo uma concepção de corpo místico que muito se assemelha ao que conhecemos sobre o período. De fato, a narrativa de Rocha Pita é a única que se preocupa em envolver todo o corpo da cidade com seus personagens, desde as figuras

---

<sup>98</sup> PITTA, *Breve compendio...*, op. cit., fl.31.

<sup>99</sup> A mesma função foi cumprida por seu pai, Bernardo Ravasco, na ocasião do funeral de d. Afonso Furtado, Governador-geral do Brasil falecido em 1706, quando ele também ornou a igreja para a celebração das exéquias. SCHWARTZ; PÉCORA, op. cit., p.222.

<sup>100</sup> PITTA, op. cit., fl.43.

<sup>101</sup> Idem, fl.43.



de mais elevados cargos até o povo em geral, todos choram e sofrem da mesma maneira. Insinua assim um ambiente de luto mais abrangente e extremo do que o lisboeta. Talvez isso se explique por uma certa rusticidade do autor. Afastado então dos círculos letrados europeus, ele elabora textos mais hiperbólicos para demonstrar sua vassalagem e capacidade. De qualquer maneira, na Bahia vemos a perda da cabeça do corpo político do reino ser vivida com grande luto por seus membros.

A narrativa propriamente dita ocupa a menor parte do compêndio, logo sucedida por outra série de textos líricos. Primeiramente, três sonetos de Sebastião da Rocha Pita, sobre o túmulo, a imagem da morte e a morte do rei de Portugal. Esses sonetos são seguidos por um romance de três páginas sobre o mausoléu, escrito em espanhol por Rocha Pita. Depois o autor transcreve um canto de *Os lusíadas*, de Camões (cântico 4, oitava 50), dedicado à morte do rei.

As composições de Rocha Pita não variam muito de estilo nem trazem elementos distintos que as tornem relevantes a uma análise particular. Com a construção poética desses textos, o autor busca relacionar o que foi lido no relato factual com algum toque artístico de sua pena. O domínio da técnica de composição de sonetos pode servir também como sinal da destreza poética do autor<sup>102</sup>. O historiador e poeta Sérgio Alcides ressalta a erudição e domínio técnico envolvendo a escrita de um soneto, compreendido nesse tempo como a forma poética da cultura letrada por excelência<sup>103</sup>. Portanto, é possível compreender que a profusão desse gênero poético dentro do compêndio é um sinal do interesse em alcançar mais prestígio através das belas-letas.

---

<sup>102</sup> Idem, fl.48-53.

<sup>103</sup> Para Sérgio Alcides o soneto ocupa lugar de destaque dentro de uma “hierarquia” poética, assumindo precedência até mesmo na ordem de publicação em tipografias. Por conta da série de regras que determinam a confecção desse gênero, a habilidade do autor ao produzir um soneto é sinal de sua erudição e domínio técnico. AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do. **Desavenças: poesia, poder e melancolia nas obras do doutor Francisco de Sá de Miranda**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese (Doutorado em História Social), 2007, pp.90-93.

Antes de encerrar a parte do livro na qual escreve suas composições, o autor transcreve um poema de *Os lusíadas* sobre a morte de heróis, ao comentar sobre a Ínclita Geração. Além do *topos* da morte heróica, o verso de Camões reforça uma associação presente outras vezes no compêndio, a relação entre os reinados de Pedro II e João V com dinastias anteriores de Portugal, a de Avis ou mesmo a de Borgonha, desde o primeiro rei Afonso Henriques. A continuidade dinástica, mesmo forçada, é algo importante, ainda mais em um período de certa instabilidade, e a fidelidade dos vassallos americanos sugere ancorar-se na estabilidade da sucessão régia, mediante a arte retórica. Finda a série de contribuições de Rocha Pita, outros moradores da América portuguesa colaboraram para a composição.

O primeiro deles é o licenciado Gonçalo Soares da Franca, depois mais um membro correspondente da Academia Real da História, junto a Rocha Pita. Franca compõe uma série de textos, sendo o segundo maior contribuinte no compêndio em tela. Nesses textos, no início ele faz uma glosa de três páginas; em seguida escreve quatro sonetos, dois em espanhol sobre a Bahia e um epitáfio ao mausoléu, e dois em português, sobre o túmulo e outro sobre a única razão do alívio ao sentimento da morte do rei. Entre os dois sonetos em português há uma adaptação de versos de Camões, alterados para formar um soneto em honra a Pedro II<sup>104</sup>. Depois há quatro poemas sem gênero identificado, escritos em espanhol, nos quais os temas são “A Bahia muda”, “A Bahia sentida”, “A Bahia admirada” e “A Bahia saudosa”. Por fim, há 13 epigramas e quatro inscrições de figuras ornando o túmulo.

A novidade trazida por Gonçalo Soares é a menção à Espanha, algo que não aparece até então, mas que ganha espaço em sua glosa ao rememorar que Pedro II foi

---

<sup>104</sup> PITTA, op. cit., fl.60.

responsável por conseguir assinar a paz após a Guerra da Restauração<sup>105</sup>. Há mais elementos interessantes em sua poética, por exemplo ao comparar a Cidade da Bahia à Babel, dando a entender que ali se falavam muitas línguas, o que contribui para a ideia da centralidade da cidade<sup>106</sup>. Há ainda uma interessante composição, na qual o letrado elabora um soneto em honra a Pedro II, interpolando versos soltos de *Os lusíadas* de Camões, demonstrando erudição e domínio da obra do autor, da mesma maneira que deixa clara a grande referência do poema épico em toda a composição<sup>107</sup>. Os epigramas dialogam com ornamentos pintados no túmulo simbólico, escritos em espanhol, a serem analisados em conjunto com a descrição das imagens do túmulo.

O capitão João Alvarez Soares, também da Bahia, assina quatro sonetos valendo-se de temas próximos aos de Gonçalo Soares de Franca: A “Bahia muda”, “a Bahia admirada”, “A Bahia sentida” e “A Bahia chorosa”. Em seguida há alguns epigramas compostos pelo padre João de Faria e Souza, escritos em latim e sobre os mesmos temas, Bahia: *tristis, prae dolore deficiens, illacrymans, muta*; e outros dois sobre o mausoléu. Por fim, há dois sonetos do capitão Thomè de Faria Monteiro, voltados para o túmulo.

Todos os epigramas transcritos no compêndio originalmente ornavam o mausoléu preparado para as exéquias, dialogando com os ornamentos encontrados ali. Por essa razão, serão melhor detalhados no capítulo posterior, quando os ornamentos preparados por Gonçalo Ravasco serão foco de análise.

---

<sup>105</sup> Idem, fl.54.

<sup>106</sup> Idem, fl.57.

<sup>107</sup> Idem, fl.60. Camões é evocado diversas vezes ao longo do compêndio, sua obra é transcrita ou referenciada por muitos autores dos textos poéticos do opúsculo. O recurso à figura de autoridade literária era um expediente comum na legitimação da erudição dos escritos. Nesse cenário, Camões seria paradigmático, seus sonetos predominantemente de amor ou heroicos são interpolados de modo encomiástico em honra aos feitos históricos de figuras importantes de seu tempo, sendo uma inspiração para a escrita de obras na cultura escrita portuguesa. RAMON, Micaela. Sonetos. In: SILVA, Vítor Aguiar e (org.). **Dicionário de Luís de Camões**. São Paulo: Leya, 2011, pp.904-907.

Os poemas se tornam bastante repetitivos, pois usam a mesma fórmula e temas, exaurindo os elementos alegóricos que poderiam trabalhar. Havia ali um movimento para se fazer lembrar na obra, imprimindo seu nome entre os componentes do trabalho.

O compêndio se encerra com a transcrição de um sermão proferido na catedral da Bahia pelo padre jesuíta Domingos Ramos, no dia 20 de outubro de 1707. Mas este será analisado no capítulo 3, voltado para os textos que guardam a marca da oralidade.

\*\*\*

Em conclusivo, pela comparação entre as três notícias sobre os funerais podemos perceber mais diferenças em suas composições do que semelhanças, sendo textos bastante heterogêneos e relacionados a diversas formas expressivas. Na realidade, a narração do funeral régio de Pedro II servia como instrumento para se representarem as vontades daqueles que as buscavam publicar. Circular escritos dentro do império português, ou mesmo fora dele, seria uma maneira de fazer representar imagens, desejos e lutas, visando atingir determinados círculos da elite letrada. Até aqui analisamos esses textos pelas suas escritas, mas essas exéquias motivaram também narrativas visuais e orais. No capítulo seguinte analisaremos como os aspectos visuais também teriam comunicado algo aos espectadores, seja no local coevo, onde essas artes efêmeras eram constituídas, ou no momento em que eram registradas em papel, em gravura ou mediante a sua descrição.

## Capítulo 2 - A morte como imagem

A realização de cerimônias públicas envolvia a produção de um aparato artístico efêmero para transmitir aos presentes aquilo que se intentava comunicar. Nesse sentido, os aparatos construídos tinham um papel fundamental na comunicação icônico-visual das monarquias no período moderno. Por seu caráter temporário, era necessário guardar registro dos aparatos produzidos em ocasiões especiais. Como visto no capítulo anterior, a construção da memória desses eventos passava pela produção de impressos narrando o acontecido. De maneira geral, essas notícias descreviam em texto o que teria sido visto nas imagens. Porém, em ocasiões mais raras, a arte fabricada era também reproduzida em gravuras. Neste capítulo considera-se como comunicação icônico-visual essas duas formas de transmitir memória das imagens, a descrição escrita sobre essas e a reprodução por gravuras, seguindo a interpretação dos funerais de Pedro II.

Recursos visuais que retratavam o poder régio já estavam presentes na tradição funerária portuguesa desde a dinastia de Avis. A historiadora Ana Isabel Buescu mostra que durante esse período optava-se por utilizar o próprio corpo dos monarcas falecidos e seus emblemas reais como uma representação visual do poder sagrado da monarquia, reforçando a ideia de continuidade dinástica através do culto aos antepassados reais<sup>1</sup>. No reinado de Felipe II, primeiro rei Habsburgo de Portugal, há uma mudança significativa na maneira de representar o rei falecido no território português. Por ocasião de sua morte conhecemos a primeira realização de um funeral inteiramente simbólico no reino

---

<sup>1</sup> A historiadora narra a macabra passagem em que d. Manuel faz a exumação do corpo de d. João II, beija-lhe as mãos e os pés e expõe os seus objetos régios no altar-mor do mosteiro da Batalha, após ser trasladado da Sé de Silves. Há ainda os relatos das repetidas vezes em que o corpo do fundador, d. Afonso Henriques, foi exumado para a recolha de pedaços a fim de produzir relicários e até mesmo abençoar missões militares. Cf. BUESCU, Ana Isabel. A morte do rei. Tumulização e cerimónias de trasladação dos reais corpos (1499-1582). **Ler História** [online], 60, 2011, pp.14-19.

de Portugal, podendo ser considerado origem de uma tradição nas exéquias fúnebres que perduraria durante a dinastia de Bragança.

Mesmo na Espanha a etiqueta funerária havia passado por uma recente inovação no modo de se realizarem as exéquias da família real. Durante o seu reinado, Carlos V, pai de Felipe II, implementou nos seus domínios espanhóis algumas adaptações no modo de viver em corte, adotando o estilo áulico mais atrelado à corte dos duques de Borgonha. Parte disso envolvia uma nova etiqueta funeral. Essa monarquia compósita, segundo John Elliott, com pretensões universais, fazia com que fosse comum um certo intercâmbio cultural entre os seus reinos<sup>2</sup>. Exemplo disso está em seu funeral, que inaugurou na Espanha uma nova forma de lidar com as exéquias régias, sendo organizado por oficiais da Borgonha, que o fizeram à moda daquele ducado<sup>3</sup>. A novidade estava na construção de uma rica arquitetura efêmera dentro da igreja onde se celebraria o ofício religioso, um catafalco ornamentando o ambiente é repleto de simbolismos referentes ao poder régio e à finitude da vida<sup>4</sup>.

Felipe II também teria funerais conforme a tradição implementada por seu pai. Ao aguardar por sua morte, ele mandou conferir a maneira como aquele havia sido enterrado, garantindo que ele próprio repetiria a fórmula<sup>5</sup>. Esse interesse por replicar a

---

<sup>2</sup> O reinado de Carlos V é paradigmático para a compreensão do conceito de monarquia compósita. A extensão de seus domínios e a variedade de coroas que o compunham reabilitaram a ideia de monarquia universal. ELLIOTT, John H. A Europe of composite monarchies. **Past & Present**: Oxford, n.137, 1992, pp.48-71.

<sup>3</sup> VARELA, Javier. **La muerte del Rey. El ceremonial funerario de la Monarquía Española (1500-1885)**. Madrid: Turner, 1990, pp.16-17, 35-39; THOFNER, Margit. Funerales apropiados para los duques de Borgonha. Las obsequias celebradas en Bruselas para el emperador Carlos V (1558) y el archiduque Alberto (1622). In: JONGE, Krista De; GARCÍA GARCÍA, Bernardo; ESTRÍNGANA, Alicia Esteban (orgs.). **El legado de Borgoña. Fiesta y ceremonia cortesana en la Europa de los Austrias (1454-1648)**. Madrid: Marcial Pons, 2010, pp.653-672.

<sup>4</sup> CYMBALISTA, Renato. **Sangue, ossos e terras. Os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro séculos XVI e XVII**. São Paulo: Alameda, 2011, p.217.

<sup>5</sup> VARELA, op. cit., p.42.

etiqueta funeral de Carlos V mostra como Felipe II estava interessado em dar continuidade à tradição de Borgonha. Os últimos momentos do monarca espanhol se passaram no palácio do Escorial, onde também foi sepultado. Longe dali, na cidade de Lisboa se honrou a morte do soberano com a produção de um funeral simbólico. Por ser mais um dos domínios filipinos, o reino de Portugal também deveria prestar honras a seu primeiro monarca espanhol, falecido em 1598. A organização do funeral não seria imediata, pois a cidade foi atingida por uma peste, além de Felipe III de Espanha não aceitar que a cerimônia pública em honra a seu pai fosse realizada em outro lugar<sup>6</sup>. Por esses motivos, as exéquias só seriam realizadas em dezembro de 1599, no mosteiro dos Jerónimos.

A ornamentação do funeral ficou a cargo de Nicolau de Frias, arquiteto português, que construiu um suntuoso catafalco, que se destacou dos vistos até então em Portugal<sup>7</sup>. Em estilo “maneirista”, o aparato tinha uma tripla estrutura em desenho turriforme e era alicerçado em colunas dóricas<sup>8</sup>. Em sua composição se fazia referência aos domínios portugueses de Felipe II, os reinos de Portugal, Algarve e Índia, em sinal da fidelidade ao monarca falecido. A qualidade da organização e a rapidez com que os relatos foram publicados em Lisboa, sugerem um forte interesse político em representar um reino fiel ao governo Habsburgo<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> BNB, SLR, 23, 3, 1 n.3. **Relação das exéquias d'el Rey Dom Filippe Nosso Senhor, primeiro deste nome dos Reis de Portugal: com alguns sermões que neste Reyno se fizerão.** Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1600, fl.12.

<sup>7</sup> RIBEIRO, Marília de Azambuja; SANTOS Luísa Ximenes. Um espelho para o novo monarca: retórica e política nas exéquias reais celebradas na cidade de Salvador em 1707 (um excuro histórico). In: DECKMANN, Eliane Cristina Fleck, DILLMANN, Mauro (orgs.). **Escritas e leituras: temas, fontes e objetos na Iberoamérica séculos XVI-XIX.** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, pp.364-365.

<sup>8</sup> Idem, pp.364-365.

<sup>9</sup> As relações sobre essas exéquias seriam publicadas em Lisboa menos de um ano após evento, rapidez que sugere o interesse em tornar mais rápida a circulação de notícias sobre o evento.

Após Felipe II, não houve monarca espanhol que motivasse a publicação de memórias fúnebres sobre o mesmo tipo de evento em Portugal. Portanto, o próximo funeral relevante para esta pesquisa seria o de João IV, rei de Portugal após a Restauração em 1640, falecido em 1656. A Guerra da Restauração ainda não havia terminado no momento em que morreu o primeiro rei da dinastia de Bragança. Pedro Cardim explica que essa conjuntura política seria o grande mote da arquitetura efêmera desse funeral real. Dessa vez o papel de organizador fica a cargo do secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, que o prepara na igreja do mosteiro de São Vicente de Fora. O programa pictórico de ornamentação da igreja se baseia na legitimação da monarquia de Bragança através de uma representação visual da vitória na guerra. O historiador percebe o que está ao centro não somente como a imagem das vitórias, mas indicando um certo protagonismo do papel da nobreza nesse conflito<sup>10</sup>.

Cardim analisa a ideologia política que embasa essas imagens, mostrando a concepção orgânica de um corpo político que teria o rei como cabeça, sendo, portanto, a parte principal, mas interdependente do corpo. A ambivalência na relação entre a aristocracia e a dinastia de Bragança estaria justamente na ideia de que a legitimidade da Restauração se baseia na providência divina, mas também na eleição do duque de Bragança pela nobreza, e os esforços desses lutando contra a Espanha. Com isso a retórica visual parece abrir espaço para a maior valorização da nobreza, valendo-se do tema do funeral régio, momento no qual, a princípio, seria o rei falecido o maior homenageado. O esforço por representar as glórias da monarquia portuguesa iria mais

---

<sup>10</sup> CARDIM, Pedro. ¿Una ‘Restauração’ Visual? Cambio dinástico y uso de las imagenes en el Portugal del siglo XVII. In: PALOS, Joan Lluís; CARRIÓ-INVERNIZZI, Diana (orgs.). **La historia imaginada. Construcciones visuales del pasado en la Época Moderna**. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2008, pp.198-199.



além ao representar as batalhas no império no Oriente, região que amargou derrotas desde a Restauração, mas era representada como um campo de vitórias<sup>11</sup>. Junto a isso, os domínios lusos eram representados de modo equiparado em importância aos espanhóis, evidentemente maiores.

Percebe-se com esses dois funerais, de Felipe II e João IV, que os eventos fúnebres eram instrumentalizados como espaço de representação de interesses diversos. Seja a partir de uma demonstração de fidelidade ao monarca estrangeiro, ou mesmo como uma ambígua representação artística das vitórias na Guerra da Restauração, a morte do rei abria um campo de discurso. Especialmente no funeral de João IV percebe-se a construção de uma certa tradição, ou ao menos uma tendência, de a coroa portuguesa ser representada mais pujante do que seria na realidade. A importância da representação visual e a força desses protocolos régios era conhecida pelas autoridades responsáveis por organizar tais eventos, em especial o secretário de Estado, primeiro encarregado desta função. Com isso, fica mais claro que a arte efêmera não serve para representar aquilo o que seria de fato, em termos objetivos, mas aquilo que se pretende demonstrar, causar efeito.

O ponto fora da curva nesse movimento político de média duração talvez seja o funeral de Afonso VI (1656-1683), pois este rei ao morrer já estava há muito tempo afastado do trono por seu irmão, que ocupava o posto de príncipe regente. Afonso VI morreu no isolamento do palácio de Sintra e seu corpo foi sepultado no convento de Belém, sem uma cerimônia relevante<sup>12</sup>. Desde os eventos que culminaram com a tomada

---

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, pp. 200-201.

<sup>12</sup> Os rituais funerários em honra ao rei Afonso VI tiveram um caráter mais tímido, certamente por conta de todo constrangimento envolvendo sua trajetória desde que fora destronado pelos partidários de seu irmão. O corpo não foi levado para o convento de São Vicente de Fora, como era desejo de seu pai,

de poder por seu irmão, o rei era figura indesejada na corte, sua existência causava transtorno e abria espaço para conspirações, mesmo sem sua participação direta. As polêmicas que cobriram sua vida acabaram por lhe reservar um quase esquecimento, até mesmo em sua morte. Mas sobre esse funeral imprimiu-se uma pequena narração, com um exemplar hoje existente entre as demais obras encadernadas no tomo compilado pelo abade de Sever, Diogo Barbosa Machado<sup>13</sup>. A brevidade de apenas duas folhas reservadas para registrar o curto evento evidencia a pouca importância simbólica de sua condução, abrindo espaço para finalmente d. Pedro passar a ser o rei formal de Portugal.

Com isso, fica mais claro que as exéquias de Pedro II seriam influenciadas por uma tradição funerária que remonta ao tempo de Carlos V, especialmente no que diz respeito ao uso de um catafalco ornado com elementos relacionados à trajetória política do homenageado. O catafalco era uma construção efêmera usada para representar um túmulo do morto homenageado durante as exéquias, e costumava ser ornado com pinturas e outros elementos artísticos propícios para o momento. No caso de Felipe II, o catafalco de Lisboa tinha imagens que representavam os domínios portugueses do rei, enquanto na morte de João IV as imagens mostravam cenas da Guerra da Restauração. Era o espaço para utilizar o corpo místico ou político do soberano para uma última representação<sup>14</sup>.

---

evitando passar em Lisboa. XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro. **D. Afonso VI**. Lisboa: Temas e Debates, 2008, pp.351-370.

<sup>13</sup> BNB, SLR, 23, 3, 1 n.20. **Relação summaria do funeral que se fez no real palacio de Cintra ao Sereníssimo Rey de Portugal D. Affonso VI e de como foy conduzido o seu cadaver em 20 de setembro de 1683 ao Real Convento de Belém, onde jaz sepultado.**

<sup>14</sup> A questão da dupla corporeidade régia é tema central da cultura política das monarquias europeias desde o período medieval. A divisão entre corpo místico e físico tem a ver com a transição dinástica, na qual o corpo místico não deixaria seu reino, apenas passaria ao herdeiro. Nesse caso considera-se a memória régia do monarca recentemente falecido, pois suas homenagens póstumas abrem espaço para recortes de suas histórias, a fim de celebrar determinado objetivo político. KANTOROWICZ, Ernst. H.

No funeral propriamente dito realizado em Lisboa com o corpo régio, não há notícia de produção de alguma arte efêmera para honrar o monarca. A cerimônia teve um caráter sóbrio e pouco investimento em recursos visuais sofisticados para representar as ideias políticas. A missa pontifical e as demais celebrações seguintes foram preparadas no próprio palácio de Alcântara e realizadas de modo particular, somente para os oficiais da corte<sup>15</sup>. A simplicidade das cerimônias chama atenção pelo desperdício de um recurso publicístico muito utilizado até então. Como mencionado anteriormente, era comum o velório real ser transformado em ato público de fortalecimento da imagem régia através de rica arte efêmera. Porém, no caso de Pedro II isso só aconteceu em âmbitos externos aos da corte lisboeta. A que isso se deve?

### **A morte como propaganda: o funeral de Roma**

A morte de Pedro II em 1706 motivou a construção de dois catafalcos com características particulares, em Roma e na Cidade da Bahia, a serem analisados nas linhas a seguir. O primeiro deles foi construído em Roma no ano de 1707 e sua responsabilidade coube ao arquiteto Carlo Fontana, que ocupou o posto de arquiteto régio durante o reinado de Pedro II. Anos antes, Fontana havia produzido o funeral em Roma do imperador do Sacro Império Romano-Germânico Leopoldo I, em 1705. Sobre as celebrações de funerais em Roma, é importante ressaltar que também Carlos II de Espanha teve suas exéquias celebradas ali no ano de 1701, além de uma série de outros

---

**Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval.** Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1957].

<sup>15</sup> BNB, SLR, 023,003,001 n.021. **NOTÍCIAS Da doença, morte, e funeral Do muyto Alto, e Muyto Poderoso Principe D. PEDRO II. De boa memoria, Rey de Portugal, nosso Senhor, que oferecem, e dedicam À Serenissima Senhora D. FRANCISCA JOSEPHA INFANTE DE PORTUGAL.** Lisboa: Antonio Pedrozo Galraõ, 1707, fls.31-38.

reis europeus. Com o funeral de 1707, Portugal se inseria em um circuito de solenidades em honra a grandes monarcas católicos na Cidade Eterna<sup>16</sup>.

O encarregado por d. João V para mobilizar o evento foi o jesuíta António do Rêgo. Representante da coroa portuguesa na corte papal, este teria sido o contato entre a corte joanina e o destacado arquiteto. Mais do que uma opção protocolar, a escolha de Carlo Fontana inseriu Portugal na mais fina tradição arquitetônica da Cidade Eterna do período. Naquele momento Fontana já era um arquiteto experiente e reconhecido, havia sido aluno de Gian Lorenzo Bernini (1598-1680) e acumulava os postos de arquiteto pontifício e imperial, servindo em embaixadas dos Áustrias em Roma<sup>17</sup>. Tornara-se também um importante agente nas disputas políticas da Guerra de Sucessão Espanhola na corte pontifícia, elevando seu status ao negociar com lados inimigos, findando por permanecer no lado austríaco<sup>18</sup>. Para a contratação de seus serviços e financiamento do aparato, foi investida a quantia de 7000 escudos, valor considerável no período, conforme narra o cronista romano Francesco Valésio<sup>19</sup>. A suntuosidade dessas exéquias,

---

<sup>16</sup> RIBEIRO, Marília de Azambuja; SANTOS Luísa Ximenes. Um espelho para o novo monarca: retórica e política nas exéquias reais celebradas na cidade de Salvador em 1707 (um excuro histórico). In: DECKMANN, Eliane Cristina Fleck, DILLMANN, Mauro (orgs.). **Escritas e leituras: temas, fontes e objetos na Iberoamérica séculos XVI-XIX**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, p.370.

<sup>17</sup> O historiador da arte E. H. Gombrich credits a Bernini o desenvolvimento da arte teatral de exuberantes decorações para refletir o esplendor e glória da Igreja, especialmente no contexto da Contrarreforma. Tal escola artística ficaria reconhecida como Barroco, mas o uso da nomenclatura muito generalizante e anacrônica não é interessante para o desenvolvimento desta pesquisa. De todo modo, é importante compreender a atuação de Carlo Fontana enquanto herdeiro da arte de Bernini. Neste caso em especial, contratado para refletir a suntuosidade não da Igreja em si, mas de um monarca católico. Sobre Bernini e sua importância artística conferir: GOMBRICH, Ernst Hans Josef. **A história da arte**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2008, pp.435-445.

<sup>18</sup> POLLEROß, Friedrich. Carlo Fontana e i rappresentanti imperiali a Roma. In: BONACCORSO, Giuseppe et al. (orgs.). **Carlo Fontana 1638-1714 celebrato architetto**. Roma: Atti dell'Accademia Nazionale di San Luca, 2017, pp.223-232.

<sup>19</sup> VALESIO, Francesco. **Diario di Roma**, ed. Gaetano Scano. Milano: Longanesi, 1978, Vol. III, pp. 886-887, apud: ROSA, Cristina. I compagni dell'ultimo viaggio: i funerali solenni di D. Pedro II e D. João V a Roma. In: DE CAPRIO, Vincenzo (org.). **Compagni di viaggio**. Viterbo: Sette Città, 2008, pp.161-186.

bem como os pormenores de sua organização e divulgação serão melhor detalhados nas linhas a seguir.

Para a análise desse funeral, serão cotejadas em conjunto duas fontes presentes na coleção Barbosa Machado. A primeira delas é a narração das exéquias celebradas em Roma<sup>20</sup>, versão em português hoje depositada no primeiro tomo da coleção, intitulado *Notícias das últimas ações e exéquias dos sereníssimos reis, rainhas e infantes de Portugal*<sup>21</sup>, presente na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Originalmente esse documento tinha um conjunto de gravuras anexadas, reproduções dos croquis do realizador dos ornamentos, como representações do descrito no texto. Atualmente essas gravuras estão depositadas em outra seção da biblioteca, de Iconografia, como explica um bilhete deixado neste tomo por Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional entre 1870 e 1882<sup>22</sup>. Com isso, em alguns momentos a obra será analisada em sua totalidade, isto é, em texto e imagem, a fim de melhor compreender as figuras produzidas sobre o evento.

Sobre essas gravuras, é importante considerar o papel dos artistas que as produziram. No total são 12 obras e três gravadores assinando, que serão detalhados à

---

<sup>20</sup> BNB, SLR, 023,003,001 n.024. **FUNERAL, QUE SE CELEBROU NA REAL IGREJA DE S.TO ANTONIO DA NACÇÃO PORTUGUEZA EM ROMA. PELLA MORTE DO SERENISSIMO REY DE PORTUGAL DOM PEDRO II. AOS 13 DE SEPTEMBRO DE 1707.** Lisboa: Officina Antonio de Rossi, 1707.

<sup>21</sup> BNB, SLR, 23, 3, 1. MACHADO, Diogo Barbosa (org.), **Noticia das últimas Acções e exequias dos sereníssimos reys, rainhas e infantes de Portugal**, tomo I.

<sup>22</sup> O bilhete está entre os folhetos do tomo I das **Noticia das últimas Acções e exequias dos sereníssimos reys, rainhas e infantes de Portugal**, logo em seguida ao folheto português sobre o funeral de Roma. Nele o bibliotecário explica que retirou dali um conjunto de estampas porque estavam se degradando dobradas. Transferiu-as assim para a antiga seção de Estampas, hoje de Iconografia, onde seriam melhor preservadas e lá se encontram até os dias atuais.

medida que as imagens forem reproduzidas neste trabalho<sup>23</sup>. O uso da calcografia para reproduzir os ornamentos de Carlo Fontana denota o grande valor investido na realização desses impressos. A respeito da técnica utilizada, utilizou-se o buril para gravar em chapas metálicas as imagens que vemos em papel, e também houve um possível uso de água-forte em algumas imagens<sup>24</sup>. Além dos artistas envolvidos na produção dos impressos, há algumas menções ao pintor chamado Pietro Razina, que teria pintado as faces do catafalco com imagens das virtudes de d. Pedro II<sup>25</sup>.

A análise das imagens disponíveis sobre os funerais leva em consideração a formatação conjunta em sua impressão original. Isto é, a forma de investigá-las considera que são representações impressas da decoração em conjunto da igreja de Santo Antonio. Portanto, mesmo que sejam folhas separadas, elas são parte de uma única obra. Isso justifica a ordem de apresentação das imagens, que será de fora para dentro da igreja (de sua frente exterior até o *castrum doloris* que fica em frente ao altar).

A ideia central ao colocar esse conjunto de estampas em tela, assim como os textos que com elas dialogam, é alcançar as possibilidades de significados que essa representação poderia ter em seu contexto matricial. Assim, as figuras tornam-se

---

<sup>23</sup> Visando manter a unidade do conjunto de obras, todas as gravuras estão localizadas em pastas referentes somente ao gravador Domenico Franceschini. BNB, SI, E:b:III-Franceschini, Domenico (pastas 1 e 2).

<sup>24</sup> O uso das técnicas de calcografia era uma forma de arte voltada para reprodução de imagens em tipografias. Utilizando um buril, o gravador fazia sulcos em uma chapa metálica, que posteriormente serviria como matriz para a marcação com tinta no papel. Dentre as imagens em tela há a possibilidade de ter sido utilizada também água-forte, técnica mais sofisticada em que, além do buril, lançava-se mão também do uso de ácido nítrico (água-forte) em uma corrosão controlada da placa, a fim de obter um resultado gráfico mais elaborado, com mudanças de tonalidade. Ainda é necessária uma pesquisa maior para determinar as técnicas utilizadas. Sobre as diferentes técnicas de gravura em metal: PINHEIRO, Andréa de Souza; VON HELDE, Rosângela Rocha; PEREIRA, Sílvia Fernandes (orgs.). **Glossário ilustrado de livros raros e acervos de memória**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2023.

<sup>25</sup> Pietro Razina aparece como presença oculta em algumas das imagens, sendo referenciado como autor de algumas delas nos *Anais da Biblioteca Nacional*, com base na cópia italiana completa presente em seu acervo. Sobre seu nome não foi possível encontrar outras menções, o que sugere um papel reduzido para ele durante o período.

evidências do passado, equiparadas no nível interpretativo aos textos, campo comum aos historiadores, como advoga Peter Burke<sup>26</sup>. Ao discorrer sobre diferentes formas de encarar as imagens, seus métodos e problemas, Burke apresenta a perspectiva do historiador da arte alemão Erwin Panofsky, que em linhas gerais compreendia a *iconologia* como uma adaptação da tradição hermenêutica alemã para os estudos pictóricos<sup>27</sup>.

Em sua introdução ao tema Panofsky destrincha o que seriam os níveis de interpretação pictórica. Partindo de exemplos cotidianos, o historiador esquematiza o assunto ao esclarecer os níveis daquilo que compreende por iconologia. A análise iconológica parte de um tema primário ou natural, a fase pré-iconográfica, na qual se evidencia a composição mais basilar da obra, com suas formas, cores e elementos visuais. Em seguida está a etapa da compreensão artística dos elementos presentes em uma imagem, possíveis símbolos, alegorias e demais motivos artísticos, sendo esta a fase iconográfica. Por fim, o autor apresenta a iconologia, fase em que a obra passaria a ser considerada uma expressão de sua cultura, quando os símbolos e técnicas passam a ter significado no tempo e espaço. A interpretação pictórica nesse nível considera as técnicas, influências, referências, em especial os símbolos, todos ancorados no *Zeitgeist* de cada obra<sup>28</sup>.

Carlo Ginzburg atesta a importante contribuição de Panofsky para se considerarem os elementos pictóricos como fontes históricas. Segundo Ginzburg, a análise iconográfica praticada por Friedrich Saxl e outros membros da Escola de

---

<sup>26</sup> BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017 [2001].

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p.56.

<sup>28</sup> PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Tradução Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991 [1955], pp.45-87.

Warburg pode ser insuficiente para uma investigação histórica satisfatória. Nesse contexto, a adoção da iconologia de Panofsky seria um importante contributo para sanar lacunas oriundas da adoção exclusiva do modelo iconográfico, como sugere o próprio Panofsky ao considerar a iconografia uma fase intermediária entre a leitura mais basal de um quadro e a interpretação ampla de seu conteúdo. Mas Ginzburg também reconhece as limitações do método, mesmo quando as obras são cotejadas juntamente a outras fontes históricas<sup>29</sup>.

Apresentando as contribuições de Ernst Gombrich, Ginzburg considera parte dessas limitações metodológicas, especialmente no que se refere aos perigos psicologizantes da abordagem iconológica. Por esse prisma, Panofsky abriria um flanco em sua teoria ao tentar se aproximar da compreensão do inconsciente do artista através de seu estilo, partindo de um mergulho em seu horizonte de influências<sup>30</sup>.

Esta dissertação não pretende ser constituída como um contributo à história da arte, pois essa discussão teórico-metodológica somente embasa parte das análises realizadas com as figuras a seguir. Portanto, não se faz necessário recorrer a uma ou outra forma definida de método de análise de imagens. Na realidade, o que se pretende aqui é somente propor uma análise de imagens ancorada na história cultural do discurso político, valendo-se das categorias de iconografia e iconologia, conforme as define

---

<sup>29</sup> Carlo Ginzburg discorre sobre as possibilidades de investigação pictórica oriundas da Escola de Warburg, ou seja, com o grupo de pesquisadores da história da arte influenciados pelo trabalho de Aby Warburg, que durante o século XX tiveram grande profusão de trabalhos sobre iconografia. Neste campo, Ginzburg percorre diferentes métodos e teorias, cotejando os contributos de figuras mais destacadas desta escola. As adaptações e discordâncias entre os expoentes do grupo deixam claro que não há uma perspectiva monolítica na iconografia ou na iconologia. GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1986], pp.41-94.

<sup>30</sup> Idem, ibidem, pp.71-79.



Rafael García Mahiques, em suma, a primeira sendo a descrição das imagens e a segunda como a interpretação dessas<sup>31</sup>.

De todo modo, as figuras aqui apreciadas têm um suporte bastante relevante para a sua interpretação. Todas são acompanhadas de uma descrição em texto escrito, o que, mesmo que por vezes essa não dê conta da miríade de elementos visuais, disserta consideravelmente sobre esses, mormente os principais. Além disso, é importante ressaltar que esses textos já se faziam presentes durante a celebração do evento, ou seja, eles serviam mesmo para guiar o olhar e chamar a atenção dos presentes para o que era mais importante de ser percebido. Considerando que o público espectador era composto em maioria por figuras letradas, é difícil achar que os ornamentos proporcionassem uma livre interpretação da audiência.

A grande pompa que marca a construção de todos os aparatos fúnebres ocasionais é o que mais chama a atenção no relato impresso posteriormente. O trabalho do arquiteto ganhou ainda mais notoriedade ao ser reproduzido e gravado em folhas, numa espécie de croqui das imagens vistas no dia do ofício religioso. Desse modo, o que foi visto não teria memória guardada somente no escrito, mas também como imagem impressa. A coroa portuguesa garantia assim que a memória construída para aquele ritual prevalecesse após o evento.

Ao descrever o que se via na igreja de Santo Antonio dos Portugueses, a versão em português do texto segue um itinerário de um visitante ao entrar no templo. Começa com a descrição pela frente da igreja, marca o percurso de entrada e descreve em

---

<sup>31</sup> O historiador espanhol Rafael García Mahiques introduz o assunto chamando atenção para a necessidade de se distinguirem os conceitos. MAHÍQUES, Rafael García. **Iconografía e iconología. La historia del arte como historia cultural**. Madrid: Encuentro, 2008, v. I, pp.20-32.

detalhes cada quadrante para onde poderiam mirar os olhos. Desse modo o texto cobre o espaço do templo, registrando e explicando o trabalho produzido por Carlo Fontana<sup>32</sup>.

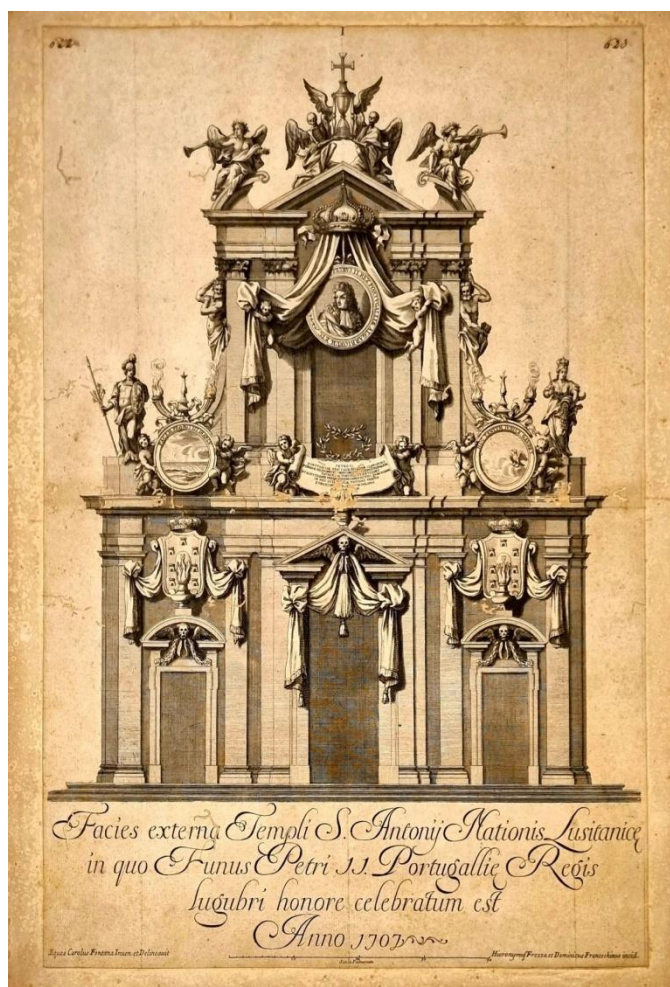


Figura 1: Domenico Franceschini e Giovanni Girolamo Frezza. *Facies externa Templi S. Antony Nationis Lusitanice* (59,5cm x 41,8cm).

Segundo o escrito no opúsculo, a face externa do templo foi enfeitada com panos pretos, que causavam contraste com as partes claras da construção e representavam o luto. Na parte superior estava colocado um medalhão de dez palmos de diâmetro com a imagem de Pedro II, e abaixo do medalhão havia uma tarja com texto em latim que

<sup>32</sup> BNB, SLR, 23, 3, 1 n.24. **FUNERAL, QUE SE CELEBROU NA REAL IGREJA DE S.TO ANTONIO DA NACÇÃO PORTUGUEZA EM ROMA. PELLA MORTE DO SERENISSIMO REY DE PORTUGAL DOM PEDRO II. AOS 13 DE SEPTEMBRO DE 1707.** Lisboa: Officina Antonio de Rossi, 1707.

apresentava o monarca como grande propagador da fé cristã, justificando Roma como local de homenagem. Toda essa estrutura tinha pequenos anjos segurando os ornamentos, enquanto nas laterais superiores foram colocadas duas estátuas representando a magnanimidade e o valor deste rei<sup>33</sup>. A narrativa sobre essas estátuas é interessante para perceber como o programa icônico-visual da obra é descrito com um nível elevado de detalhe.

Sobre os pedestais dos douz pilastros, que por hum, e outro lado servem de remate ao dito frontespicio, estavaõ collocadas duas statuas, hua das quoaes representava a magnanimidade, e a outra o valor. Esta segunda armada com morrião, e rodela tinha apertada na mão direita a lança junta com flores, e ramos de oliveira para significar a inclinação, que sempre teve este pacifico Rey de antes cariciar, e comprazer ao seus Povos, que de os dominar. A statua da Magnanimidade de hum Cornicopio, que tinha debaixo do braço esquerdo, lançava quantidade de dinheiro, e de joyas para dar a entender a grandeza do Real animo, com que sempre procurava beneficiar os ditos Povos<sup>34</sup>.

As duas alegorias em destaque, a da Magnanimidade e a do Valor, são representadas em figuras humanas vistas acima das portas laterais do templo. O Valor é uma alegoria masculina, vestido como guerreiro e armado de lança, junto a um ramo de flores e escudo, representando a força bélica do monarca, que com a alcunha de O Pacífico sempre se mostrou capaz em tempo de guerra e governava seus vassallos com cortesia, e por essa razão há as flores. Do lado oposto está a Magnanimidade, representada como uma mulher com cetro e coroa, que ainda segura uma cornucópia. Essa estátua simboliza a majestade de Pedro II, que teria distribuído riquezas a seus vassallos.

Ainda na frente do templo, sobre cada porta lateral há um emblema. No emblema próximo à Vitória há um mar calmo e o Sol nascente. O texto também registra

---

<sup>33</sup> Idem, fls.4-5.

<sup>34</sup> Idem, fl.5.

a imagem de um arco-íris, e em sua circunferência se lê o mote: *Pacem promittit in arcu* [Ele promete paz no arco]. No lado oposto se vê no emblema uma águia voando e olhando para o Sol, e nas laterais está escrito: *Hoc tantum judice gaudet* [O juiz só está satisfeito com isso]. A imagem do Sol em ambos os emblemas, bem como a do arco-íris em um deles, são sinais da presença de Deus, a quem o rei falecido sempre teria sido fiel. Ladeando o topo da torre há duas alegorias da Fama soando trombetas, que anunciam as glórias de Pedro II para o mundo, enquanto no topo há imagens da Morte segurando uma ampulheta. O texto deixa bem claro que as alegorias nessa torre significam a velocidade com que o tempo passa para todos, tendo como fim a morte. Caso tenham vivido cumprindo as virtudes, gozariam da vida eterna no céu. A leitura completa da fachada não deixa dúvidas da certeza da salvação da alma de Pedro II, comprovada em alegorias ao longo de todo o programa iconográfico do evento.

As escolhas artísticas do arquiteto ao ornar a igreja são explicadas durante o texto, deixando claro a um eventual espectador como cada elemento fazia sentido no contexto de homenagens a Pedro II. Além do que dizia respeito às virtudes do rei, também haviam elementos típicos de um funeral dito “barroco”, como o contraste causado pelos panos pretos que representam o luto e a oscilação entre anjos e mortes carregando os ornamentos, remetendo ao fim da vida humana<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> A historiadora portuguesa Ana Cristina Araújo mostra como a cultura barroca chegaria a seu ápice durante o reinado de João V, embora no reinado de Pedro II já se encontrassem muitos elementos dessas expressões e ideias. Cf: ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. Morte, memória e piedade barroca. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, n. 11, 1989, p.129-173.

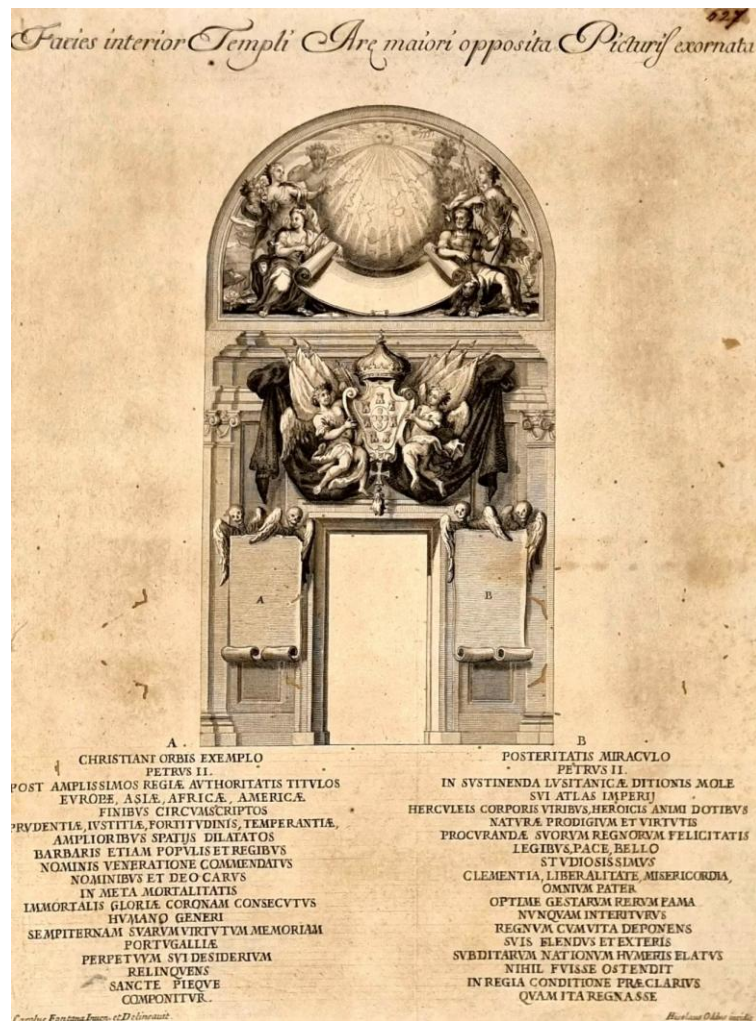


Figura 2: Niccolo Oddi. Facies interior Templi Arc maiori opposita Picturis exornata (44,4cm x 33,4cm).

Na face interior da mesma frente, a ornamentação era direcionada para a grandiosidade da monarquia portuguesa. O Sol ilumina todo o globo terrestre, que está ladeado por figuras humanas significando as quatro partes do mundo, um discurso comum na época moderna para demonstrar a força de uma monarquia a partir da extensão de seus domínios em todo o globo. Além das alegorias continentais, há também outras duas figuras humanas segurando uma tarja com escritos em latim elogiosos às virtudes de Pedro II. Essas são as de um homem armado com o bastão de

comando e segurando um leão com rédea, e de uma mulher representando a autoridade enquanto segura o cetro real<sup>36</sup>.

Na imagem mais aproximada, também disponível na impressão, é possível ver com mais detalhes as alegorias mencionadas. O Sol que ilumina todo o Globo, como símbolo da extensão do império português, está entre figuras do zodíaco, aparentemente capricórnio e escorpião. Ao redor do Globo há seis figuras humanas. De pé, da esquerda para direita, estão Europa, como uma mulher carregando um cesto; África, representada por uma mulher carregando marfim nos ombros; América, como uma mulher segurando arco e flecha; e Ásia, caracterizada como uma mulher segurando trigo. Sentados nas laterais estão a Autoridade, na forma de uma mulher com bastão, e o Domínio, representado como um homem que controla um leão. Ao lado da Autoridade é possível ver uma cornucópia junto a um elmo plumado, enquanto ao lado do Domínio há um turíbulo queimando incenso.

Todas essas alegorias em conjunto têm o intuito de representar aspectos principais do império de Pedro II. Se na face externa do tempo o que se via eram suas virtudes, na face interna havia referência a seu poder como monarca. A extensão do seu império, representada pelo Sol e as quatro personificações dos continentes, configura um poder de grande amplitude, onde o Sol não se põe. E também as características de seu governo sobre os povos, com autoridade e domínio como signos máximos. Os detalhes laterais, a cornucópia e o turíbulo, representam respectivamente a abundância e a honra a Deus nesse império.

---

<sup>36</sup> Funeral, que se celebrou..., fl.7.

Nas laterais da porta principal há duas tarjas seguradas por anjos da morte, que segundo o texto são alados para demonstrar a velocidade com que a morte avança sobre as grandezas humanas. Nas tarjas podiam ser lidas as garantias de salvação de Pedro II. Enquanto na da esquerda se reforça a grandeza de seu domínio e as virtudes cardeais atribuídas ao rei (prudência, justiça, fortaleza e temperança), na tarja da direita os elogios são mais amplos, pois sua capacidade como governante recebe uma série de adjetivos: virtuoso, mantenedor da felicidade de seus reinos, dedicado às leis, à paz e à guerra, pai generoso, liberalidade... Assim, seu reino nunca pereceria.

A razão para a abundância de elogios vai além do sentido de homenagem. Reconhecer ou divulgar a partida do rei rumo ao Paraíso não é um simples destino para uma monarquia católica. Com a salvação da alma do rei, também se salvaria o seu corpo místico ou político, isto é, seu reino. Em um momento de guerra, especialmente durante o poder régio da dinastia de Bragança, ainda muito enfraquecida frente aos vizinhos europeus, garantir a salvação do reino frente ao papado e sua corte ia além de uma insinuação descabida de grandeza, mas era também uma oportunidade de conferir estabilidade à monarquia portuguesa.





Figura 3: Giovanni Girolamo Frezza. *Eiusdem Faciei interioris pars Superior* (37cm x 30cm).

Uma passagem interessante e que talvez seja uma das maiores marcas deste texto como tradução da versão italiana, conforme vimos no capítulo anterior, é a forma como este explica as armas de Portugal. Há um longo trecho dissertando sobre os pormenores da configuração das armas portuguesas, desde o significado de sua composição até uma breve história de sua construção ao longo das dinastias portuguesas. Pensando na recepção desse texto em Portugal, parece não ser tão importante assim explicar os detalhes do brasão português. Mas tendo em vista a recepção da versão original a ser feita por leitores de italiano, faz mais sentido elucidar a formação das armas<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> Idem, fls.7-8.



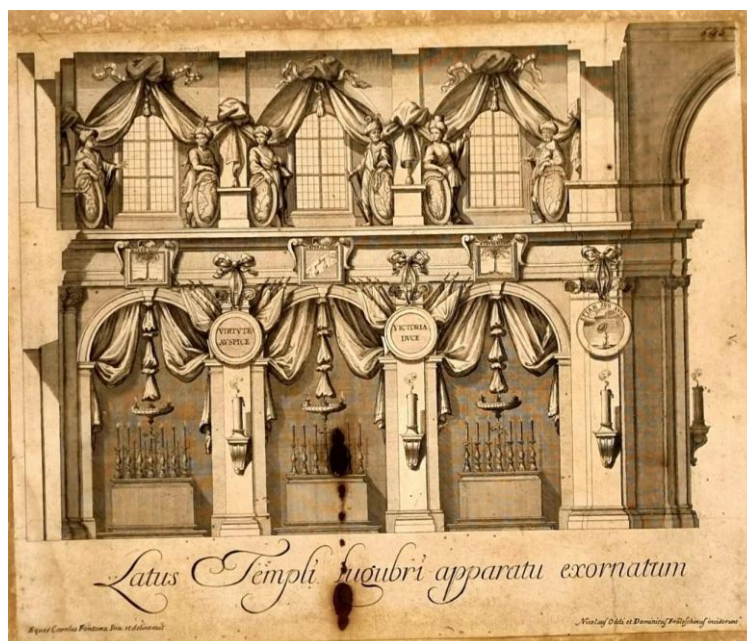


Figura 4: Domenico Franceschini, Niccolo Oddi. *Latus templi Lugubri apparatu exornatum* (42,9cm x 35,2cm).

O *topos* da extensão dos domínios portugueses ainda apareceria mais algumas vezes. De modo nominal, a narração trata de quais seriam os principais domínios desse rei, representados ali por 12 estátuas com o nome de cada um desses. Portugal, Ilha da Madeira, Terceiras, Cabo Verde, Maranhão, reino do Algarve, Macau, Brasil, Ilha de S. Tomé, Goa, reino de Angola e Moçambique<sup>38</sup>. Na imagem acima é possível ver parte das figuras que representam essas terras, com homens segurando escudos onde constam o nome do “reino” que representam e um pequeno mapa. Infelizmente esse nível de detalhe escapa à qualidade da reprodução feita aqui. Como se evidencia, no texto muitas vezes se recorrem aos domínios ultramarinos e ao tamanho do poder régio, para caracterizar o rei como um grande monarca, soberano de um reino com dimensões imperiais.

<sup>38</sup> Idem, fl.10.

É interessante notar que são escolhidos 12 domínios do rei português para serem expostos como figuras nas laterais da igreja. O motivo pelo qual se dá a organização dessa forma não é muito claro, pois os territórios não gozavam da mesma categoria jurisdicional no império português. Isso talvez possa sugerir uma alusão ao número 12, de grande importância no pensamento cristão, especialmente por conta dos 12 apóstolos, mas também pelas 12 tribos de Israel, ou pelas 12 portas do apocalipse. Enfim, trata-se de um número representativo na narrativa bíblica, especialmente associado à organização do povo de Deus.

A maior menção ao ultramar pode ser encarada como um esforço em afastar o discurso das exéquias do continente europeu, que vivia um contexto belicoso no período, e focalizar em algo que sempre constituiu um ponto de apoio do reino português, seu império ultramarino. Dessa forma, o relato do evento eximia-se de endossar o discurso de guerra dentro de Roma, pois como destaca David Martín Marcos, a cidade papal já se configurava como um campo de batalha na guerra de propagandas<sup>39</sup>. Diane Bodart apresenta um cenário de verdadeira guerra iconográfica, onde facções diferentes do conflito investiam em propagandear seu candidato como legítimo herdeiro ao trono, aproveitando a Itália como tela para pintar a sua posição<sup>40</sup>. A divisão do trono espanhol entre duas facções abria um flanco na corte papal, um ambiente aparentemente neutro durante a guerra para propaganda de interesses das

---

<sup>39</sup> O historiador espanhol apresenta como a corte papal foi utilizada como mais um espaço de conflito, em especial por meio de propagandas pelas partes beligerantes. Nesse sentido, Portugal, aliado austríaco nessa guerra, eximia-se de participar do enfrentamento ao realizar uma cerimônia sem nenhuma menção ao conflito. Cf: MARTÍN MARCOS, David. **El papado y la Guerra de Sucesión española (1697-1717)**. Universidad de Valladolid, tese (Doutorado em História), Valladolid, 2011, pp.312-324.

<sup>40</sup> BODART, Diane H. Philippe V ou Charles III? La guerra des portraits à Rome et dans les royaumes italiens de la couronne d’Espagne. In: ÁLVAREZ-OSSORIO, Antonio; GARCÍA GARCÍA, Bernardo J.; LEÓN, Virginia. **La pérdida de Europa: La guerra de Sucesión por la monarquía de España**. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2007, pp.99-132.

dinastias de Bourbon e Habsburgo sobre a coroa espanhola. A corte Bragança, nesse momento aliada aos interesses austríacos, não teria muito a ganhar ao envolver-se na celeuma diplomática das grandes potências europeias em Roma. Na realidade, a posição de Portugal era um tanto delicada, tendo em vista o recente reconhecimento pontifício do direito brigantino ao trono, fruto do esforço diplomático do próprio Pedro II enquanto ainda príncipe regente, que agora era representado morto na igreja da nação dos portugueses.

O programa iconográfico explicado no relato do ocorrido em Roma segue por caminhos mais personalistas, após as partes anteriores se dedicarem ao domínio imperial de Pedro II. O foco passa assim a ser a qualidade do monarca enquanto príncipe virtuoso, o que o dignificaria a ocupar o espaço do templo para a celebração de suas exéquias. Pensando em uma geografia das ornamentações, a parte que trata da força e do domínio é a mais externa, próxima à porta do templo, enquanto a dedicada às virtudes e dignidade seria voltada para o centro, mais próxima ao altar. O que de certa forma indica o valor à figura do rei virtuoso.

Nas laterais do templo, abaixo das estátuas representando os domínios, viam-se seis emblemas com símbolos das virtudes do rei. O primeiro emblema era uma palma, como sinal da felicidade dos reinos de Pedro II. Depois havia o signo de Libra, como imagem da justiça do governo sobre seus domínios. Um loureiro representava as glórias nas vitórias, enquanto uma chama acesa aludia às ações luminosas do rei, sempre favorecido pela fortuna. O quinto e o sexto emblema eram um rio real e o céu noturno, respectivamente: o rio significava a glória de Pedro II, que entrava no mar de todos os reis antepassados, enquanto o céu noturno cheio de estrelas aludia à providência do rei

no governo de seus vassallos. Todos esses emblemas eram compostos também por curtos aforismos latinos, de uma ou duas palavras, embasando a explicação de cada um feita no texto<sup>41</sup>.

Essa parte da descrição estabelece relações diretas entre as virtudes de Pedro II e a qualidade de seu governo. Como visto no capítulo anterior, o elogio à virtude da justiça é uma forma comum no discurso encomiástico das exéquias daqueles que governavam. Dessa forma, essas imagens expressam a ideia de se homenagearem as virtudes do soberano, a quem não bastava ser fiel aos dogmas da Igreja, mas tinha que provar isso também no seu bom governo. Some-se a isso a maneira como ele é retratado como propagador da fé católica, o que é atestado pela disposição de quatro medalhas que lembravam o combate ao infiel, fundando cinco novos bispados e muitas missões patrocinadas pelo erário régio, nomeadamente as dioceses de Pequim, Nanquim, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão<sup>42</sup>.

Até esse momento, o programa icônico-visual relaciona-se aos domínios de d. Pedro e suas virtudes, que se refletem em seu bom governo. O texto fica mais interessante ao mesclar cenas da vida de Pedro II com a propaganda das virtudes do monarca, adotando um tom mais particular. No meio da igreja, onde foi preparado o *castrum doloris*, um conjunto de arcos foi ornado com três grandes medalhões com 12 palmos de diâmetro e 36 palmos de circunferência, pintados de dourado e ladeados por

---

<sup>41</sup> **Funeral, que se celebrou...**, fls.10-11.

<sup>42</sup> *Idem*, fls.11-12.

um tecido preto. Estavam pendurados na parte mais alta dos arcos e representavam “tres principais virtuosas açcoins, cuja memoria fara eterna no Annais do tempo”<sup>43</sup>.

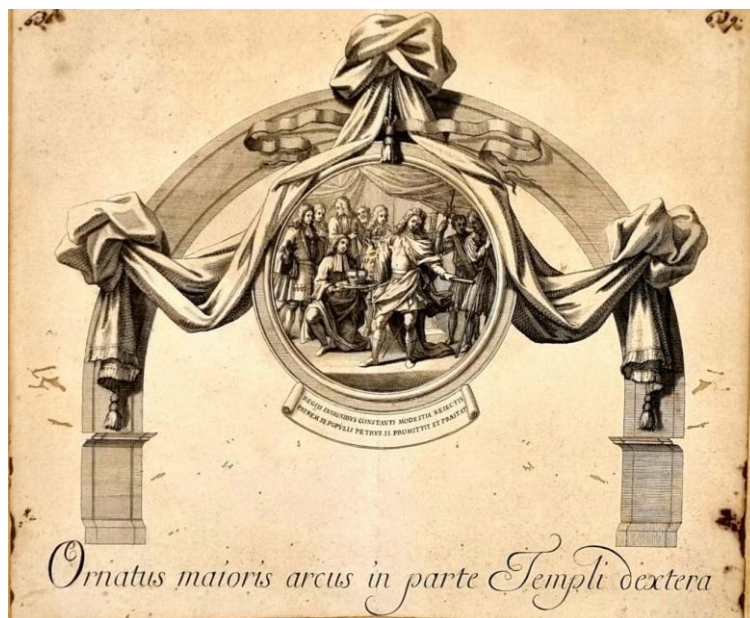


Figura 5: Giovanni Girolamo Frezza. Ornatus maioris arcus in parte Templi dextera (36,7cm x 30cm).

O primeiro medalhão, no arco da direita, já demonstrava uma certa reinterpretação da história política portuguesa. Nesse, Pedro II aparece recusando a coroa real, enquanto um conjunto de nobres vassalos a oferece. Essa imagem é uma clara alusão a uma passagem da vida do infante d. Pedro quando este, após o golpe contra seu irmão, durante as cortes de Lisboa em 1668 adotou o título de príncipe, não

---

<sup>43</sup> Idem, fls.13. A análise destes medalhões foi favorecida pela recente publicação da entrevista de David Martín Marcos a Rodrigo Bentes Monteiro. Nesta ocasião, o historiador relacionou as imagens dos medalhões ao cenário político da cidade de Roma durante a Guerra de Sucessão Espanhola, especialmente pelo momento político delicado. Cf: MARTÍN MARCOS, David. Portugal na Guerra de Sucessão da Espanha (conversa com Rodrigo Bentes Monteiro). In: CALAINHO, Daniela Buono; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs). **Justiças e fracassos em xeque: método e pesquisa em conversas de historiadores**. Cantagalo: Editora Cantagalo, 2023, pp.239-253.

utilizando a coroa real, tampouco o título régio até a morte de Afonso VI em 1683<sup>44</sup>. Porém, na descrição não há menção ao contexto, que propositalmente ignora a conjuntura difícil acerca do título régio naquele momento<sup>45</sup>. Além disso, já era tradição em Portugal que o rei não fosse coroado, mas aclamado, diferentemente de monarquias mais centrais na Europa.

Dessa forma, a imagem é narrada somente como uma demonstração de modéstia, pois o peso do governo não dependeria de honras. Com a memória do golpe contra d. Afonso ainda recente, ressaltar que d. Pedro foi eleito pelas cortes e não tomou o poder pela força era importante para validar sua figura na posteridade. Analisando a figura referente à descrição a partir das gravuras disponíveis na coleção Barbosa Machado, alguns elementos não descritos saltam aos olhos, como no caso das vestes usadas pelo rei. Com o dorso desnudo e trajando uma capa, Pedro II aparece vestido à romana, relacionando sua figura à história do local onde se realizava o ato, e isso pode significar também uma alusão ao programa iconográfico que o descrevia como imperador de muitos domínios<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal. **D. Pedro II. O Pacífico**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp.104-119.

<sup>45</sup> A historiadora Maria Paula Marçal Lourenço chama atenção para o fato de que, além de Afonso VI, rei de fato, ainda estar vivo, aceitar a coroa nesse momento seria um ato perigoso, pois se reconheceria que as cortes reunidas detinham o poder de destonar e nomear os reis de Portugal. Portanto, d. Pedro também não acolhe a opção de ser rei no lugar de seu irmão porque isso fragilizaria demais o poder régio em Portugal, abrindo a questão da eleição da sucessão como matéria das cortes. Cf. Idem, ibidem, pp.117-119.

<sup>46</sup> Por ser representado como portador das virtudes cívicas romanas, podemos entender uma das razões pela qual Pedro II é retratado com essas vestes, como mostra Rodrigo Bentes Monteiro. Cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Recortes de memória: reis e príncipes na coleção Barbosa Machado. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.148.



Figura 6: Giovanni Girolamo Frezza. *Ornatus arcus Arc maiori impositi* (37cm x 30cm).

O arco da parte central apresenta uma imagem complexa, com maior variedade de elementos. No texto se explica que ali estaria representada a liberalidade do rei, mostrado portando uma cornucópia que lança moedas em direção a dois homens no chão. Ademais, no fundo estaria um grupo de homens trabalhando em uma mina de ouro, aludindo às riquezas recém descobertas na América portuguesa, dádiva da Providência para Pedro II poder socorrer os miseráveis e financiar missões da Igreja<sup>47</sup>. Novamente um evento da história de Portugal seria a ferramenta para se reconhecerem as virtudes do rei, pois a descoberta de metais preciosos na América portuguesa aconteceu durante o seu reinado, ali sendo interpretadas como um presente da natureza para a piedade do monarca.

<sup>47</sup> **Funeral, que se celebrou...**, fls.13-14.

A representação da América portuguesa pode ser interpretada como signo de uma mudança de paradigma no império português, pois no início do século XVIII os domínios americanos começam a se sobrepujar aos do Oriente, sobretudo em termos econômicos. Ao escolher chamar atenção para as riquezas brasileiras, o programa pictórico do funeral reconhece o protagonismo de uma parte do império que se afirmava como maior fonte de receita para a coroa. Essa seria, possivelmente, a primeira imagem a respeito do ouro no Brasil.

Seguindo a iconografia do medalhão, ao observarmos sua gravura, a imagem possui dois planos, com Pedro II acompanhado por um séquito à frente, enquanto no fundo se vê uma mina representada conforme os padrões europeus e um grupo de mineradores. Aproximadamente no mesmo plano podem ser vistas algumas colunas romanas e uma igreja que parece ser a basílica de São Pedro. Outra vez elementos romanos surgem na cena para aproximar a vida de Pedro II do local onde se realizava a cerimônia.



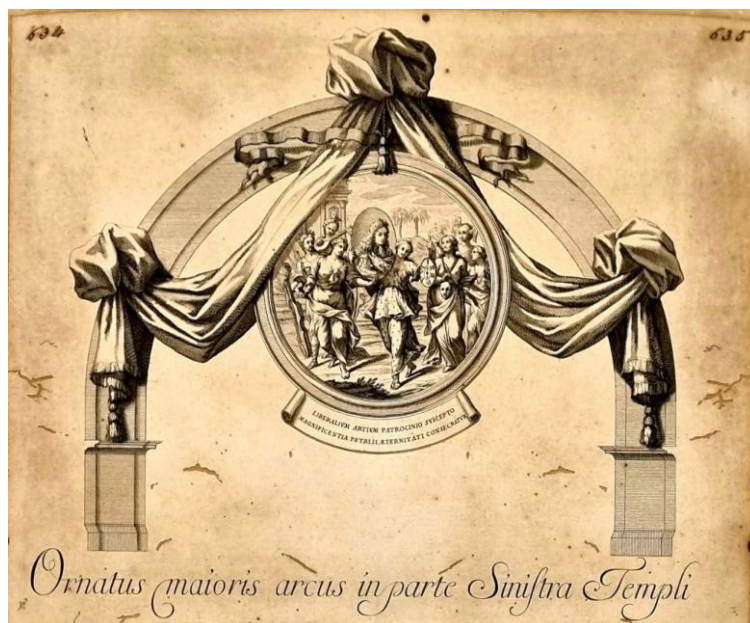


Figura 7: Giovanni Girolano Frezza. Ornatus maioris arcus in parte Sinistra Templi (37,8cm x 30cm).

O último medalhão, à esquerda, mostrava as musas das artes e ciências, entre as quais a astronomia carregava a efígie do monarca, tido como protetor e patrocinador daquelas<sup>48</sup>. Mais uma vez um elemento da cultura clássica aparece relacionado ao morto, como principal característica dessa parte do programa iconográfico. Além disso, a todo momento vemos Pedro II presente na cidade de Roma, com a arquitetura clássica marcando os medalhões mesmo em pequenos detalhes, pois o rei era mostrado em Roma não só na sua morte, mas nas imagens de sua vida.

<sup>48</sup> Funeral, que se celebrou..., fl.14.

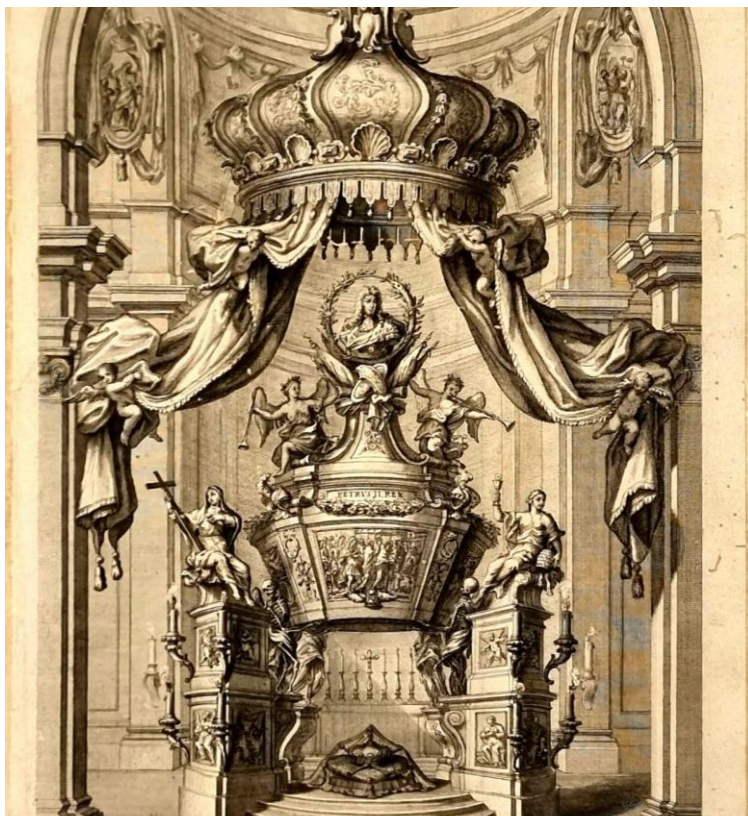


Figura 8: Domenico Franceschini, Niccolo Oddi. *Castrum Doloris erectum Roma in Templo* (56,6cm x 31,4cm).

Finalmente o texto chega ao centro da igreja, com a descrição arquitetônica do coração do evento, um suntuoso catafalco armado abaixo da cúpula para simbolizar o corpo simbólico do rei celebrado. A estrutura era de mármore branco com detalhes em cor parda, erguida a uma altura que tornava possível ver o altar por baixo dessa. Os pedestais que a erguiam tinham quatro esqueletos segurando a parte principal, e esses estavam apoiados em pequenas torres. Os esqueletos formados de prata, com detalhes em amarelo e ouro, eram sinal do luto, como se destaca no texto<sup>49</sup>. Toda essa estrutura era fruto de um trabalho muito bem elaborado, comprovado pelos rascunhos e desenhos do arcabouço que sustentava o *castrum doloris*. Esses desenhos estão disponíveis no acervo do castelo de Windsor e não foram divulgados à época, por isso não são o foco deste trabalho. De todo modo, a arquiteta italiana Barbara Tetti analisa esses desenhos e

<sup>49</sup> Idem, fls.14-15.

atesta a complexidade do aparato produzido. A preocupação de Fontana em criar uma construção efêmera com uma estrutura interna capaz de garantir os efeitos desejados evidencia o grande engenho para a realização desse funeral<sup>50</sup>.

O elemento principal da obra era uma urna redonda em formato piramidal. Essa era ricamente ornada e com muitas composições, entre essas quatro telas com imagens sobre a grande piedade do monarca. Esses quadros foram responsabilidade do pintor Pietro Razina. O primeiro era uma tela virada para a porta da igreja, sendo, portanto, mais central (Figura 9). Mostrava o rei com uma tocha acesa acompanhando uma procissão, na qual um clérigo levava o viático a algum moribundo<sup>51</sup>. O texto em latim que acompanha a imagem serve como explicação do que se via e também do que seria subjetivo: “O santíssimo foi conduzido a pé por uma multidão aos enfermos. O rei da corte de Deus acrescenta honra à condição extraordinária da realeza”<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> TETTI, Barbara. Carlo Fontana e i sistemi costruttivi per gli apparati effimeri. Il catafalco di Pedro II in Sant'Antonio dei Portoghesi. In: BONACCORSO, Giuseppe et al. (orgs.). **Carlo Fontana 1638-1714 celebrato architetto**. Roma: Atti dell'Accademia Nazionale di San Luca, 2017, pp.350-357.

<sup>51</sup> Idem, fl.15.

<sup>52</sup> Tradução livre do latim. Cf. Idem, fl.15.



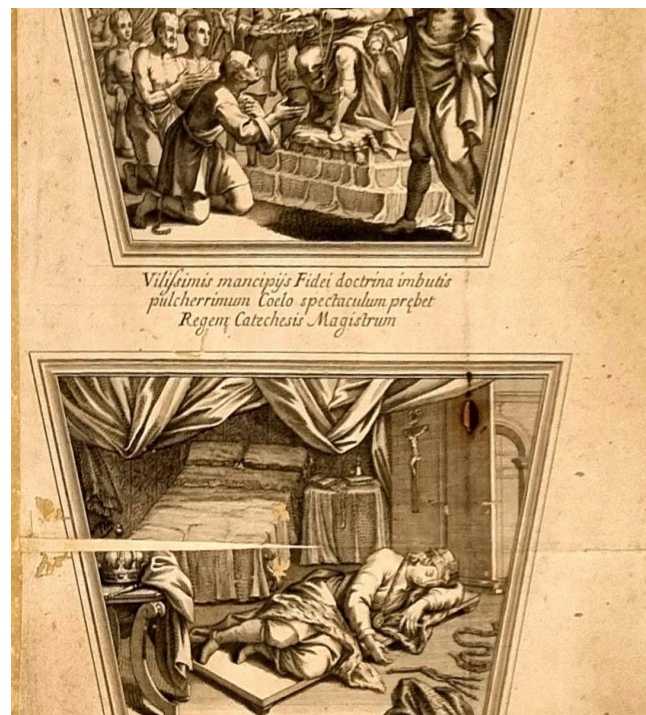
Figuras 9 e 10: Giovanni Girolamo Frezza. Sanctissimo ad AEgrum Viatico cum Turba pie deducto; Singulis anni sabbathis templo Dei Matris inuisendo addictis (44,5cm x 28cm).

Por ser a imagem central do catafalco, essa pode ser interpretada como sendo a mais importante dentre as que virão a seguir, ao conduzir o olhar dos presentes que necessariamente miravam em sua direção quando acompanhavam a missa, pois a imagem erguia-se acima da altura do altar. De certa forma, essa dialoga com o ofício que ali se passava, pois o viático é a última comunhão de alguém prestes a morrer, e a missa das exéquias em honra a d. Pedro seria também uma última eucaristia celebrada



para o monarca. Os dois momentos, o celebrativo e o imagético, teriam assim estreita correlação, e ambos retomam a piedade católica do rei homenageado.

Na parte interior, voltada para o altar, o rei era mostrado ajoelhado em frente a uma imagem de Nossa Senhora das Necessidades, acompanhado por alguns pajens e um cavaleiro, seu confidente, segundo o texto (Figura 10). A gravura faz referência ao costume de Pedro II ir todos os sábados visitar uma capela distante duas milhas de Lisboa. Na imagem, a cidade pode ser vista ao fundo no canto direito, enquanto um cavalo está do lado de fora, como sinal da viagem feita pelo rei.



Figuras 11 e 12: Giovanni Girolamo Frezza. *Vilissimis mancipijs Fidei doctrina imbutis; Voluntarie susceptis corporis asflictationibus* (43,3cm x 27,8cm).

Em uma das laterais da urna, a imagem mostra um rei penitente, deitado em uma tábua no chão, onde ele teria dormido por um ano (Figura 12). Além disso há um chicote, também chamado de disciplina, e um cilício, estando ambos jogados no chão ao

lado do rei, enquanto uma cama vazia é vista no plano mais ao fundo<sup>53</sup>. Os dois instrumentos são utilizados para autoflagelação por católicos desde o período medieval, que por meio da dor física copiam o sofrimento de Jesus e dessa forma se entendem mais próximos a ele. Associar a imagem do monarca à figura do penitente é um recurso que o humaniza como um fiel católico buscando a salvação. Mesmo como rei, ele não escaparia à busca pela salvação por meio da autoprivação.

Essa imagem faz um paralelo interessante com o relato lisboeta analisado no capítulo anterior. Naquele texto já se adiantava a figura do monarca como um penitente. No momento em que se anuncia a sua morte, a autoria logo em seguida faz um resumo das principais virtudes que o garantiriam no Céu.

[...] a que foy logo gozar da Bemaventurança, que mereceo pelas muitas obras de caridade que exercitou em vida com pobres, e miseraveis, com quem despendeo grossas esmolos, além das que muitas vezes mandou repartir pelas freguesias, pela devoção muito entranhavel que teve ao Santissimo Sacramento, à Virgem Nossa Senhora, às Almas do Purgatorio; pela propensão que sempre teve às cousas espirituas, ao culto Divino, às Religioens, e às pessoas Ecclesiasticas, que conhecia mais aventajadas na virtude; pelo zelo que teve das Missoens, e Conversão dos gentios, hereges, e infieis; pelos muitos actos de humildade, e penitencias, que em secreto fazia; todas as sextas, e sabbados do anno jejuava com tal rigor, que nunca quis dispensarse para comer carne, ainda que tivesse queixa grave na saude; todas as sextas da Quaresna jejuava a pão, e agua; todas as quartas, sextas e sabbados da mesma Quarems tomava rigorosas disciplinas e cilícios, dormindo perto de hum anno sobre hum taboa, até que cahio na doença passada;[...]<sup>54</sup>.

É interessante perceber que alguns elementos do programa iconográfico das exéquias romanas parecem ser referências do texto produzido por ocasião da morte do rei em 1706. As menções ao uso de instrumentos de autoflagelo e à tábua para dormir

---

<sup>53</sup> Idem, fl.16.

<sup>54</sup> **NOTÍCIAS Da doença, morte, e funeral Do muyto Alto, e Muyto Poderoso Principe D. PEDRO II. De boa memoria, Rey de Portugal, nosso Senhor, que oferecem, e dedicam À Serenissima Senhora D. FRANCISCA JOSEPHA INFANTE DE PORTUGAL.** Lisboa: Antonio Pedrozo Galraão, 1707, fls.28-29.

motivaram até um quadro específico. Com as virtudes devocionais ao Santo Sacramento e Maria, o discurso lisboeta parece embasar a produção de imagens no ano seguinte em Roma. Não se pode desconsiderar que esses atos de piedade são típicos do aspecto devocional à época, não sendo propriamente uma originalidade na celebração do rei. Mas chama atenção a continuidade do discurso entre as duas narrativas, com a segunda apropriando-se da primeira e a significando de novo modo.

Mas a figura anterior talvez seja a que levanta mais dúvidas, pois apresenta o rei frente a um grupo de escravizados ajoelhados, enquanto distribui rosários, sentado em um trono (Figura 11). Este feito parece não fazer muito sentido ao se pensar em termos do comércio transatlântico de escravizados, porém será melhor explicado pelo sermão do padre Miguel Dias, analisado no Capítulo 3 desta dissertação. O texto que descreve o ornamento o faz da seguinte forma:

se representava o Serenissimo Rey diante de hum gram numero de Escravos, que resgatou, a os quois frequentemente ensinava os dogmas da feè Christaã, e à quelle que melhor os aprendia, o regalava, mostrando nesta acção o seu grande zelo, pois se exercitava em hua Virtude, que se pode chamar Apostolica<sup>55</sup>;

Os escravizados que aparecem na imagem são fenotipicamente brancos, apresentando traços físicos próximos aos do próprio rei e nobres, que o acompanham na imagem. Por outro lado, o escrito demarca que os homens foram resgatados, não ficando claro se esses seriam de outras religiões e “resgatados” pela fé católica, em outras palavras, escravizados para se converterem. Ou se seriam católicos escravizados por mulçumanos, como era possível à época, e resgatados pelo rei de Portugal. A primeira opção é a mais crível. Se os escravizados passavam por uma espécie de catequese, isso significa que esses não eram cristãos antes, e nesse caso representá-los

---

<sup>55</sup> Funeral, que se celebrou..., fl.16.

com o fenótipo branco europeu causa certa estranheza, mas é de se compreender. De todo modo, porém, o que mais torna esse quadro alegórico é o fato de o próprio rei ser representado como catequista e premiador dos melhores “alunos”. É curioso perceber que a escravidão em tela não é dos africanos enviados à América portuguesa, algo muito comum no período e que gerava bastantes rendimentos ao império colonial português. Possivelmente se aludia aqui de forma poética também ao escravismo passado no mar Mediterrâneo, algo mais próximo ao universo histórico e antigo da cidade de Roma. Por fim, essa virtude apostólica, típica daqueles que usam a própria vida para divulgar a fé, coroaria a imagem piedosa de Pedro II, passando por sacramentos, devoções e penitência. O tema da escravidão associada à evangelização guarda profundas relações com uma justificativa matricial do avanço do império português em novos mundos, pela obtenção do padroado ante a Igreja de Roma<sup>56</sup>.

Após concluir o trecho em que se descrevem as imagens das laterais da urna, o texto segue com os detalhes da ornamentação. Em uma espécie de tampa do catafalco via-se uma efígie de Pedro II em mármore, envolto em bandeiras, escudos e louros, sendo aquelas seguradas por duas estátuas da fama tocando trombetas, como sinal da publicidade que se deveria dar às glórias daquele rei<sup>57</sup>. Ao lado da urna, mais quatro estátuas significavam as prerrogativas régias. As primeiras dessas podem ser vistas nas gravuras. Portanto, estavam de frente para a porta, sendo provavelmente as principais.

---

<sup>56</sup> MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

<sup>57</sup> O recurso a efígies para substituir ou representar o rei falecido remonta ao período romano. Carlo Ginzburg explica que o uso de um simulacro do rei a princípio servia para substituí-lo, em casos onde o corpo não poderia ser exposto. Durante o período moderno a abstração da presença real assume um caráter mais institucional, representando o rei após o fim de sua vida. Em Roma, cidade onde Pedro II nunca esteve em vida, sua presença é garantida não só por uma efígie, mas por uma série de cenas que mesclam eventos reais com a cultura histórica da Cidade Eterna. GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1998], pp.85-103.



Uma dessas estátuas representadas segurava a cruz e parecia estar vestida de freira. Era a fé cristã, a qual o rei sempre teria divulgado em seus domínios. A outra estátua segurava um cálice e uma tiara papal, sendo a imagem da Igreja de Roma, sempre venerada pelo rei. Nos lados opostos, virados para o altar-mor, estavam as estátuas da caridade divina e da caridade ao próximo. A primeira representava o amor de Pedro II por Deus, e era simbolizada por uma estátua com chamas na mão e olhando para o céu. A outra jogava dinheiro e era acompanhada de um pelicano, signo cristão da eucaristia ou da imolação pessoal pelo bem do próximo. O texto vai além e explica que em cada um dos pedestais nos quais se erguiam essas estátuas, ainda era possível ver uma série de outras virtudes gravadas, tão abundantes essas eram no monarca<sup>58</sup>.

Nos degraus abaixo da urna foram colocadas uma coroa, um cetro e um bastão de comando sobre uma almofada. Acima de tudo havia um baldaquino em forma de coroa sustentando cortinas que embelezavam ainda mais o ambiente. De modo geral, no texto se chama bastante atenção para o grande custo investido no evento, marcando por diversas vezes a qualidade dos ornamentos, os detalhes em ouro e os caros tecidos. O investimento ainda se comprova na qualidade das gravuras produzidas, ricas em detalhe e com diversas escalas, sendo possível ver o *castrum doloris* como um todo e também observar cada gravura que o compunha em separado, em detalhes.

O discurso iconográfico como um todo, além de proclamar a salvação da alma de Pedro II e por extensão a salvação de seu reino, também faz um chamado à reflexão. Toda a composição possui elementos macabros expostos, mesmo como pequenos detalhes. Trata-se de uma representação alegórica de cunho doutrinário e moralizante

---

<sup>58</sup> Idem, fls.17-19.

típica do mundo católico pós-Concílio de Trento, onde a pedagogia moral prevalecia nas artes visuais. Esse tópico com raízes medievais tem o intuito de lembrar a efemeridade da vida terrena e ficou conhecido como *vanitas*, buscando atingir igualmente a todos os fiéis<sup>59</sup>.

Muitos são os elementos que conformam o programa pictórico da celebração. Como vimos, a ornamentação parte dos muitos domínios e da ideia do rei como sendo um grande imperador católico, para em seguida abordar um campo mais particular e baseado nas virtudes cristãs, no cerne das exéquias. Nesse meio é possível destacar um aspecto da vida de Pedro II que escapa a toda construção desse discurso visual, o seu papel como “Pacificador”. Foi durante a regência de d. Pedro que a paz com a Espanha foi assinada na Guerra da Restauração. Mas nesse *corpus* documental não foi dada grande atenção a esse feito. Na verdade, não há qualquer menção a alguma forma de conflito ou mesmo à Espanha. Em um período no qual a Europa via-se em guerra e Portugal vivia um momento sensível em termos políticos, o esquema representacional evita qualquer menção nesse sentido. Estabelece-se assim um contato amistoso com a Santa Sé e mais voltado para o mundo extra europeu, algo típico de Portugal desde a monarquia manuelina e que seria retomado durante o reinado de João V.

Ao analisar esse mesmo conjunto funerário, Pedro Cardim assinala a ideia da monarquia portuguesa como uma composição política plural, que abarcava um conjunto de domínios ultramarinos nas diversas partes do mundo. Dessa forma, a coroa

---

<sup>59</sup> Para a historiadora portuguesa Fátima Eusébio, a temática da *vanitas* faz parte de um longo processo nas artes, sendo um instrumento pedagógico para transmissão dos valores doutrinários. A novidade está nas referências à velocidade com que a vida se esvai, um perigo para o fiel que não cuida de sua alma para alcançar a salvação. Figuras como flores, caveiras e ampulhetas são signos da vida efêmera e da morte próxima. EUSÉBIO, Fátima. Para uma pedagogia de mensagem da morte: a produção artística dos séculos XIV ao XVII. In: **Mathesis**, Viseu, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Letras, n.º 8, 1999, pp.273-296.

portuguesa recorria à imagem do poder de uma almejada talassocracia para compensar sua posição marginal na Europa. No caso das exéquias de Roma essa situação ainda seria mais crítica, pois nesse momento se combatia ao lado de países protestantes contra exércitos majoritariamente católicos, uma situação delicada para os portugueses na Guerra de Sucessão Espanhola. Escapar à realidade europeia, então, consistia em evitar o risco de valorizar feitos que poderiam ser vistos com maus olhos pelo papado e publicizados pelos governos inimigos<sup>60</sup>. Pensando na esfera de recepção desse programa iconográfico, deve-se levar em consideração que não seriam somente os portugueses habitantes de Roma que participariam do evento, mas pelo menos uma gama de prelados moradores da corte papal, com diversos interesses políticos e posições em meio ao conflito espanhol.

A ideia de um grande império marítimo não era exclusiva do cenário europeu. Nos domínios ultramarinos, fazer parte do corpo político português significava entender-se como componente desse vasto império. Nas linhas seguintes esse discurso integra a construção do programa pictórico das exéquias celebradas na Cidade da Bahia, mostrando como os membros de uma elite letrada percebiam-se como partícipes de um império nas quatro partes do mundo.

### **A morte como autorrepresentação: o funeral baiano**

O funeral organizado pelos vassalos ultramarinos é descrito em detalhes, mas não há nenhuma gravura em diálogo com o texto. Portanto, todas as referências sobre esta cerimônia são baseadas em um relato escrito, mesmo que tratando de uma fonte

---

<sup>60</sup> CARDIM, Pedro. La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVI-XVII). In: SABATINI, Gaetano (org.). **Comprendere le monarchie iberiche: risorse materiali e rappresentazione del potere**. Roma: Viella, 2010, pp.37-72.

visual. A pena de Rocha Pita é bastante eloquente para dar sentido ao que era visto nas exéquias em honra ao seu soberano, como se faz evidente nas linhas que seguem.

No tempo em que ocorreu o funeral era governador-geral do Estado do Brasil Luís Cesar de Menezes, nomeado em 1705 e ficando no cargo até 1710. No texto sua presença é marcada apenas no início das cerimônias, quando presta demonstrações públicas de seu luto, a quem Rocha Pita destaca ser “hum dos mayores vassalos da Coroa Portuguesa”<sup>61</sup>. Outra função da administração do território era a de secretário-geral, assim como em Lisboa, o responsável por organizar a cerimônia, ocupando-se dos protocolos públicos. Neste momento, Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque ocupa esse cargo no Estado do Brasil, personagem que, assim como Rocha Pita, era fidalgo da casa real e cavaleiro da Ordem de Cristo.

O aparato fúnebre, também um catafalco, desta vez preparado por Gonçalo Ravasco, tinha estilo dórico, piramidal e era composto por oito faces. Possuía grandes dimensões, com 71 palmos de altura e 38 de largura. As dimensões são descritas minuciosamente, para transmitir uma exata imagem mental aos leitores do texto. Entre descrições das faces e arcos, começa a aparecer o conteúdo mais interessante do catafalco, com seus emblemas e epigramas.

Os quatro primeiros painéis descritos trazem estrofes formadas por quatros versos em latim, todos exaltando o luto pela morte de Pedro II. O único que se destaca é o último, no qual se ressalta que, de todas as partes do mundo, a que mais chora pela

---

<sup>61</sup> BNB, SLR, 023,003,001 n. 022. PITTA, Sebastião da Rocha, **Breve compendio e narraçam do funebre espectaculo, que na insigne cidade da bahia, cabeça da america portugueza, se vio na morte de elrey d. Pedro ii. De gloriosa memoria, s.n. Offerecido à magestade do serenissimo senhor dom joam v. Rey de portvgal. Composto por sebastiam da rocha pitta, fidalgo da casa de sua magestade, cavalleiro professo da ordem de christo, e coronel do regimento da ordenança da cidade da bahia./ lisboa, na officina de valentim da costa deslandes, impressor de sua magestade. Com todas as licenças necessarias.** Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1709. fl.30.

morte de Pedro II é a América<sup>62</sup>. Sobre o catafalco foi colocada uma urna “que representava o depósito do Real Cadaver”<sup>63</sup>, com as cores em preto, com detalhes em ouro. A primeira alegoria a surgir pintada neste aparato é a da Bahia, representada em quatro imagens. O texto não deixa claro qual seria a composição dessas figuras, mas explica o que elas representam: copiosas lágrimas; o êxtase assombroso; a lástima saudosa; e o respeito mudo. Aqui se retomam os poemas mencionados no primeiro capítulo, compostos em espanhol por Gonçalo Soares da Franca e em português por João Alvarez Soares, que deviam compor os emblemas junto a essas imagens mencionadas, ou foram escritos inspirando-se nessas.

Sustentando a cúpula do cenotáfio, foram construídas quatro estátuas simbolizando as quatro partes do mundo dominadas por Portugal, acrescidas de comentários a respeito da forma com que os lusitanos se impuseram nos continentes. Segundo o autor, as estátuas eram tão bem-feitas que pareciam ser de Fídias ou Praxiteles, famosos escultores da Grécia clássica. Representando a África havia um leão, domado pelo valor português. A Ásia por sua vez era um elefante, sendo iluminada pela religião. O tigre (ou onça), símbolo da América, era domesticado pela política. Já a Europa era significada por um touro, que teve seu poder subjugado pela soberania portuguesa. Segundo o autor, o luto era visível até mesmo nas estátuas, que ainda tinham, cada uma, um escudo com versos em latim sobre esse sentimento. Além das figuras animais também havia referências geográficas, com figuras dos rios mais importantes em cada continente, todos vencidos pelos navios portugueses. A Europa aparecia representada pelo rio Tejo, a Ásia pelo rio Indo, a África com o rio Zayre e a

---

<sup>62</sup> Idem, ibidem, fl.33.

<sup>63</sup> Idem, ibidem, fl.34.

América com o rio Pará. Sobre a beleza da pintura dos rios, o autor lança outra referência clássica, ao escrever que essa estaria no mesmo nível das obras de Zêuxis e Apeles, artífices da Grécia antiga. O mais interessante é que os rios transmitiam sentimentos, pois Rocha Pita sinaliza que cada um deles corria estranhamente, significando o luto pela morte do rei, chegando a escrever que esses pareciam ter olhos e boca para se lamentarem<sup>64</sup>.

O uso de animais e rios como signos do luto estendia o lamento pela morte de Pedro II a um outro âmbito, do mundo natural. Diferentemente do funeral romano, o que se representa aqui não são as virtudes ou mesmo a vida do rei, elementos tipicamente humanos, mas como o mundo natural era afetado pela morte do monarca. Uma metáfora explicativa de como os vassalos de um território afastado do centro do poder eram atingidos pelo falecimento do seu soberano distante, como se o rei desse vida a sua terra.

Escudos e estandartes lusitanos compunham toda a estrutura. Também havia quatro ciprestes, árvores colocadas em referência ao rei Átalo de Pérgamo, que as introduziu nos sepulcros, pois uma vez cortadas essas não voltavam a crescer, assim como a vida humana. A estrutura seria toda iluminada por quase oitocentas velas, que a faziam parecer brilhar como o Olimpo, vendo-se mais uma referência à cultura clássica na descrição dos ornamentos. Sobre o fogo, Rocha Pita discorre longamente, lembrando sua história como elemento de purificação na Bíblia e também no mundo pagão<sup>65</sup>.

O texto é densamente recheado de referências da cultura grega antiga, algo que difere um pouco da versão romana do funeral, mais centrada nos exemplos latinos. Mas

---

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*, fls.35-38.

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*, fls.38-40.

é relevante notar que as referências clássicas não estavam aparentemente no escopo do programa pictórico, mas sim na pena de Rocha Pita. Os comentários inserem autoridades antigas relevantes para dimensionar seus elogios aos aparatos, pela exemplaridade na exposição dos argumentos, tão comum à época. Sendo assim, percebe-se que essa característica integra mais a gama de influências do autor do que de Gonçalo Ravasco, realizador do evento. Como se vê na citação de Rocha Pita sobre as origens dos mausoléis régios:

Se se houvessem de meter neste Mausoleo as famosas estatuas dos esclarecidos Principes, e soberanos Monarcas, que com seu generoso sangue concorrerão para o nascimento de ElRey D. Pedro II. Senhor nosso (como costumavão os isgnes Romanos pór as dos Ascendentes nas suas celebres Exequias, de que foy primeiro inventor o seu segundo Rey Numa Pompilio) ainda que fora, como em breve mappa, reduzindo a estreitas linhas, e miúdos pontos as immensas distancias do universo; seria este grande Theatro muy curta Scena para representação tam magestosa. E assim, se reservão para se collocarem nos trofeos dos triunfos, que ha de lograr o seu inclyto Sucessor, onde como exemplares vivos por memoria, e representados por objecto, possaõ obrar nos tronos e estímulos, que não podem infundir nas sepulturas. E se Cayo Mario, porque lhe faltarão as dos Progenitores, dizia, que o mayor louver era não necessitar das glorias, e das estatuas dos Ascendentes: esperamos da Real índole, e sublime educação de El Rey nosso Senhor Dom João Quinto (que Deos guarde) impere tam generosamente, que possa gloriarse das suas proprias, sem dependencia das dos seus Heroicos Antepassados<sup>66</sup>.

Essa narrativa sobre a presença ou não dos ancestrais de Pedro II serve para justificar uma ausência que remete aos funerais dos primeiros reis romanos. Porém, cabe refletir para quem Rocha Pita justificava a escolha de não se collocarem as estátuas ancestrais. Ao que parece, esses recursos eram acionados mais para comprovar a erudição do autor do que como parte de um programa iconográfico do ritual público, além da ligação feita com o sucesso do governo de João V. Por fim, ao descrever cada detalhe da estrutura do catafalco, Rocha Pita conclui comparando a peça ao “Jupitor

---

<sup>66</sup> Idem, ibidem, fl.40.

Olympico de Fídias”, pois assim como a estátua, o catafalco seria uma maravilha do mundo.

O discurso escrito ganha protagonismo na representação visual quando Rocha Pita salienta que o cenotáfio era todo coberto de epigramas e poemas, compostos pelos “excelentes poetas da Bahia”. Esses versos foram comentados no primeiro capítulo desta dissertação. O conteúdo desses é apresentado também de forma poética pelo autor: “para os quaes deo a saudade o assumpto, a lembrança o papel, o sentimento a penna, as lagrimas a tinda, o amor os conceitos, e a majestade a ideia”<sup>67</sup>.

A pretensão de Sebastião da Rocha Pita não era pequena ao concluir seu texto, deixando claro que via esse trabalho como um grande feito. Mesmo sendo uma arte efêmera, guardada na memória através de sua pena, ele compreende que essa teria mais efeito no tempo do que maravilhas do mundo.

se não pela firmeza da materia, e grandeza da architectura; póde pelos votos, e sacrificios do amor exceder ao Mausoleo de Caria, às Pyramedes do Egypto, às Colunas, e Obeliscos de Roma, depositos dos seus Reys, do seus Monarcas, e dos seus Emperadores<sup>68</sup>.

O restante da descrição não trata mais do aparato e seus significados, mas do ritual em si realizado na catedral da Bahia. Segundo o autor, a igreja estava lotada pela “nobreza” e pelo “povo” que ocupava as ruas ao redor do templo. O arcebispo da Bahia, d. Sebastião Monteiro da Vide, assistia à celebração. A dignidade deste prelado é valorizada para se enaltecer o território no qual ele pastoreia: “Arcebispo Metropolitano do Brasil: cujas grandes virtudes, insignes letras, e singulares prerrogativas de Prelado o

---

<sup>67</sup> Idem, ibidem, fl.41.

<sup>68</sup> Idem, ibidem, fl.42.



fazem benemérito nam só da Primazia da America Portugueza, porém dos mais supremos lugares da Igreja Romana”<sup>69</sup>.

Os epigramas do catafalco foram reproduzidos entre as composições poéticas do opúsculo. Todos foram compostos por imagem (apenas descritas), mote em latim (versículos retirados do Novo Testamento) e versos em espanhol. Ao todo são treze epigramas, e nove deles tratam da alma de Pedro II ressuscitando ou subindo aos céus, um *topos* comum nesse rito católico. Três deles se destacam por mostrar de alguma forma a Bahia lamentando por seu rei.

O epigrama VII, no qual “pinta-se a Cathedral da Bahia vacilante”, tem como mote o versículo dezoito do décimo sexto capítulo do Evangelho de Mateus: “Tu és Pedro e sobre essa pedra edificarei a minha Igreja”<sup>70</sup>. A referência ao líder dos apóstolos, no qual o nome do rei falecido se inspira, serve como analogia para nesta passagem se associar o apóstolo à “pedra” que alicerça sua Igreja e a catedral da Bahia, local onde ocorre o evento.

No epigrama X “pinta-se a figura da bahia chorosa, olhando para hua Alma, q estará da parte interior do Ceo.”, vindo em seguida o mote retirado do Evangelho de Lucas, capítulo vinte e dois e versículo sessenta e dois: “Saindo Pedro para fora, chorou amargamente”<sup>71</sup>. No epigrama XII “pinta-se o Povo da bahia triste, e pensativo, chorando sobre hum Caveira.”, o que é acompanhado pelo versículo dezessete no capítulo vinte e um do Evangelho de João: “Pedro ficou triste porque lhe disse pela

---

<sup>69</sup> Idem, ibidem, fl.43.

<sup>70</sup> Idem, ibidem, fl.67.

<sup>71</sup> Idem. Ibidem, fl.68,

terceira vez: Você me ama?”<sup>72</sup>. Nesses dois epigramas personifica-se o povo baiano, que sofria a perda de seu monarca, por uma analogia de trocadilho entre o apóstolo Pedro, que se entristece e chora ante a Bíblia, e o povo que chorava a morte do rei Pedro II.

As aproximações entre os apóstolos e os monarcas também seriam estendidas a João V no último epigrama, o XIII: “Pintaõ-se duas Coroas subindo, hua ao Ceo, outra a hum Trono”, com o mote retirado do terceiro capítulo dos Atos dos Apóstolos em seu primeiro versículo, quando “Pedro e João subiram”. A aproximação entre as figuras régias e os apóstolos de Cristo pode ser compreendida como parte do esforço de sacralização monárquica, visto a todo momento nos funerais. Neste caso Pedro, líder dos apóstolos, e João, apóstolo amado por Jesus, sobem cada um a sua posição de glória. O rei falecido sobe aos céus, enquanto seu filho, novo rei, subia ao trono.

As características da narrativa escrita por Sebastião da Rocha Pita permitem chegar a algumas conclusões a respeito do ritual baiano e seu aparato. O primeiro ponto na retórica de Rocha Pita que chama atenção é seu aspecto hiperbólico, prezando sempre por ressaltar as enormes dimensões com analogias feitas até com construções milenares, num discurso fantástico. O que se destaca em todo texto não são as virtudes, nem mesmo a vida de Pedro II, como visto no funeral de Roma, pois o foco ali é outro. Evidencia-se no centro, durante toda a narrativa, a capacidade dos vassalos baianos produzirem um enorme ritual, somente comparável a referências da Antiguidade clássica. Mas por qual razão seria necessário transmitir a ideia de uma tão grande capacidade? Algumas hipóteses se colocam, levantadas nas linhas a seguir.

---

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, fl.69.

A historiadora Avanete Pereira Sousa produz um panorama que permite compreender a centralidade da cidade de Salvador naquele momento. Chamando atenção para as características fiscais e econômicas, para Avanete Souza a capitalidade da cidade não passava apenas por uma decisão política da corte lusa, mas era plasmada em uma ampla rede de forças políticas e econômicas dentro do Estado do Brasil e até o Atlântico Sul<sup>73</sup>. Dessa forma, o grande aporte de recursos e investimentos na realização e divulgação da cerimônia se explica pela riqueza e importância da capitania da Bahia, e nela a capital do Estado do Brasil.

Os membros de sua elite eram parte de um grupo social enriquecido pela exploração de produtos agrícolas, em especial a cana de açúcar. Mas no início do século XVIII, esses membros já apresentavam uma configuração mais heterogênea. Stuart Schwartz mostra que a elite baiana estava mais diversificada, sendo composta por pecuaristas, donos de cultivos de fumo, comerciantes, militares, além dos já estabelecidos senhores de engenho. Em comum a todos esses grupos, além da riqueza, encontrava-se a aspiração aristocrática<sup>74</sup>. A sociedade do Antigo Regime possuía a baixa mobilidade social como um aspecto importante de sua estrutura, pois ser nobre não era um status disponível, a ser adquirido com facilidade. Na realidade, os meios de nobilitação constituem um amplo campo de estudos do período moderno. De todo modo, na sociedade escravista da Bahia a distinção social tinha um caráter diferente da vigente na Europa, pois não estava associada tão intrinsecamente ao ócio e ao sangue,

---

<sup>73</sup> SOUSA, Avanete Pereira. A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo (orgs.). **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica**. Salvador: Editora da UFBA; Lisboa: CHAM, 2016, pp.99-125.

<sup>74</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1985], pp.224-246.

mas ao poder de mando no território ultramarino<sup>75</sup>. Nesse sentido, no Senado da Câmara se encontravam as típicas famílias que controlavam o poder local.

No dia 30 de dezembro de 1707, no mesmo mês em que Sebastião da Rocha Pita assinou no dia 3 sua dedicatória no “documento” ao rei d. João V, chegaria à câmara da Bahia a nomeação dos três novos vereadores para o ano seguinte: Sebastião da Rocha Pita, Balthazar de Vasconcellos e Gonçalo Soares da Franca. Dois desses estavam diretamente envolvidos na produção do opúsculo, sendo Rocha Pita o seu autor e compilador e Gonçalo Soares da Franca o que escreveu alguns poemas. Segundo a ata do Senado da Câmara, esses mesmos dois homens já haviam ocupado o cargo em anos anteriores<sup>76</sup>. Uma pesquisa mais profunda poderia mostrar o envolvimento de outros nomes com o documento e os cargos ocupados em outros momentos. O que se sugere não é a ligação entre a nomeação feita por d. João V e a feitura do opúsculo, mas sim que este seria uma expressão, ou melhor, uma representação da aristocracia baiana ante o seu novo rei, pois os nomes envolvidos são os mesmos que se revezavam na instância máxima de representação das elites locais. Avanete Sousa sintetiza o papel dessa instância de poder:

De qualquer sorte, podemos afirmar que a oligarquia local presente na Câmara desfrutava de condição econômico-social privilegiada: detinha cabedais econômicos, morais e socioculturais, cujos pesos variavam e dependiam das circunstâncias dos sujeitos e do momento histórico. Certamente, ocupar os principais ofícios camarários era forma de ascensão ao status de nobreza ou, pelo menos, de afirmação da condição de nobre. Mas não se resumia a isso. O movimento que se processava no interior da municipalidade era dinâmico e contraditório. Ao mesmo tempo que

---

<sup>75</sup> RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

<sup>76</sup> **Documentos históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 7º volume (1700-1718)**. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1984, p.351.

nobilitava, a Câmara também se distinguia, ou seja, tornava-se forte e distinta à medida do poder, honrarias e qualificativos de seus membros<sup>77</sup>.

Sousa explica que o grau de autonomia da câmara de Salvador permitia que essa fosse uma instância de articulação da sociedade local com outros níveis do poder. Entretanto, esse nível de autonomia não formatava um autogoverno. Pelo contrário, a historiadora compreende que a câmara soteropolitana funcionou com uma instância de reprodução de valores reinóis, alinhando seus próprios interesses aos da coroa e agindo para dirimir qualquer disputa. Dessa forma, afirmava-se como “símbolo da presença real”<sup>78</sup>.

A explicação exposta acima sobre a câmara esclarece boa parte das questões que surgem ao analisar o opúsculo de Rocha Pita. Da mesma forma que a câmara funcionava como um símbolo da corte régia no domínio ultramarino, sem tencionar o poder real no século XVIII, Rocha Pita busca mostrar ao seu novo rei o alcance dessa intenção conciliadora. Os interesses da elite, portanto, não se pautariam por manifestar qualquer tipo de afronta ao novo monarca, mas um sinal de vassalagem e reconhecimento da capacidade desses homens americanos em prestar honras tão grandes como qualquer outro vassalo do rei português. Em tempo anterior, no século XVII mais caracterizado por pagamentos de um donativo, epidemias e guerras, os discursos escritos nas atas e cartas dos membros da câmara de Salvador foram analisados pelo

---

<sup>77</sup> SOUSA, Avante Pereira. Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p.319-320.

<sup>78</sup> Idem, ibidem, p.320-321.

crítico literário João Adolfo Hansen como parte do “corpo místico” da monarquia, mais uma vez lembrando as ideias seminais de Ernst Kantorowicz<sup>79</sup>.

Aparentemente, a partir dessa relação de reconhecimento da soberania e irrestrita vassalagem a elite baiana pretende alcançar suas pretensões no reinado que se inicia. Talvez um ponto inflexivo que agregue mais significado a essa dinâmica possa se pautar pelas inúmeras vezes em que Rocha Pita refere-se a Salvador como “cabeça da América Portuguesa”, especialmente no título do opúsculo. Sabe-se que desde o domínio filipino a América portuguesa dividia-se em dois estados, o do Brasil, com capital em Salvador, e o do Maranhão e Grão-Pará, cuja capital era São Luís. Ao afirmar a Bahia como cabeça da América portuguesa, o autor parece defender a primazia desta parte sobre o Estado do Maranhão e Grão-Pará, algo reforçado ao se mencionar a ascendência daquele arcebispado baiano em toda a América portuguesa, com os muitos problemas de jurisdição decorrentes.

\*\*\*

Os dois relatos analisados mais detidamente neste capítulo –tendo em vista a ausência de um programa iconográfico sobre Lisboa a ser cotejado– possibilitaram um estudo comparado a fim de melhor compreender a circulação dessas informações no império português. Percebe-se assim o funeral romano e sua representação escrita e visual como obra de agentes régios, por vontade do próprio João V e membros proeminentes de sua corte. Já na Bahia o funeral foi produzido pela elite local. Sua

---

<sup>79</sup> HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII**. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.105-190; KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei. Um estudo sobre teologia política medieval**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1957].

narração foi escrita por um emissário deste grupo e seu texto foi publicado por atender aos interesses régios, como deixam claro os pareceres.

Enquanto o programa pictórico de Roma foi produzido dentro da dinâmica europeia, adotando referências, estilos e discursos típicos do momento cultural daquele continente, o texto alusivo ao funeral baiano foi construído com outras referências imagéticas, mais próximas ao mundo natural americano, com poucos envolvidos que tenham circulado pelo mundo europeu e também menos recursos. Em Roma o *castrum doloris* dialogou mais com referências arquitetônicas de funerais anteriores que aconteceram na cidade. Já na Bahia, embora a pena de Rocha Pita tenha “plumado” bastante aquela realização no que foi depois impresso, o que está por trás dos elogios é uma produção mais simples, sem a estrutura sofisticada ou um estilo semelhante ao visto desde o tempo do domínio Habsburgo em Portugal<sup>80</sup>. A análise das imagens visuais e descritas reconhece assim os condicionantes e agendas que permitiram a elaboração desses eventos, com tradições mutáveis conforme as circunstâncias. Portanto, na próxima etapa tenta-se chegar mais perto do que estaria por trás do programa iconográfico, com a possibilidade de se captar possíveis motivações e intencionalidades nos eventos e documentos mediante as vozes de alguns de seus participantes.

---

<sup>80</sup> Por um prisma diferente, a historiadora Marília de Azambuja Ribeiro analisa esse mesmo funeral e identifica uma continuidade no estilo desde as exéquias de Felipe I de Portugal, comentado no primeiro capítulo desta dissertação. RIBEIRO, Marília de Azambuja. Solenização da morte, arquitetura efêmera e cultura emblemática nas exéquias de d. Pedro II de Portugal celebradas em Salvador da Bahia em 1707. In: OLIVEIRA, Carla Mary; HONOR, André Cabral (orgs.). **O Barroco na América portuguesa**. Sevilla: Enredars Publicaciones, 2019, pp.118-132.

### Capítulo 3 - A morte no púlpito

A dimensão material e física da comunicação, considerando-se o meio por onde ela é transmitida, é um fio condutor deste trabalho. Seus limites e potenciais estão diretamente vinculados à maneira como o corpus documental está disponível para ser pesquisado. No capítulo anterior, ao tratar das imagens, foi possível abordá-las tanto como reproduções impressas e/ou relatos descritivos; mas de qualquer forma esses meios eram relacionados à iconografia. Neste capítulo o foco são os sermões vinculados aos funerais analisados anteriormente, e o acesso a esses discursos se dá mediante suas transcrições em papel. Tratam-se assim de sermões originalmente proferidos nas cerimônias, mas que foram depois escritos e reproduzidos em forma impressa, o que implica em uma série de considerações.

A guarda de sermões impressos faz parte de uma tradição da cultura letrada, que demonstrava através dos escritos a piedade do seu portador. Sermões relevantes, como os de grandes pregadores ou relativos a ocasiões especiais, poderiam ter a maior importância na composição de bibliotecas particulares. A posse desses textos faz parte de um movimento de deslocamento da espiritualidade para o espaço particular, pois a leitura dessas peças individualiza algo que outrora fora proferido em público. Da mesma forma, a voz do pregador continuava a ecoar através de seu impresso, em alguns casos servindo até de inspiração a novos sermões<sup>1</sup>. O estudo do gênero literário não pode desconsiderar que o que se encontra ali escrito foi pensado para ser falado em público, com recursos de retórica e dramáticos para instruir, comover e deleitar um auditório.

---

<sup>1</sup> LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. do Reis. A cultura escrita nos espaços privados. In: MATTOSO, José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). **História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p.365.



Ao proferir o sermão para a sua audiência, o padre tem um conjunto de recursos vocálicos que são parte de sua retórica, mais propriamente da *actio*, relativa ao modelo aristotélico que trata da performance, das estratégias gestuais ou na elocução para persuadir. Margarida Vieira Mendes, ao tratar dos sermões do padre Antônio Vieira, salienta que as publicações tipografadas também passavam pelo crivo do autor, que as adaptava para o meio escrito<sup>2</sup>. Assim o sermão, a princípio pronunciado no púlpito para a assembleia eclesial, passa a ser configurado para a leitura de um público mais amplo. Portanto, a persuasão daqueles discursos não se perdia, somente se alterava de acordo com o novo “auditório” e a nova maneira de transmiti-los.

Os sermões, enquanto gênero literário, tinham espaço privilegiado na época moderna, especialmente em Portugal, onde funcionavam como meio de transmissão política, veiculando ideologias e moldando opiniões. A parenética assumia fortes posições na vida do reino, ampliada pelas reproduções impressas de famosos oradores sacros. Dentro dessa categoria ainda havia a importante função do pregador régio, figura responsável pela performance e de status elevado na corte:

Ao pregador do rei caberia o dever de censurar publicamente certas condutas da corte e do próprio monarca. Alguns tornaram-se vítimas da hostilidade régia, por desempenharem com excessivo zelo e ousadia tais funções. Várias vezes Vieira refere a obrigação, da parte do valido, do pregador, do conselheiro ou do privado, de dizer a verdade. [...] Esse tipo de acção ideológica da parte do pregador conferia-lhe um vantajoso posto no ordenamento do poder, ao lado dos teólogos que intervinham com pareceres nas decisões dos soberanos<sup>3</sup>.

A imbricação entre oratória sacra, consequentemente de seus oradores, e o poder, garantia o interesse de diversos agentes na publicação e leitura desses sermões. Além disso, ao terem suas obras publicadas, os oradores possuíam maior inserção na

---

<sup>2</sup> MENDES, Margarida Vieira. **A oratória barroca de Vieira**. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p.308.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p.81.

vida pública do reino. Em um período no qual o analfabetismo imperava na sociedade, a pregação também era a forma de comunicação em que se estabelecia o maior contato com o povo, frequentador das cerimônias católicas. Fernando Bouza reconhece a época moderna como um período essencialmente oral, quando a palavra falada tinha um estatuto privilegiado ante as demais formas de veiculação das informações<sup>4</sup>.

Perante esse cenário, a força dos discursos analisados neste capítulo é conhecida em parte, cabendo à imaginação julgar o efeito de um sermão fúnebre em seu público. As emoções, porém, podem não passar inteiramente despercebidas no escrito. Muitas vezes o pregador deixa marcas anotadas em seu texto, nas quais salienta sua emoção naquele momento de fala, com destaque para os que registravam suas lágrimas ou a comoção na voz ao narrarem determinados fatos. Esses recursos escritos, não raro presentes nas marginais de manuscritos, tornam possível conhecer as emoções do momento falado, anterior ao preparo do texto para impressão<sup>5</sup>.

Como em um teatro, a figura do pregador em seu púlpito mobiliza muitos outros sentimentos, que vão além da compreensão de sua mensagem. Em sua ação perante a audiência, o pregador atua para comover conforme as impressões que pretende causar. A forma de dizer, junto a figuras de linguagem que ornamentam o texto do discurso, não era um recurso supérfluo do orador, mas o próprio discurso em si. O historiador da literatura francês Marc Fumaroli retoma a categoria do *ornatus* enquanto constituinte do corpo do discurso, pelo que ele se torna compreensível à sua audiência<sup>6</sup>. Portanto, o

---

<sup>4</sup> BOUZA, Fernando. **Palabra e imagen en la corte: cultura oral y visual de la nobleza en el Siglo de Oro**. Madrid: Abada Editores, 2003, p.28.

<sup>5</sup> BOUZA, Fernando, Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII, tradução de Ângela Barreto Xavier. **Cultura**, Lisboa, n. 14, p.105-171, 2002.

<sup>6</sup> FUMAROLI, Marc. **L'Âge de l'éloquence: rhétorique et «res literaria» de la renaissance au seuil de l'époque classique**. Genève: Librairie Droz, 2009 [1980], pp.XV-XVI.

ornato não era um mero recurso estilístico apenas para dramatizar a fala, mas constituía o próprio cerne do discurso.

A fala pública de um orador é um momento relevante na sociedade ocidental desde o período medieval. Não se restringindo apenas ao espaço eclesial, o discurso garantia um valor de autoridade àquele que o proferia, pois a ação de sua voz reverberava e dava sentido ao texto divulgado. A performance do orador não diminui a importância de sua mensagem; pelo contrário, ela garante a compreensão e conduz os sentimentos do público, que por meio dos olhos e ouvidos compreende a mensagem por inteiro, em conteúdo e forma<sup>7</sup>.

O foco em se fazer compreender pelo público presente na ocasião em que foi proferido torna o sermão uma fonte privilegiada para se perceberem alguns elementos culturais. Entre as fontes cotejadas nesta dissertação, o sermão é a que estabelece maior contato com o povo comum, em geral iletrado. Ao proferir sua pregação na igreja, o sermonista estabelecia um diálogo entre referências eruditas e pessoas do cotidiano local<sup>8</sup>.

O sermão, enquanto gênero literário, marcou a produção intelectual a respeito do chamado período colonial do Brasil. A partir de textos de sacerdotes católicos que

---

<sup>7</sup> O crítico literário suíço Paul Zumthor demonstra o importante papel daquilo que qualifica como “vocalidade” na transmissão dos textos literários na Europa medieval. Mais que apenas a oralidade, considerada por ele uma abstração, a voz reverberada no espaço público garante a recepção das mensagens poéticas contidas nos textos, sejam eles escritos ou de improviso. A sociedade europeia tinha esse tipo de performance como parte constitutiva de sua cultura, função que se potencializa na Igreja, especialmente após as reformas religiosas, considerando o papel das pregações como uma performance doutrinária a todos os fiéis. ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. Tradução de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1987].

<sup>8</sup> Essa característica poderia ser mais marcante em alguns pregadores do que em outros, mas há sempre uma atenção em tornar a mensagem inteligível ao público de acordo com sua realidade. PIRES, Maria Lucília Gonçalves; CARVALHO, José Adriano de. **História crítica da literatura portuguesa: maneirismo e barroco**. Lisboa: Verbo, 2001, v. III, pp.237-238.

pregaram por essas terras, é possível acessar parte da história deste período, com os devidos cuidados ao se utilizar a “literatura” como fonte histórica. Os estudos a partir dos escritos do padre Antônio Vieira constituem um verdadeiro campo dentro das ciências humanas no Brasil e em Portugal. Utilizando a obra de Vieira como base, Alcir Pécora estabelece alguns pressupostos para se interpretarem os sermões:

A arte de pregar tem, aqui, uma tripla função: a de interpretar a semântica das realidades—, portanto uma função exegética; a de anunciar o futuro—, logo, profética; e a de divulgar para todas as criaturas, mesmo as mais bárbaras e nas partes mais recônditas do mundo, a palavra divina e a história do futuro que lê—, portanto, uma função apostólica, missionária. Todas essas funções sintetizadas na atividade do pregador fazem dele, enfim, o principal protagonista dos feitos presentes<sup>9</sup>.

Em outra publicação, Alcir Pécora vai além no estudo da composição dos sermões, modelo retórico no qual prevalecem as referências bíblicas. Proferidos no espaço sagrado, os sermões se relacionam diretamente com os sacramentos católicos, em especial ao da Eucaristia, a presença mística de Jesus Cristo no pão e no vinho. Em linhas gerais, para a teologia católica os sacramentos são sinais visíveis da ação de Deus no mundo físico. Estão na categoria da mediação entre aspectos, conforme mostra Pécora: primeiro a representação do povo perante Deus; depois a concretude de um organismo institucional de mediação (a Igreja); por fim, a revelação do futuro<sup>10</sup>.

A revelação do futuro seria o cerne da grande mobilização do conteúdo bíblico na parenética. Isso diz respeito à revelação dos desígnios da providência –própria ação divina– através da história. Tal revelação se ancora no texto sagrado para interpretar a realidade.

---

<sup>9</sup> PÉCORA, Alcir. **Máquina de gêneros: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld. Gonzaga, Silva Avarenga e Bocage**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2018 [2001], p.163.

<sup>10</sup> PÉCORA, Alcir. Introdução, Sermões: o modelo sacramental. In: VIEIRA, Antônio. **Sermões: padre Antônio Vieira**. Org: Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000, tomo I, p.11.

Aqui, os acontecimentos históricos e suas redes de causas exigem ser interpretados como articulações de um relato tão *inspirado* quanto o das Escrituras. Daí a importância, para os oradores sacros, de associar a tradição cristã da exegese bíblica, enquanto ciência da interpretação alegórica dos sentidos da Escrituras, àquela da retórica antiga, mais restrita à análise dos enunciados persuasivos. Para eles, a interpretação exegética não se distingue essencialmente da hermenêutica que interpreta os acontecimentos da história como figurados anteriormente nas Escrituras. No *signo-coisa* da Bíblia ou na *coisa-signo* da história, os objetos que se apresentam ao intérprete têm o mesmo estatuto de *figuras* que precisam ser lidas como fatos históricos, mas também como mensagem providencial<sup>11</sup>.

O texto bíblico funcionaria assim não somente como uma lente para a leitura da história, mas como a própria história em si, que se repete e reapresenta, seja pelo cumprimento das profecias, ou pelas reconfigurações dos desígnios divinos. Os escritos sagrados são alvo de conciliação entre a realidade presente do pregador e a concretização de profecias, e por essa razão seriam onipresentes na retórica dos púlpitos.

Essa conciliação tem seu epítome na figura de Cristo, personificação ou deificação da convergência entre os dois mundos, humano e divino. Sua vida e seus atos, narrados nos evangelhos, eram verdadeiros exemplos para o príncipe cristão, bem como para sua Igreja. As referências à ação direta de Deus no mundo, em pessoa, resolveriam os problemas da razão de estado no contexto pós-Contrarreforma, pois o conteúdo da teologia política visava manter, em princípio, o governo pelo bem comum dentro da esfera eclesial<sup>12</sup>. Por essa visão, a Igreja não é sobrepujada pelo príncipe cristão, nem mesmo pelo Estado cristão e seu corpo místico. A oratória sacra daria conta

---

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p.12.

<sup>12</sup> Idem, ibidem, p.14.

justamente de manter a atuação desses monarcas dentro do bojo da Igreja, embora haja muitas nuances nessa adequação, conforme circunstâncias e contextos específicos<sup>13</sup>.

Nesse sentido, o Estado legítimo funcionaria como uma extensão da ação divina. O governo do príncipe e o poder da Igreja se encontrariam umbilicalmente ligados, codependentes em eficácia e legitimidade. Garantia-se também que a visão teleológica da história manter-se-ia, sendo o Estado um cumpridor da Providência.

Pois bem, no mundo ibérico, essa sacralização do Estado com vistas à legitimação do poder absoluto do Príncipe está perfeitamente contemplada na projeção da forma encoberta do divino sobre a estrutura do poder político. Por vezes, isto é feito prevendo uma concomitância substancial, uma perfeita coincidência entre as ordens transcendente e histórica — que não exige qualquer semelhança externa, já que apenas a última apresenta uma face manifesta. Assim, a ação histórica do Estado cristão concilia-se por dentro — por um processo que bem se poderia chamar de transubstancial — com a vontade divina e seus desígnios providenciais<sup>14</sup>.

A sacralização da figura do rei ao longo do sermão atende, portanto, ao duplo interesse do governo e da Igreja em legitimar sua memória. Em sua história concretizam-se uma série de profecias e emulam-se diversas passagens bíblicas. O discurso vocaliza essa imbricação sacro-histórica ao público, garantindo a todos a salvação de seu rei, e nele a salvação de seu reino.

Por esse ponto de vista, havia uma atuação oculta da vontade divina através do Estado, em especial o português. Em termos neotomistas, Vieira enxergava uma harmonização natural na ordenação do Estado, atuante através das vontades gerais e do príncipe. A construção do bem comum deveria dirigir a política. Como efeito de sua coparticipação nos caminhos divinos, o Estado também seria responsável pela

---

<sup>13</sup> Por exemplo, Ronaldo Vainfas destaca a atuação de Antônio Vieira como político, praticamente um valido de João IV. VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira: jesuíta do rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>14</sup> PÉCORA, Alcir. Introdução, Sermões: a pragmática do mistério. In: VIEIRA, Antônio. **Sermões: Padre Antônio Vieira**. Org: Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001, tomo II, p.14.

construção do reino de Deus na terra<sup>15</sup>. Não obstante, a dimensão pactual e contratual do poder régio nessa mesma cultura neotomista, a pluralidade de poderes e conselhos administrativos, o padroado da Igreja e a luta política em diferentes regiões do império português colocam matizes a essa visão mais unívoca acerca das relações entre a coroa e a cruz, no reino e além-mar<sup>16</sup>.

A aproximação com a figura de Vieira não é somente por sua importância para o gênero literário em si, pois personagens deste capítulo estão ligados a ele de alguma forma. Um dos pregadores durante as exéquias na cidade de Roma era o padre Antonio Maria Bonucci. Nascido em Arezzo, na Toscana, em 1651, ele tornou-se jesuíta em 1671. Após ser ordenado padre em 1680, partiu no ano seguinte para Portugal a fim de compor uma missão liderada pelo padre Antônio Vieira. Do colégio instalado no Recife, Bonucci foi para a Bahia<sup>17</sup>. Coube a ele a função de secretariar Vieira no fim de sua vida, sendo responsável por reunir e organizar os escritos deste para serem publicados<sup>18</sup>. Entre esses, lidava com os sermões já em processo de publicação e com os manuscritos da *Clavis prophetarum*, no tempo em que Giovanni Antonio Andreoni –outro padre de

---

<sup>15</sup> Alcir Pécora analisa o processo de atribuição do modelo sacramental ao Estado cristão, intento realizado pelo padre Antônio Vieira em um processo de garantir a legitimidade da monarquia portuguesa recém-restaurada. PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1994, pp.129-136.

<sup>16</sup> A título de exemplos, HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal – séc. XVII**. Lisboa: Almedina, 1994; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002; LOUREIRO, Marcello José Gomes. **Iustitiam Dare: a gestão da monarquia pluricontinental. Conselhos superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia pluricontinental portuguesa (1640-1668)**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations e em História Social), 2014.

<sup>17</sup> PIGNATELLI, Giuseppe. **Bonucci, Antonio Maria** In: **Dizionario Biografico degli Italiani**. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1970, v. 12, pp. 453-454.

<sup>18</sup> PIRES; CARVALHO. op. cit., p.296.

origem toscana, o Antonil autor de *Cultura e opulência do Brasil*, a ser impresso em 1711– era o provincial da ordem jesuítica. Desde 1703 Bonucci estava em Roma, onde morreu em 1729. Pode-se imaginar a importância da vivência na Bahia, dos sermões de Vieira e suas ideias proféticas na oratória daquele pregador ora em Roma, ao que parece não tão envolvido em questões políticas e mais afeito a ideias religiosas<sup>19</sup>.

Já sobre o padre Domingos Ramos, jesuíta que pregou nas exéquias da Bahia, há pouca informação disponível. Segundo Barbosa Machado, ele nasceu em Salvador no ano de 1653, ingressou na ordem em 1666 e tornou-se padre em data desconhecida. Foi procurador geral de sua província em Roma em 1694, retornando ao Brasil posteriormente<sup>20</sup>. Além do sermão no funeral de Pedro II, também publicou sua pregação nas exéquias da rainha Maria Sofia Isabel de Neuburgo, segunda esposa de Pedro II falecida em 1699<sup>21</sup>. Pelo período no qual viveu em Salvador, ele entrou em contato com o legado de Antônio Vieira, que morreu naquela cidade no ano de 1697. No entanto, não é possível afirmar a convivência entre os dois jesuítas.

O único orador aqui destacado sem aparente ligação direta com Vieira era o padre Miguel Dias, pregador durante o dia principal das exéquias romanas, ocasião onde foram reunidos muitos cardeais. O padre era um jesuíta, mas sobre ele não obtivemos

---

<sup>19</sup> PELOSO, Silvano. *Antonio Vieira e l'impero universale: la Clavis prophetarum e i documenti inquisitoriali*. Roma: Sette Città, 2005, pp.116, 120 e 127-130.

<sup>20</sup> BARBOSA MACHADO, Diogo. *Bibliotheca lusitana, histórica, crítica e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da ley da graça até o tempo presente*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1741, tomo I, p.715. Disponível em: <https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia>.

<sup>21</sup> RAMOS, Domingos. *Sermam nas exequias da Raynha N.S.D. Maria Sophia Isabel, Celebradas na Cathedral Metropolitana da Cidade da Bahya aos 31 de Março de 1700. Que pregou o Padre Domingos Ramos da Companhia de Jesús*. Lisboa: Bernardo Costa de Carvalho, 1702.



maiores informações, apenas que era procurador das províncias portuguesas da Companhia de Jesus em Roma<sup>22</sup>.

A menção exclusiva aos pregadores das exéquias fora do reino de Portugal deve-se ao fato de não haver nenhum sermonista mencionado no documento lisboeta, nem mesmo constam neste registro referências a sermões proferidos naquelas exéquias. Mais uma vez evidencia-se uma certa redução do funeral com o corpo presente do rei em seu aparato, o que será melhor discutido na conclusão desta dissertação. Há o registro de outros sermões proferidos e impressos em Portugal<sup>23</sup>, mas nenhum desses ocorreu no contexto do primeiro funeral de Lisboa. Todos foram realizados em momentos posteriores ou até mesmo fora da capital do reino, sendo impressos em honra a alguma figura relevante, como ao núncio apostólico ou a membros do Conselho de Estado, tratando de exéquias ocorridas fora do circuito principal. Tendo em vista que o funeral de um rei é um evento de importância máxima no reino, é compreensível que haja muitos sermões. Mas abrir a análise para abarcar todos esses, sem diálogo com outras

---

<sup>22</sup> BNB, SLR, 24, 5, 3, n.8. DIAS, Miguel. **Sermam nas exequias delrey nosso senhor Dom Pedro II que pregou o R. P. Miguel Dias da Companhia de Jesus, assistente pelas provincias de Portugal em Roma, na igreja de Santo Antonio da Nação Portuguesa no anno de 1707.** Roma: Officina de Antonio da Rosa, 1707, 27p.

<sup>23</sup> SÃO BERNARDO, Francisco de. **Oraçam funebre nas exequias reaes da Sereníssima Magestade de muyto Alto, e Poderoso Rey de Portugal Dom Pedro II, celebradas na Real Igreja da Conceção da Cidade de Lisboa pelos Cavalleyros da Ordem de Christo [...].** Lisboa: Officina de Manoel e Joseph Lopes Ferreyra, 1707. 30p.; SÃO TOMÁS, Francisco de. **Oraçam Funebre na luctuosa morte del-rey Dom Pedro II, nosso Senhor. Escreveu-a OP. M. Francisco de Santo Thomas, Conigo Secular da Congregação de s. João Evãgelista [...].** Lisboa: Officina de Manoel e Joseph Lopes Ferreyra, 1707. 43p.; GAMBOA, Egidio de. **ORAÇAM FUNERAL EM AS EXEQUIAS DO MUYTO ALTO, E Poderoso Rey de Portugal O SENHOR DOM PEDRO II. QUE CELEBROU O REAL CONVENTO DE Thomar da Ordem de Christo[...].** Lisboa: Officina de Manoel e Joseph Lopes Ferreyra, 1707. 26p.; MONTANHA, Clemente Rodrigues. **SERMAM NAS EXEQVIAS D'ELREY NOSSO SENHOR D. PEDRO II. QVE PREGOV O DOUTOR CLEMENTE RODRIGUES MONTANHA [...].** Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1707. 20p.; OLIVEIRA, José de. **SERMAM PRE'GADO NAS EXEQUIAS DO SERENÍSSIMO SENHOR D. PEDRO II. REY DE PORTUGAL, QUE SE CELEBRA'RAM NA SANTA, E Real Casa da Misericórdia da Cidade de Lisboa[...].** Lisboa: Officina de Miguel Manescal, 1707. 23p.; SALGUEIRO, Francisco. **SERMAM DAS EXEQUIAS DO SERENISSIMO SENHOR REY D. PEDRO II. DE GLORIOSA MEMÓRIA, Que na Se da Cidade de Évora celebrou de Pontifical [...].** Evora: Officina da Universidade, 1707. 29p.

documentações que possam trazer um embasamento maior a respeito dessas cerimônias menores e suas configurações locais, acabaria tornando o trabalho uma análise do discurso parenético por si, escapando ao intuito central desta pesquisa.

### **A voz ecoa no Teatro do Mundo**

A organização e divulgação dos eventos relativos ao funeral romano receberam especial atenção da coroa portuguesa. A quantidade de material a respeito desta cerimônia atesta o grande investimento realizado em dar notícia sobre os eventos<sup>24</sup>. Da mesma forma, os sermões proferidos naquela ocasião também receberam especial atenção, pois há duas pregações impressas em papel. A primeira, do padre Antonio Maria Bonucci, pregada provavelmente antes da cerimônia oficial, recebeu uma edição bilíngue em italiano e português<sup>25</sup>.

Como já mencionado, o padre Antonio Bonucci teve um passado em terras brasileiras, com destacada atuação nas missões jesuíticas no Brasil e em colégios da Companhia. Seu trabalho também se destacou pelo caminho das devoções da Boa

---

<sup>24</sup> Marília Ribeiro e Luísa Santos contabilizam ao menos sete impressos diferentes a respeito das exéquias de Roma. Contudo, elas não consideraram uma edição do sermão proferido pelo padre jesuíta Miguel Dias, também nas exéquias de Roma. RIBEIRO, Marília de Azambuja; SANTOS, Luísa Ximenes. Um espelho para o novo monarca: retórica e política nas exéquias reais celebradas na cidade de Salvador em 1707 (um excuro histórico). In: DECKMANN, Eliane Cristina Fleck; DILLMANN, Mauro (orgs.). **Escritas e leituras: temas, fontes e objetos na Iberoamérica séculos XVI-XIX**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, pp.372-373. O sermão do padre Miguel Dias está no acervo da Fundação Biblioteca Nacional com o seguinte registro: BNB, SLR, 24, 5, 3, n.8. DIAS, Miguel. **Sermam nas exequias delrey nosso senhor Dom Pedro II que pregou o R. P. Miguel Dias da Companhia de Jesus, assistente pelas provincias de Portugal em Roma, na igreja de Santo Antonio da Nação Portuguesa no anno de 1707**. Roma: Officina de Antonio da Rosa, 1707, 27p.

<sup>25</sup> O abade de Sever Diogo Barbosa Machado desmembrou a edição, que hoje possui dois registros no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, um da edição em italiano e outro da edição em português. Originalmente a página de rosto era em italiano. BNB, SLR, 24, 5, 3, n.10. BONUCCI, Antonio Maria. **Orazione nelle solenni esequie dela maest' del re' di Portogallo scritta in italiano e in portoghese da Antonio Maria bonucci dela Compagnia di Giesu e detta nel primo linguagio dal medesimo nella Chiesa Nazionale di S. Antonio in Roma**. Roma: Stamparia di Antonio de' Rossi ala Piazza di Ceri, 1707; BNB, SLR, 24, 5, 3, n.9. BONUCCI, Antonio Maria. **Sermam nas exequias do Serenissimo Senhor Dom Pedro II. Rey de Portugal celebradas na Igreja de Santo Antonio da Nação Portuguesa em Roma no anno de 1707. Pelo Padre Antonio Maria Bonucci da Companhia de Jesus**. Roma: Officina de Antnio da Rosa, 1707.

Morte, estabelecendo confraria e escrevendo um livro sobre a preparação cristã para a morte. Seu trabalho inaugurou na Bahia uma tradição que perdurou até a expulsão dos jesuítas em 1759<sup>26</sup>.

Antes do texto do discurso há uma dedicatória em português ao novo rei de Portugal, João V. Nesta introdução, o padre agradece ao jovem monarca e a seu pai falecido por terem-no recebido na ocasião em que esteve em Lisboa. Neste trecho o padre dá o tom que regeria todo o sermão, mesclando elogios ao rei d. João com a saudosa memória de seu pai<sup>27</sup>.

O pregador abre o seu discurso relembrando a sua passagem pela América portuguesa, onde teve a oportunidade de fazer uma pregação em honra ao nascimento do então infante João, filho primogênito de Pedro II. Estabelece um paralelo entre aquela pregação e esta que fazia no momento na cidade de Roma. Oportunidade na qual reconhece que, ao falar em Roma, falava a toda Europa, e ainda comenta sobre a beleza do “mausoléu” –o catafalco feito por Carlo Fontana– ali presente:

Quem dissera, que eu, que ja preguei na America hua oração genethliaca sobre o nascimento do Filho, que actualmente he o Serenissimo Rey de Portugal que Deos guarde, havia oje de pregar aqui em Roma, que he o major teatro do Mundo, hua oração fúnebre na morte do seo gloriosissimo Pay? Naquella, sem ser profeta do futuro, vaticinei o que o Principe D. João seria; nesta devo dizer, come historico do passado, o que o senhor D. Pedro Foy. Naquella mostrei as razões do regosijo e de festa que tinha aquelle Reyno por lherterdado o Ceo hum legittimo sucessor na Coroa; nesta mostrarei não só ao mesmo Reyno, mas â Europa toda as razões de sentimento, e de tristeza, por lheterdeos levado em hum tal Monarca hum perfeito esemplar de toda a mais eroica virtude. Naquella convidei as graças todas â teçer coroas de mil flores ao redor do borço dovrado daquelle real minimo: nesta imagino de ver as parcas que cobrem de ciprestes e de murtas o esplendido mausoleo desta majestade eclipsada. [...] Quíz logo Deos que quem já applaudio de hum pulpito os vivas do Filho nascido, celebrasse agora de outro as exequias do

---

<sup>26</sup> SOBRAL, Luciana Onety Da Gama. **A morte como escola: a presença da pedagogia de bem morrer na Cidade da Bahia (ca. 1640 – 1759)**. Salvador: UFBA, Dissertação (Mestrado em História Social), 2014.

<sup>27</sup> BONUCCI, **Sermam nas exéquias...**, op. cit., fls. 2-3.

Pay falecido; peraque com o gozo da presença do novo Rey que logramos, temperássemos a pena da ausência do antigo Rey que perdemos<sup>28</sup>.

A abertura do sermão é uma chave de leitura para todo o texto que está por vir. Como fica claro nos paralelismos estabelecidos pelo padre, João V é tão protagonista quanto Pedro II, o homenageado em questão. O padre se coloca como um fio condutor dos dois reinados, uma vez que celebrou o nascimento de d. João e agora celebrava as exéquias pela morte de seu pai, e logo em sua subida ao trono. Lançando mão de muitas referências bíblicas e clássicas para embasar essa ideia de continuidade, como no quarto versículo do trigésimo capítulo do Eclesiástico: “O pai morre, e é como se não morresse, pois deixa depois de si um seu semelhante”.

A ideia de continuidade régia está na base da sucessão monárquica, não configurando uma novidade no discurso do padre. Contudo, é interessante o grande espaço dedicado a garantir a herança de João V como uma dádiva divina, como se na perfeição do pai se garantisse o sucesso do filho. O sermonista não deixa de evocar o luto do povo lusitano, mesmo que secundariamente. A todo momento Pedro II é lembrado como um pai para os seus vassalos, posição garantida pelo grande amor com que tratou a todos. As qualidades de Pedro II não são defendidas livremente, pois o orador faz questão de dar exemplos e testemunhos de todas as afirmações que faz a respeito do monarca, demonstrando grande conhecimento sobre a corte portuguesa, mesmo sendo um jesuíta italiano.

Entrataraõ, como vos sabeis, em Portugal os Tedescos; os quaes depois de terem atentamente reparado hua e muitas vezes no entranhavel amor, e primoroso cuidado que tinha o Rey de seos vassallos, virando-se estes hum dia pera os Grandes da Corte, lhes disseraõ, certamente, Senhoras, que vos

---

<sup>28</sup> Idem, ibidem, fl.4.

tendes a dita de serdes governados não de hum Rey, mas de hum Pay amorosíssimo<sup>29</sup>.

O pregador articula o seu sermão a partir de três prerrogativas régias, mobilizadas para demonstrar a qualidade de Pedro II enquanto rei de Portugal. A primeira prerrogativa era a sua benignidade, expressa na humildade em atender a todos. Segundo o texto, o rei estava sempre disposto a receber qualquer pessoa sem fazer um juízo de valor. Bonucci compara-o ao imperador Antonino, monarca romano de elevada fama por sua simplicidade e boa condução no governo do império. Para embasar sua visão sobre o rei, além das analogias com textos bíblicos e figuras da Antiguidade romana, há o recurso da exemplaridade por eventos da história do rei:

E hovve tempo, em que estava actualmente jantando, e sabendo que hum Inglês convertido â Fê Catholica passeava na anticamera, se levantou logo da meza; e dizendolhe hum dos mocos da camera, que a comida se esfriava, respondeo, que pouco se lhe dava disso, comtanto, que se não esfriasse no seo coração o amor, que devia â quelle seo Catecumeno, â quem com igoal zelo e paziencia soltou todas as duvidas que lhe propôs<sup>30</sup>.

A providência seria a segunda prerrogativa própria deste rei, com sua capacidade de suprir a necessidade de todos. Neste ponto há um paradoxo interessante, pois evocam-se exemplos de situações em que o povo de Lisboa passava por carestia. Para sanar o problema, o rei tratava de prover alimentos aos necessitados valendo-se do erário régio. Porém a crise de carestia e demais situações nas quais o povo português passava por necessidade, seriam responsabilidade do monarca, cabendo-lhe garantir a estabilidade do reino. Além disso, ao comentar sobre os gastos com o socorro do povo, o pregador explica que esses custos nunca causaram rombo no erário real, que só cresceu durante esses períodos, escorado na descoberta das minas de ouro no Brasil<sup>31</sup>. Há aqui referência a uma imagem vista na igreja de Santo Antonio durante as exéquias,

---

<sup>29</sup> Idem, ibidem, fl.7.

<sup>30</sup> Idem, ibidem, fl.10.

<sup>31</sup> Idem, ibidem, fl.13.

o painel apresentado no Capítulo 2, onde uma mina de ouro aparece no fundo da cena. Em uma rica interação entre o aspecto visual e o oral, registrada depois por escrito, a posição do pregador nesta situação dialoga com o seu entorno, relacionando o seu discurso aos ornamentos da igreja onde se encontrava.

no seo tempo cresceraõ as rendas da coroa quanto nunca se vio seos gloriosos antecessores, no seo tempo Portugal todo chegou a ter tanto dinheiro, que ja se não achavaõ bens de raiz em que se se empregar<sup>32</sup>.

Todavia, essa riqueza do reino não garantia ao povo o sustento desse, mas proporcionaria ao rei oportunidades de mostrar sua capacidade de amparar os vassalos. Com esse cenário, é possível compreender que o funeral em Lisboa teve um caráter mais simples, por conta da crise pela qual passava o reino<sup>33</sup>. Problema já esperado em um cenário de guerra, mas agora comentado pelo padre em Roma. O amparo do rei não se resumiria aos famintos, pois o pregador ainda lista uma série de situações nas quais o rei teria disposto de dinheiro para ajudar aos necessitados, como em mosteiros, com pessoas endividadas e no resgate de indígenas cativados. Toda essa ajuda garantiria a Pedro II a comparação com o imperador Tito, que durante o seu governo teria enfrentado muitas crises.

A terceira e última prerrogativa régia seria a da compaixão, proveniente do seu amor de pai. Utilizando a parábola do filho pródigo como referência, o pregador apresenta um rei compassivo com as dores de seus vassalos, mas também com as de outros povos. O padre fala de um terremoto ocorrido em Roma durante o papado de

---

<sup>32</sup> Idem, ibidem, fls.13-14.

<sup>33</sup> A carestia de alimentos e a conjuntura de guerra resultariam em motins em Portugal no início do reinado de João V. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002, pp.282-283. As relações envolvendo os habitantes na *Raya* entre Portugal e Espanha também eram delicadas. Durante as guerras de Restauração e Sucessão Espanhola, os *rayanos*, atacados por tropas rivais, eram mal suspeitos em Lisboa ou Madrid por várias razões. MARTÍN MARCOS, David. **People of the Iberian Bordelands. Community and conflict between Spain and Portugal, 1640-1715**. New York; London: Routledge, 2023.

Clemente XI, quando Pedro II participou de muitas procissões a pé para diminuir o furor divino<sup>34</sup>. A imagem do pai compassivo mescla-se assim com a do rei piedoso, com diversos exemplos que tratam de situações nas quais o rei provaria a sua fé na providência divina. Para comprovar os seus argumentos, mais calcados em exemplos do que em raciocínios, o padre se coloca na posição de uma testemunha ocular:

O que sendo assi, eu agora nada me admiro nem do que eu mesmo via estando em Lisboa, nem do que tenho ouvido dizer estando em Roma. Estando emtaõ em lisboa vi naõ hua mas muitas vezes, e infalivelmente todos os Sabados, hir este bom Rey sô com hum fidalgo em carroça â visitar a Senhora das necessidades distante do Paço duas milhas, e dizia comigo mesmo: Hum Rey sem guardas? Hum Rey sem acompanhamento de archeyros. Agora o entendo. Era Rey si na autoridade, mas nos beneficios era Pay, e *Princeps beneficio sua tutus, nil prafidiis egebat*, direi com Seneca, era Rey sim na MAgestade, e nos dominios, mas no amorde todos era tido como Pay<sup>35</sup>.

A todo momento reforça-se uma certa popularização da imagem do monarca, despojado de qualquer pompa, profundamente atrelado aos acontecimentos na cidade de Lisboa, caminhando em procissões ou distribuindo esmolas aos mendigos. Estaria aí a ideia da figura paterna, presente e atenciosa com os seus vassalos/filhos, comprovando as grandes virtudes daquela. De algum modo, há uma sacralização da imagem do rei através de sua vulgarização, pois o rei não era especial por ser enobrecido, mas justamente por se aproximar do modelo cristão. Há aí novamente um diálogo com uma cena impressa no catafalco, com a ida do rei ao santuário de Nossa Senhora das Necessidades, evento que o padre alega ter visto.

Com o fim da apresentação das prerrogativas, todas essas associadas ao binômio rei-pai, o sermão parece voltar a dialogar com o sentimento presente naquele momento, o luto. Dizendo ter lido em uma carta que todos os vassalos choravam muito por Pedro

---

<sup>34</sup> BONUCCI, **Sermam nas exéquias...**, op. cit., fls.16-17.

<sup>35</sup> Idem, ibidem, fls.18-19.

II, o padre reconhece a tristeza do momento, mas explica que havia alento para os portugueses:

Mas enxuguem, enxuguem as lagrimas, e cobrem novo allento de vida os Portuguezes; porque o Real Filho que lhe succedeo no Trono, com as prerogativas que tem herdado do Pay, faz que o Rey D. Pedro quase não seja morto<sup>36</sup>.

A continuidade da monarquia portuguesa com João V seria o motivo para acalmar os corações dos vassallos. Dali em diante o discurso trata de garantir a salvação da alma de Pedro II, ao mesmo tempo que apresenta João V como a perfeita continuação de seu reinado. A salvação era assegurada pela preparação antes de morrer, tema já comentado e relativo à boa morte cristã, obtida a partir das penitências e mortificações, também em diálogo com a imagem do catafalco onde se via Pedro II fazendo penitências. A tranquilidade na preparação para a morte teria sido reforçada pela certeza que havia em d. João um bom sucessor. Mesmo governando há menos de um ano no momento em que ocorria o sermão, o padre alega já ter recebido cartas asseverando que o reinado do jovem rei era realmente um espelho do antes exercido por seu pai<sup>37</sup>.

Perodaime, o Real Primogenito de Pedro, se digo, que mayor foy a forte de Portugal quando reynava o vosso famosissimo Pay, que agora reynando Vós seo dignissimo Filho. E porque? Porque Vós ainda não destes ao Vosso Reyno hum tal Filho, que seja tam lindo Retratto de Vós, como Vós o sois do Vosso Pay<sup>38</sup>.

Conforme o trecho destacado, a única coisa que faltava para João V equiparar-se a seu pai era um filho à sua imagem, o que asseguraria uma sucessão tranquila ao seu reinado. Nessas partes finais do sermão o foco do discurso não era mais Pedro II como rei, mas este como um espelho para João V. De certa forma trata-se de uma divulgação

---

<sup>36</sup> Idem, ibidem, fl.20.

<sup>37</sup> Idem, ibidem, fl.21.

<sup>38</sup> Idem, ibidem, fl.24.



da força de um jovem rei que acabara de subir ao trono, garantindo o seu bom governo aos presentes na cerimônia. Para finalizar, o padre interage com o catafalco, primeiro comentado a sua importância:

Da qui poderão facilmente inferir os discretos, se houve mais que rezaõ de se levantar tam magnifico, e tam esplendido Mausoleo nesta Igreja ao Serenissimo Rey D. Pedro, cujo excelso espirito, e immortal gloria, *quamvis non queat humari*, como no Epitafio de Claudiano entalhou Sidonio; com tudo isso quis que ainda visivelmente apparecesse aos olhos dos vivos triunfante das morte em tantos Emblemas desta maquina sontuoza, quantas saõ as suas fasanhas, que o romano pincel com primor da arte mais fina nos debaxou nestes quadros. E esta, se attentamente olharmos para todas as partes, cuido eu que bastaria, quando ainda faltassa a língua do Oradores, por hum digno e nobre Panegirico dos dotes singulares deste Heroe tam esclarecido. Daime agora licença, que jaque não podemos transferir para Corte de Potugal esta Maquina tam excelente (o que serviria sem duvida de não pequeno credito à Roma, e de grande consolação à Lisboa) ao menos, que eu tome aquelle negro panno, que cohre à baze deste tumulo do fallecido Monarca: E peraque? Ovvime primeiro brevemente: e depois volo direi<sup>39</sup>.

Aqui fica claro o conteúdo pedagógico dos ornamentos da igreja de Santo Antonio. A todo momento o sermonista dialoga com imagens ali expostas, mesmo não fazendo referência direta a essas. Ao final, ele valoriza a grande obra de arquitetura efêmera, reconhecendo que bastaria vê-la para compreender as qualidades de Pedro II, sem necessidade da explicação do orador. Por fim, o padre Bonucci comenta a morte do imperador Justiniano, quando sua consorte Sofia costurou uma colcha com todas as façanhas heroicas do marido. Para o jesuíta Bonucci, o pano preto que cobria o catafalco também deveria ser costurado com os feitos de Pedro II, esclarecendo que esses seriam os já gravados no catafalco e medalhões, para que a Fama os levasse a Portugal.

De certa forma, chegou a Portugal a notícia do tão grande engenho produzido em Roma, através desses escritos e imagens gravadas. Na peroração deste discurso, percebe-se que o padre mobiliza referências da cultura romana mais até do que bíblicas, associando a figura de Pedro II a diversos imperadores, e colocando-se no patamar de

---

<sup>39</sup> Idem, ibidem, fls.25-26.

autoridades latinas que escreveram sobre esses monarcas. A imagem do rei como um romano não se restringia às gravuras e imagens, mas também estava presente na boca do orador sacro. Nos momentos em que Pedro II não era destacado como grande pai de seus vassalos, seu filho se evidenciava como um hábil monarca, justamente por copiar seu pai. No tempo em que o reinado de João V era recém inaugurado, percebe-se o intuito de causar uma grande impressão nos presentes a respeito do novo rei, conectando a grande memória de seu pai a seu trono.

O sermão do padre Bonucci foi proferido, provavelmente, antes do dia da missa fúnebre principal das exéquias. Na série de permissões eclesiais (*imprimatur*) que iniciam a parte italiana da obra, consta a data de 10 setembro de 1707. Enquanto na edição da narrativa dos ornamentos na igreja, registra-se que a cerimônia ocorreu no dia 13 de setembro de 1707, e ali consta que o pregador foi o padre Miguel Dias. Portanto, o sermão do padre Bonucci foi realizado em oportunidade anterior ao evento principal, mas quando o catafalco já estava montado, enquanto o sermão a ser analisado a seguir, do padre Miguel Dias, foi proferido durante o próprio evento romano.

Este jesuíta começa seu discurso fazendo uma referência direta ao catafalco visto na igreja, e em todo este texto prevalecem as referências a essa infraestrutura ornamental. Na realidade, Miguel Dias dialoga e explica aos presentes algumas das imagens estampadas que circundavam a urna. Ou seja, ele próprio explica a forma como estruturaria o seu discurso:

Podemos, digo, gravar com muyta propriedade este Emblema, e este Mote, naquela urna do nosso Serenissimo Rey, porque hua, e outra cousa, amor, e dor, nos merece por suas Reaes prendas, e singulares virtudes, as quaes faço conta de elogiar, não com discursos rhetoricos, nem com períodos eloquentes, porque quando o objecto de hua oração funebre he tão doloroso, como he, o que tenho entre mãos, nem a Rhetorica atina formar discursos, nem a eloquencia a compor períodos, para que até na descomposição do

estilo se veja a força do sentimento; por isso não valerey tanto do discurso, quanto da memoria, *Memoria Fosiae*, fazendo huasimplez recordaçã das singulares prendas, que o nosso Reu Serenissimo teve para ser amado, e por boa consequencia as muytas razões, que temos para na sua morte nos mostrarmos sentidos<sup>40</sup>.

Este excerto do sermão extraído do exórdio adianta um pouco o que caracteriza os escritos a seguir. O texto baseia-se mais em memórias, valendo-se de elementos da arte retórica mais para informar ao público sobre o rei louvado e pretérito, do que para tecer elogios ao novo rei. Tendo em vista que o evento ocorreu em Roma, mas foi organizado pela comunidade portuguesa, parte da audiência deveria conhecer a trajetória pretensamente virtuosa do monarca. Mas um grande número deveria não ter notícia dessa, em especial os membros de maior hierarquia —cardeais, prelados e agentes de outras cortes.

Entre todas as virtudes de Pedro II, a piedade era a maior conforme o pregador, pois a partir desta ele discorreu sobre a memória do rei. Porém, esta virtude dividia-se em duas espécies, a principal, voltada a Deus e envolvendo o zelo e o afeto, e a segunda, voltada aos homens, abrangendo a misericórdia, clemência e benignidade<sup>41</sup>.

A respeito da primeira espécie de piedade, Pedro II é comparado ao rei Davi, o único a ter coragem em pôr fim às blasfêmias de Golias, da mesma forma que Pedro II teve a força de derrubar o gigante da idolatria em todas as suas conquistas no mundo — uma interpretação figural, ou alegoria dos teólogos, equiparando o rei português ao célebre soberano judeu, representando o investimento do rei em missões e no sustento da fé em seus domínios<sup>42</sup>. Segundo o pregador, Pedro II, em carta ao papa Alexandre

---

<sup>40</sup> DIAS, op. cit., fls.2-3.

<sup>41</sup> Idem, ibidem, fl.5.

<sup>42</sup> AUERBACH, Erich. **Figura**. Tradução de Duda Machado. São Paulo: Ática, 1997 [1994]; HANSEN, João Adolfo. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp.91-137.

VIII, dizia que todos os rendimentos das conquistas da Índia destinavam-se ao sustento de “ministros evangélicos, e mayor bem daquelas novas Christandades”<sup>43</sup>.

Fazendo referência a um dos quadros que ornava a igreja, o padre fala sobre a devoção do rei pela eucaristia. Algo que o fazia descer da carruagem muitas vezes para acompanhar um padre que levava o viático a um moribundo, e assim o texto descreve exatamente aquilo que é visto na Figura 9 deste trabalho<sup>44</sup>. Dias ainda explica outra imagem que toca no âmago das relações entre escravidão e evangelização no império ultramarino português, exposta no Capítulo 2, a cena da Figura 11, na qual se vê o rei distribuindo rosários a escravizados.

Na mesma Corte procurou a conversão dos Mouros, que os baxeis de Portugal cativavaõ, fazendo-os vir á sua Real presença, e prégrandolhes a Fé com tal fervor e razões, que reduzio a muytos, dos quaes hu, antes de se bautizar, tendo algumas duvidas sobre a Fé, as foy consultar com o Serenissimo Rey a tempo, que estava á mesa, da qual logo, sem demora, se levantou; e dizendo-lhe os seus Camaristas, que entretando se esfriariaõ as iguarias, respondeo, que mais desabridas lhe seriaõ, se o seu coração se sesfriasse no amor de Deos, e daquelle profximo, (resposta muy parecida áquella de Christo, quando todo aplicado á conversão da Samaritana não attendeo ás iguarias, que lhe offerenciaõ os Apostolos: *Rabbi manduca,...meucibus est ut faciam voluntatem ejus, qui misit me*) e de tal sorte satifez ás duvidas do Catechumeno, que finalmente se bautizou com singular consolação do piissimo Rey<sup>45</sup>.

A figura do rei distribuindo rosários é explicada pelo padre, que ao mesmo tempo justifica a escravidão dos mouros, que teria como objetivo maior converter esses ao cristianismo. Além disso, uma outra versão da história do convertido que procura o rei durante a sua refeição é apresentada. Pelo sermão do padre Bonucci, um inglês procura o rei para tirar dúvidas sobre a fé católica, mas no sermão do padre Miguel Dias, um mouro busca o monarca. Portanto, as histórias são conectadas ao quadro

---

<sup>43</sup> DIAS, op. cit., fl.8.

<sup>44</sup> Idem, ibidem, fl.8.

<sup>45</sup> Idem, ibidem, fls.8-9.

exibido no catafalco admitindo-se diferentes versões e ao mesmo tempo fazendo paralelos com os evangelhos, pela passagem sobre o contato entre Jesus e a samaritana.

Ainda sobre a piedade, o padre lembra as mortificações corporais que Pedro II realizava, sacrifícios pintados no quadro exibido na Figura 12 deste trabalho. Praticamente onipresente em todos os documentos sobre os funerais, a narrativa de que Pedro II dormia em tábuas, jejuava profundamente e usava instrumentos de autoflagelo, permeia a construção da memória de sua preparação para a morte. Para o jesuíta Miguel Dias, os sacrifícios extremos seriam fruto do temor do castigo divino, mas para um rei pio como Pedro II seriam expressões também do amor a Deus. Possuíam assim a intenção de garantir ao rei a salvação, pois sacrificando-se ele despertava a atenção de Deus<sup>46</sup>.

Por fim, ainda neste conjunto da piedade, o sermão trata da imagem sobre a visita régia a Nossa Senhora da Necessidades, uma devoção particular do rei que aparece em diversos registros como sinal de sua simplicidade e devoção (Figura 10)<sup>47</sup>. Uma relação interessante, que parece vincular este texto ao relato lisboeta, é a menção ao uso da imagem de Nossa Senhora durante o processo de agonia do rei, algo narrado naquele opúsculo. Novamente, o texto de Lisboa parece ser uma base para a construção da memória do rei em outros registros e formas, mesmo que adaptado de modos distintos.

O padre Miguel Dias passa então em sua oratória para o segundo conjunto da piedade, com virtudes anexas, desta vez dirigidas aos homens. A misericórdia, a benignidade e a clemência eram qualidades que o fizeram um bom rei, ou um rei bom à

---

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, fl.10-11.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, fl.14.

maneira de um pai. Seu trato ao reinar é lembrado com boa memória, por ter sido sempre amoroso e não ter elevado taxas, entre outras boas ações de seu reinado<sup>48</sup>.

Segundo o sermonista, até as ações do rei falecido, quando este precisava exercer a justiça, eram brandas, um exemplo de quem estaria pronto para exercer a força, mas sabia agir com brandura<sup>49</sup>. O padre lista situações nas quais Pedro II poderia ter agido com mais firmeza, mas acabou poupando seus vassalos da pena merecida. Fala de um inconfidente, que nas palavras do pregador merecia ser condenado à morte, mas foi apenas exilado. Outro falava mal do rei, que acabou ouvindo, mas dissimulou. O padre neste momento lembra de um provérbio atribuído a Luís XI de França para qualificar a decisão: “não sabe reynar, quem não sabe dissimular”<sup>50</sup>. As ações de misericórdia de Pedro II são comparadas às do próprio Deus, que perdoa os pecados de seus filhos, pois enquanto a vara da justiça fere, a da misericórdia endireita. Assim a monarquia se aproxima do divino, ao passo que a punição é relativizada frente ao perdão.

A última imagem evocada no discurso é a da descoberta das minas de ouro no Brasil, como um sinal das bênçãos de Deus àquele reinado, juntamente com os 38 anos de paz, a feliz sucessão e as vitórias de seu reino (Figura 6)<sup>51</sup>. Nas páginas finais o discurso parenético se aproxima muito do relato da morte do rei no texto lisboeta, mostrando uma aproximação entre os dois textos e evidenciando que o impresso de Lisboa circulou antes do funeral romano, inspirando os sermonistas do último<sup>52</sup>.

---

<sup>48</sup> Idem, ibidem, fls.18-20.

<sup>49</sup> Idem, ibidem, fl.21

<sup>50</sup> Idem, ibidem, fl.23.

<sup>51</sup> Idem, ibidem, fl.24.

<sup>52</sup> Idem, ibidem, fls.24-26.

Os dois sermões proferidos em Roma apresentam alegorias semelhantes para tratarem do rei, mas algumas sutilezas os destacam entre si. Enquanto o padre Bonucci se coloca em cena falando de cartas que recebeu, notícias e experiências que presenciou, o padre Miguel Dias posiciona-se de modo mais afastado a seu relato, trazendo poucos elementos que personalizam, por assim dizer, a sua fala. Por outro lado, o padre Bonucci parece estar mais preocupado com a legitimidade de João V, evocando sua figura algumas vezes como espelho de seu pai, o que é reforçado por sua dedicatória ao jovem rei. Como herdeiro privilegiado da experiência de Vieira, Antonio Bonucci provavelmente conhecia as vicissitudes que marcaram os reinados de João IV, Afonso VI e do próprio rei ora falecido, como a rebelião que deflagrou a independência portuguesa, a guerra que se sucedeu, os golpes de estado em 1640 e 1667-1668 e várias conspirações logo reprimidas, fazendo as sucessões serem duvidosas no reino português sob a dinastia de Bragança<sup>53</sup>. Já o padre Miguel Dias não demonstra o mesmo intento, pois João V é uma figura periférica em seu discurso, não sendo evocado ao longo do texto, somente surgindo como a feliz sucessão. O foco do seu texto é de certa forma garantir que a alma de Pedro II esteja salva, o que desenvolve a partir de digressões sobre as cenas que enfeitam a igreja.

Percebe-se assim que naquele teatro do mundo a memória do rei falecido era construída por personagens interessados em divulgar Portugal como um grande reino. Mas do outro lado do Atlântico a intenção não era a mesma. Como vimos, na Bahia o cerne dos escritos reside em fazer representar os grandes vassallos da cidade. Contudo, um funeral é uma ocasião de grande pedagogia moral, algo que através das virtudes se

---

<sup>53</sup> MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002, pp.73-148.

relembra como um exemplo de vida. No sermão do padre Domingos Ramos essas duas dimensões são desenvolvidas, com o luto dos vassalos ultramarinos americanos em sintonia com o circulante na Europa.

### **Na catedral da Bahia**

Ao discursar para o público de fiéis presentes na catedral da Bahia naquele dia 20 de outubro de 1707, o padre Domingos Ramos comunicaria não apenas aos ali presentes, mas depois também a seus futuros leitores, de outra forma. Reconhecidas as diferenças entre aquilo que possivelmente foi vocalizado e o que está registrado em papel, o discurso daquelas exéquias será analisado nas próximas linhas.

Compondo o opúsculo organizado por Rocha Pita, o sermão foi organizado para ser a última leitura da miríade de textos da obra, ocupando 39 páginas de 120. De todos os sermões citados neste capítulo, este é o único que integra o mesmo documento da narração que o cita, sendo os demais publicados em momentos diferentes. Isso se dá, provavelmente, pela necessidade de publicar todos os textos da América portuguesa em uma só obra, adquirindo mais volume e importância para justificar a publicação.

Os parágrafos do discurso são todos numerados, mas a organização do autor – provavelmente mais do compilador Rocha Pita e da imprensa que publicou os textos – não se limita a isso. Todo o texto do sermão é dividido em dez partes, explicadas e numeradas ao longo da apresentação. Na primeira dessas, o pregador trata da “coroa caída”, tema que abre o seu discurso “Cahio a coroa da nossa cabeça. Cahio; porque nem as coroas estão isentas de cahir do mais alto do trono ao mais baixo do tumulto”<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> BNB, SLR, 023,003,001 n. 022. PITTA, Sebastião da Rocha, **Breve compendio e narraçam do funebre espectaculo, que na insigne cidade da bahia, cabeça da america portugueza, se vio na morte de elrey d. Pedro ii. De gloriosa memoria, s.n. Offerecido à magestade do serenissimo senhor dom**



Como em outros casos vistos até aqui, a ideia de um corpo místico conduz a interpretação do falecimento do monarca, aqui representado como a coroa da “**nossa** cabeça”, com o pronome na primeira pessoa do plural por ser a cabeça de todo o corpo político.

Com menções aos salmos, ao livro do profeta Isaías e ao evangelho de Mateus, toda a primeira parte –composta de seis parágrafos– é dedicada à alegoria do corpo místico do reino. O fato de o rei não ter sido logo coroado em 1668, tema presente em todas as representações de Pedro II até aqui, é utilizado como sinal de sua virtude. Mas a justificativa de sua glória ocorreria ainda antes, na história do monarca.

Poderia ser, que fosse; porque a Natureza o enriqueceo com tam esclarecidos dotes, que nacendo em terceiro lugar entre os filhos, parecia destinado para Primogenito: alta, e magestosa estatura; membros bem proporcionados; compreiçaõ robusta; forças excessivas; juízo compreensivo; memoria rara; discurso prompto; língua expedita; voz clara; locuçam discreta; inclinado à eloquencia; amante da elegancia; coração intrepido; insigne na arte da Cavallaria; muy destro no jogo, e exercício das armas; muy pratico nos estylos da politica; muy versado nas leys da disciplina militar. Todo este compendio de prerrogativas, que nelle realçavaõ com ventajosa singularidade, bastava para lhe formar huma lustrosissima coroa; mas não era esta a coroa, q elle mais amava: outra era a sua coroa de mais elevado preço<sup>55</sup>.

Essa verdadeira lista de qualidades pessoais do rei defunto, a maior parte dessas de cunho físico, aparece pela primeira vez entre os discursos fúnebres a respeito de Pedro II. Em geral, todas as narrativas analisadas abordam diretamente as virtudes do monarca, tendo em vista a importância dessas para se alcançar o reino dos céus. Mas o padre Domingos Ramos opta por apresentar seu rei ao público com uma série de atributos, segundo ele sinais de sua predestinação ao trono, mesmo sendo o terceiro

---

joam v. Rey de portvgal. Composto por sebastiam da rocha pitta, fidalgo da casa de sua magestade, cavalleiro professo da ordem de christo, e coronel do regimento da ordenança da cidade da bahia./ lisboa, na officina de valentim da costa deslandes, impressor de sua magestade. Com todas as licenças necessarias. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1709, fl.81.

<sup>55</sup> Idem, ibidem, fls. 83-84.

filho varão de João IV. De qualquer forma, as virtudes são inseridas logo em seguida, sendo essas a coroa “de mais elevado preço”. Firme como uma rocha, Pedro II é comparado ao apóstolo homônimo, sobre quem Cristo instituiu a sua Igreja. No caso do monarca, ele teria formado uma coroa de virtudes.

E as virtudes são tantas que ocupam a maioria das outras nove partes do sermão. Se Pedro II era coroado de virtudes, ele mesmo configurava a coroa do seu reino, conforme alega o pregador, que se empenha em mostrar isso a sua audiência. O primeiro sinal das glórias de seu reino estaria no processo de paz que o príncipe conduziu ao assumir a regência. Antes de seguir com a explicação, o jesuíta expressa emoção por meio da escrita eloquente: “Vamos ponderando todas estas glorias, e enxugando entretanto as nossas lagrimas”<sup>56</sup>.

Se a guerra assolava Portugal e seus domínios em 1707, a memória da paz ganhou especial enfoque, pelo fato de ter sido d. Pedro, ainda como regente, a assinar a paz da Guerra da Restauração, proporcionando-lhe a “*antonomasia de Rey pacífico*”<sup>57</sup>. O pregador utiliza a referência bíblica do rei Salomão, que diferentemente de seu pai Davi, não governou pela guerra, mas estabilizou seu reino pela justiça. O discurso evidencia que as glórias da guerra não compensavam os males que ela poderia trazer:

He a guerra hum Jano de duas caras obediente aos arbitrios da fortuna, que como tem por timbre o ser varia, quando menos se imagina, enfastia-se de prospera. Quantos domínios engolio a guerra, depois de grandes victorias: Diga-o Carthago convertida em cinzas: os mesmos triunfos eu conseqüo, fizeram mais lastimoso depois o seu incêndio. Não ha que fiar em victorias, se continuam as guerras. A verdadeira felicidade consiste no ajuste das pazes; por que só em esta felicidade se assegura, e estabelece hu Reyno<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> Idem, ibidem, fl.85.

<sup>57</sup> Idem, ibidem, fl.87.

<sup>58</sup> Idem, ibidem, fl. 86.

Ao valorizar a paz, o jesuíta não deixa de chamar atenção para a iniciativa espanhola de oferecer o fim da guerra, após um ataque, quando a “Fortaleza de S. Gabriel nos confins do Brasil foy inopinadamente invadida, e ocupada pelos Hespanhoes visinhos”<sup>59</sup>. De maneira confusa, a atitude diplomática espanhola de enviar embaixadores oferecendo a paz valorizaria a posição de Portugal, o que proporcionava remissão a uma passagem bíblica, especificamente ao capítulo quatorze, versículo trinta e dois do evangelho de Lucas, no qual Jesus falava do rei despreparado que pede a paz sabendo que não pode enfrentar o exército inimigo<sup>60</sup>. Entretanto, como reconhece o pregador, os anos em que Pedro II garantiu a paz só foram possíveis por sua capacidade de guerrear, pois isso amedrontaria os possíveis inimigos:

Que dirão os vindouros, quando lerem este caso na Chronica deste insigne Rey? Dirão que no seu tempo chegou Portugal a tam alto grão de reputação nas suas fronteiras, que bastava atroar os ouvidos hu boato de suas armas; huma ameaça de guerras, para lhe pedirem pazes<sup>61</sup>.

Ao abrir a série de virtudes de seu rei lembrando sua capacidade de garantir a paz, o sermão parece querer apagar o momento presente. Em meio à Guerra de Sucessão Espanhola, o conflito que viviam não era menos relevante aos vassallos americanos. Na terceira parte do sermão se insiste no mote da paz, lembrando que por 35 anos o reino prosperou em meio ao sossego, longe das guerras da Europa e investindo no comércio pelo oceano<sup>62</sup>.

Na quarta parte do sermão há uma retomada do sentido da justiça, compreendida como a capacidade do rei julgar quando devia fazer a guerra. Essa virtude justificava

---

<sup>59</sup> Idem, ibidem, fl. 88.

<sup>60</sup> Idem, ibidem, fl.88.

<sup>61</sup> Idem, ibidem, fl.89.

<sup>62</sup> Idem, ibidem, fls.89-93.

porque um rei com a alcunha de “Pacífico” terminava sua vida com seu país em meio a uma guerra.

Mas todavia não foy o nosso Rey tam pacifico, que não chegasse tãbem a rompimentos de guerra, quando assim o requerião a circunstancia do tempo, e a justificação da causa. Verificouse nelle aquele admirável concordia entre a paz, e a justiça [...] Amava muito a paz: mas não se esquecia das armas da justiça, que são balança e espada: balança, para justificar a causa; espada, para empreender a guerra: justificou a guerra, e desembainhou a espada<sup>63</sup>.

Dessa forma o sermônista mostra que Pedro II diferenciava-se dos últimos reis de Judá, reino que segundo a Bíblia se perdeu eternamente com a invasão de Nabucodonosor, porque seus últimos reis não souberam a hora de guerrear contra o inimigo. Em outra passagem bíblica equiparada à história de Portugal, Portugal seria como Davi que derrotou o gigante, acertando uma pedra em sua cabeça<sup>64</sup>. A Espanha por sua vez era o gigante, enquanto a pedra na cabeça significava a invasão portuguesa à cidade de Madrid, ocasião em que Carlos III de Habsburgo foi aclamado e Pedro II declarado protetor da Espanha, segundo o pregador. Neste trecho do sermão faz-se referência direta a um fato ocorrido durante a Guerra de Sucessão em 1706, no ano anterior à cerimônia. Na ocasião, o 2º marquês das Minas, António Luís de Sousa Telo de Meneses, liderou o exército aliado até a cidade de Madrid, conquistando-a e aclamando o pretendente Habsburgo ao trono como rei.

David Martín Marcos mostra que a invasão portuguesa à cidade de Madrid partiu de um empenho da corte de Pedro II em se mostrar forte. Frente aos reveses sofridos até ali na Guerra de Sucessão, além da doença que assolava o soberano e que acabaria levando sua vida, Portugal precisava mostrar força ante seus vassallos. O foco dos aliados naquele momento já era a Catalunha, tendo o próprio arquiduque Carlos de

---

<sup>63</sup> Idem, ibidem, fl.93.

<sup>64</sup> Idem, ibidem, fl.95.

Habsburgo deixado Portugal, o que desprestigiou a posição do rei luso frente aos demais aliados. Para contornar a aparente fraqueza em meio ao conflito, o marquês das Minas liderou uma força militar que avança rapidamente rumo a Madrid, conquistando a cidade. A rápida conquista da cidade capital possibilitou a Portugal divulgar seu feito como heroico, aclamando o arquiduque austríaco como Carlos III e levantando o brasão dos Braganças à cidade. Como é visto neste texto, a iniciativa logrou êxito entre os vassalos, pois teria sido lembrada no sermão. Porém, não havia apoio por parte dos outros países da coalizão em preservar a capital espanhola dominada pelos portugueses, sem condição de manterem aquele *front* sozinhos. Com isso o exército do marquês das Minas acaba recuando, enquanto Pedro II faleceu em Lisboa e João V inicia o seu reinado em meio a uma crise face aos demais aliados, que viam a participação portuguesa na guerra com maus olhos<sup>65</sup>.

Após dedicar grande parte de seu texto à temática da paz e da guerra, o pregador parte para o cerne daquele ritual, a sucessão régia. “Sucessão em hum Reyno, grande felicidade!”<sup>66</sup> Com essa exclamação o sermão rompe com o tom de tristeza imperante até o momento e assim se inicia a quinta parte do texto. Compreende-se porque uma sucessão tranquila seria uma razão de alegria, considerando a história portuguesa e das monarquias como um todo, pois não raro a sucessão seria um momento de crise. Em maior ou menor grau, durante a troca dos monarcas sempre há uma tensão envolvida. Como visto anteriormente, o próprio Pedro II sucedera a seu irmão Afonso VI por meio de um golpe. Século antes, a dinastia de Avis foi sucedida pelo domínio Habsburgo em

---

<sup>65</sup> MARTÍN MARCOS, David. **Península de recelos: Portugal y España, 1668-1715**. Madrid: Marcial Pons, 2014, pp.184-201.

<sup>66</sup> PITTA, Sebastião da Rocha, **Breve compendio...**, op. cit., fl.96.

um contexto delicado para Portugal. Portanto, uma sucessão na qual o herdeiro era apto para o trono era um evento a ser comemorado, realmente. As alegorias que conferem sentido a esse trecho são habituais, com destaque para a relação com os astros:

Oh que grande felicidade foy a nossa! Livrou-nos Deos de hum mal tam grande: sem q se interpusesse noite alguma, depois de hum Sol posto, logramos immediatamente outro Sol nacido, Aconteceo em Portugal ao pè da letra o que diz aquelle texto: Factum est vespere, e manè, dies unus: de huma tarde, e de huma manhã se compôs hum dia (Gen.1:5)<sup>67</sup>.

A referência em latim ao versículo cinco do primeiro capítulo do *Gênesis* ilustra a sucessão como uma promessa divina se cumprindo. Levando em consideração o mundo natural, o correto seria a Lua suceder ao Sol, fazendo a noite, ou vice-versa. Trata-se de uma alegoria poética para a crise que assolava o reino<sup>68</sup>. Portanto, a sucessão tranquila de Pedro II parece ser considerada quase como milagrosa, rompendo com a tradição sombria que assolava as sucessões régias em Portugal. Esta também é uma oportunidade para enaltecer João V, jovem rei que assumia então, em uma das poucas vezes que este sermão o cita. Mas Domingos Ramos deixa muito claro que a qualidade do novo rei está associada à herança do pai, a quem aquele devia ter como um espelho de virtudes<sup>69</sup>.

Na sexta parte o pregador consola os fiéis, pois a coroa de virtudes que Pedro II possuía proporcionava a ele a salvação. A justiça, a prudência, e a clemência seriam três virtudes presentes em seu reinado. Mas as virtudes que engrandecem um rei não eram suficientes para um rei de Portugal, tendo este outras três virtudes anexas a sua posição.

---

<sup>67</sup> Idem, ibidem, fl.98.

<sup>68</sup> HANSEN, João Adolfo. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p.27-90.

<sup>69</sup> PITTA, Sebastião da Rocha, **Breve compendio...**, op. cit., fls.96-100.

Com isso, o padre Ramos divide a sua pregação em uma segunda metade, na qual disserta sobre as virtudes específicas do rei português<sup>70</sup>.

A primeira virtude tipicamente portuguesa é apresentada na sétima parte do sermão: “A primeira he hum veemente estímulo de guerra cõtra Infieis”<sup>71</sup>. Esta virtude particular, imbuída do espírito cruzadista que formou o reino de Portugal, explica-se da seguinte forma: “...he uma especie de Religião, a qual abomina, e detesta (quanto póde) toda a impiedade, que lhe contraria”<sup>72</sup>. Nesta parte o sermão lista todos os conflitos em que Pedro II de alguma forma participou nas quatro partes do mundo. Primeiro na Europa, financiando conflitos no rio Danúbio, provavelmente uma referência às guerras contra a expansão otomana. Na África, socorrendo Ceuta contra o avanço mulçumano. Na América, o pregador relembra o quilombo dos Palmares da seguinte forma:

Contra os Infieis na America; que por taes merecem ser avaliados, os que servirão tantos annos de escandalo ao Brasil todo pelas impedades, e tyrannias, com que o infestãrão em tam excessivo numero, que subirão de Geneva de Barbaros a Reyno dos Palmares, como se fosse transplantado no coração da America o sertão da Africa. Contra estes mandou ElRey formar algumas tropas; as quaes depois de varios encontros, e resistencias, finalmente os debellãrão, e extinguirão<sup>73</sup>.

A referência ao quilombo dos Palmares enquanto exemplo de combate aos infiéis é bastante interessante, considerando que havia pouco tempo que os eventos relacionados à destruição do quilombo tinham ocorrido, um retrato do sentimento no período. O papel de d. Pedro neste conflito, bem como da coroa portuguesa, teve várias nuances. Por vezes o Conselho Ultramarino tratava o assunto como secundário. Em alguns momentos havia negociação entre os aquilombados e o governo colonial, e até

---

<sup>70</sup> Idem, ibidem, fls.100-102.

<sup>71</sup> Idem, ibidem, fl.102.

<sup>72</sup> Idem, ibidem, fl.103.

<sup>73</sup> Idem, ibidem, fl.104.

mesmo com Lisboa. A historiadora Silvia Hunold Lara comenta sobre uma possível carta remetida por Pedro II a Zumbi dos Palmares, oferecendo perdão e a escolha de um lugar para viver protegido pelo rei. Mas ao final, com toda a tensão fervente na capitania de Pernambuco naquele período, organiza-se uma entrada com tropas bandeirantes, que finda por derrotar o quilombo, com financiamento da fazenda régia<sup>74</sup>.

A quarta parte do mundo onde Pedro II se envolveu em conflitos contra o “infel” seria a Ásia. Mais especificamente, na defesa de Goa e do forte de Mombaça, este último localizado na costa oriental da África, nos limites do Estado da Índia. Sobre este forte há um comentário interessante, pois a fortaleza foi tomada pelas forças do sultanato de Omã após uma epidemia matar grande parte da guarnição portuguesa...

Apodesouse o Mahometano da Fortaleza de Mõbaça (mais celebre pelo nome, do que pela fortificação) com sucesso inglório, porque nam havia nella presidio de Portuguezes: que diligencias não fez ElRey pela restaurar? Acodio Goa com Armada, com socorros Lisboa, com socorro a Bahia. Não se restaurou; mas não foy o Barbaro o que o impedio, não foy o seu poder, não foraõ as suas armas: juízos de Deos ocultos o impedirão<sup>75</sup>.

O pregador recusa-se a aceitar a derrota portuguesa na praça africana, aqui considerada asiática por fazer parte do vice-reino da Índia. Para não dar louros aos mulçumanos conquistadores, Domingos Ramos resolve dizer que “juízos ocultos de Deus” impediram a vitória portuguesa.

A segunda virtude própria para um rei de Portugal era menos belicosa, definida pelo zelo missionário. Segundo o sermão, o próprio Jesus teria dito a d. Afonso

---

<sup>74</sup> Sobre os eventos que antecederam a destruição do quilombo dos Palmares, Silvia Lara analisa a correspondência entre diversos personagens envolvidos no confronto e a coroa portuguesa, marcando os acontecimentos do conflito conjuntamente com as missivas trocadas. LARA, Silvia Hunold. **Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação**. São Paulo: Edusp, 2021, pp.267-355.

<sup>75</sup> PITTA, Sebastião da Rocha, **Breve compendio...**, op. cit., fls.104-105.



Henriques, ao instituir o reino de Portugal: “Quero em ti, e em teus sucessores estabelecer hum Imperio para mim”<sup>76</sup>. Com essa missão, caberia ao rei expandir a fé não só pela guerra, mas pela conversão, levando a religião católica a todo o mundo. Para provar o zelo missionário de Pedro II, o pregador lista os lugares do mundo para onde o soberano enviou missões, comenta a instituição da Junta das Missões e as diversas cartas trocadas com prelados e governadores sobre as missões<sup>77</sup>. Como referência bíblica, o sermão remete à história do rei Josafat, mas deixa claro que o trabalho de Pedro II foi superior ao daquele, pois

Este Rey tratou de Missoens no terceiro anno do seu governo. O nosso Rey em trinta e oito annos, que governou, sempre attendeo ao progresso da Missoens, com tam cuidadoso, e vigilante zelo em hum anno, como no ooutro. Aquelle Rey contentou-se com mandar Missionarios pelas terras, e Cidades de hum só Reyno. O zelo do nosso rey não se restringio a tam pequenolimites: dilatavase amplamente pelas terras, e regioens, que estão debaixo de hum, e outro hemisfério<sup>78</sup>.

Geralmente utilizados como referência de virtude, os personagens bíblicos costumam ser arquétipos evocados durante os sermões. Contudo, esse caso se destaca por ser um exemplo no qual o homenageado é visto como superior ao personagem a ele associado, em outra interpretação figural. Desse modo, o rei Josafá seria a figura, ou sombra, do preenchimento, ou verdade, representada por Pedro II de Portugal<sup>79</sup>.

Por fim, apresenta-se a terceira virtude, a piedade cristã. O sermão estabelece um paralelo entre o brasão de Portugal e a piedade, descrevendo todos os símbolos cristãos associados àquele. Também se listam todos os compromissos que um rei devia observar

---

<sup>76</sup> Idem, ibidem, fl.107.

<sup>77</sup> Idem, ibidem, fls.106-111.

<sup>78</sup> Idem, ibidem, fl.108.

<sup>79</sup> AUERBACH, Erich. **Figura**. Tradução de Duda Machado. São Paulo: Ática, 1997 [1994]; HANSEN, João Adolfo. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp.91-137.

para receber o título de pio, lembrando alguns lugares-comuns de sua vida que já apareceram nos funerais de Lisboa e Roma. Primeiro, fala-se da visita à ermida de Nossa Senhora das Necessidades, distante de Lisboa<sup>80</sup>, depois se comentam as penitências pessoais que o rei praticava, como o jejum, o uso do cilício e as disciplinas, além de dormir em uma tábua no chão<sup>81</sup>. O sermonista esclarece que essas últimas atitudes foram tomadas nos últimos anos da vida do rei. Por estarem presentes em todas as narrativas funerais, entende-se que houve uma franca divulgação das mortificações feitas pelo monarca a fim de comprovar a sua abnegação pessoal, exemplo de atitude cristã em busca de salvação. As virtudes de Pedro II seriam para ele as suas coroas – retomando metaforicamente a ideia de recusa da coroa por ocasião do golpe contra Afonso VI–, associando ainda o rei ora falecido à profecia do Apocalipse, na qual um rei de muitas coroas aparece nos céus, em mais uma alegoria de teólogos<sup>82</sup>.

Na peroração, na décima parte há um apelo sentimental maior para se encerrar o sermão. O processo da boa morte do rei é retomado, narrando-se brevemente algumas atitudes tomadas por este às vésperas de morrer. Estabelece-se aqui uma relação por similaridade com a narrativa vista no documento lisboeta, que narra em detalhes o processo de partida do rei. Mas não é possível dizer que houve uma leitura direta da obra, mesmo que haja indícios, pois os fatos narrados são muito genéricos, tendo em vista a adoção da *Ars Moriendi* como um protocolo fúnebre. De todo modo, na conclusão se assegura que o rei estaria em bom lugar após o seu falecimento, alcançando assim não só sua salvação, mas a de todo o reino.

---

<sup>80</sup> PITTA, Sebastião da Rocha, **Breve compendio...**, op. cit., fl.115.

<sup>81</sup> Idem, ibidem, fl.117.

<sup>82</sup> Idem, ibidem, fls.117-118; HANSEN, op. cit., pp.27-90.

Em linhas gerais, este sermão apresenta algumas características diferentes dos demais analisados. Há pouca relação entre o que foi falado —e está escrito— e o local em que teria sido proferido. Em Roma, por exemplo, em alguns momentos os sermonistas dialogam diretamente com o catafalco que se encontrava na igreja, fazendo referência a algumas imagens. No caso de Salvador da Bahia, o texto referencia pouco seu entorno ou comunidade, com breves comentários sobre a América portuguesa em conjunto. Talvez isso seja um sinal de que a ornamentação era simples o suficiente a ponto de não precisar ser explicada ao público presente. Mas também é possível que o texto escrito tenha sido grandemente produzido *a posteriori*, idealizando aquele momento e possibilitando assim a sua impressão.

Outro detalhe interessante, em perspectiva comparada, é a pouca presença de João V na retórica do pregador. Entre as dez partes em que se divide o sermão, apenas uma delas comenta sobre João V, ao tratá-lo como o segundo Sol que nasce após o ocaso do primeiro. Diferentemente de outros momentos das exéquias na Bahia, nos quais o novo rei assume uma importância um pouco maior, Domingos Ramos em seu sermão não parece se preocupar em louvar a figura do novo monarca entre os presentes. O foco completo em Pedro II permite fortalecer sua imagem póstuma na América portuguesa, talvez um tanto fragilizada ao longo de um reinado conturbado.

Por outro lado, em Roma os dois textos dão mais clareza da pluralidade de abordagens que a parenética possibilitava ao seu orador. O padre Antonio Bonucci preocupa-se mais em fortalecer paralelismos entre João V e seu pai falecido,

provavelmente atrelando a importância do evento fúnebre à inauguração do reinado do jovem príncipe. Já o padre Miguel Dias apresenta um sermão mais ancorado na garantia salvífica do rei e seu reino. As vozes destes padres, transferidas para a tinta das penas, evocam diferentes faces de um mesmo rei, relacionando sua morte com a questão que se julgava mais relevante. Seja pela sucessão do trono ou como um discurso de salvação, ambos os sermões encontram em Roma um espaço para repercutir, e depois nos impressos uma memória para circular. Portanto, os diferentes espaços e sociedades – para além das expectativas dos sermonistas e outros agentes– condicionavam o que era falado e depois escrito e impresso, em torno de um mesmo assunto, a morte do rei.

## **Considerações finais**

Eventos rituais públicos do passado são um campo de investigação dos mais ricos para os estudos históricos, pois eles podem ser analisados pela ótica da expressão cultural ou de um programa político, mas também pela maneira com que se guardava a memória daqueles. Tão importante quanto realizar o ritual, dar notícia sobre ele é um fator primordial para garantir o efeito almejado, e não apenas com uma repercussão imediata. Graças a esse esforço publicista, aliado ao colecionismo de certas figuras como Diogo Barbosa Machado, muitas fontes chegaram aos dias atuais. Para os estudos do império português, esses são vestígios de como um reino tão pequeno, por vezes até frágil, manteve-se como soberano de domínios tão vastos.

A cultura letrada, mais que os eventos em si, foi a chave para se compreender essa rede de informações e representações. Através da pena, do buril, da voz e da prensa, os relatos foram construídos, contendo não somente descrições, mas o peso das expectativas e o entorno de cada autor, artífice, orador ou leitor. Ao serem impressos e postos em circulação, esses textos se conectam a um mundo enorme e criam imagens sobre a diversidade desses ritos. O resultado dessas análises contribui para compreender o funcionamento desse império, também de papel.

Como foi mostrado ao longo dos capítulos, o estudo sobre a representação régia ainda rende abordagens que revelam as tessituras que formavam as redes do Antigo Regime português. As representações da morte de um rei, produzidas por meios diversos, também configuravam espaços de representação política, conforme a polissemia do termo. Não se tratam de simples homenagens a um governante falecido, mas da transformação de um rei morto em signo de memória e continuidade dinástica. De certa forma também, esses registros escritos e imagéticos eram uma janela de

oportunidade para os interessados valerem-se do evento como degrau para repercutirem obras e obterem assim os seus pleitos.

O *Rei*, transfigurado em tinta no papel por meio de escritos, imagens e orações fúnebres, funciona assim como um elemento de disputa narrativa. Habitualmente, há o esforço do próprio poder régio conseguinte em insistir em uma memória positiva e glorificadora do antecessor e seu reino, com exceções, como no caso de Afonso VI. Porém, em uma monarquia com vários poderes, existem polos relevantes além do núcleo capital, que também constroem suas memórias e buscam se fazer lembrar em um império com contornos difusos. Portanto, configuram-se duplas representações, ao mesmo tempo que se reconhece a importância dos reis (o morto e seu sucessor). Reforçam-se assim os vínculos de vassalagem, abrindo espaço também para a representação de pleitos locais, associados aos interesses de elites coloniais.

A figura do letrado Sebastião da Rocha Pita, muito comentada ao longo dos capítulos, é essencial para compreender essa dinâmica. O baiano, versado na linguagem da corte por conta do período que estudou em Portugal, torna-se porta-voz do grupo de principais que orbitavam a câmara da Cidade da Bahia. Seu pleito, porém, não se faz através de uma linguagem dura ou de barganha, mas de modo sofisticado, valendo-se de elogios, hipérboles e da insistência no merecimento de serem reconhecidos como vassalos valorosos.

Menos transparentes que os escritos em ultimatums ou após sedições –nos quais prevalece um discurso agressivo e mais direto–, os textos produzidos em um contexto onde não predominam tensões entre vassalos e a metrópole contêm informações veladas a serem exploradas. Pois estes indicam o funcionamento da dinâmica de comunicação e

representação em um império que passava por mudanças. Ao mesmo tempo que o jogo imperial estimulava a pena, a diplomacia também exigia esforços.

Em Roma, Pedro II deu rosto ao pleito português de figurar entre as grandes monarquias da Europa. Após uma longa crise no reino –talvez desde a partida de d. Sebastião, passando pelo domínio espanhol e a Guerra da Restauração– a dinastia de Bragança precisa legitimar-se frente a seus pares europeus, ao mesmo tempo que cumpria um papel na Guerra de Sucessão Espanhola. A sede do papado ainda era o espaço ideal de representação para o mundo católico, pois o corpo diplomático e os clérigos de múltiplas nacionalidades garantiam uma rede de informações com alta repercussão. Essa prática, aliás, marcaria o reinado de João V, que inaugurava com a morte de seu pai uma série de investidas diplomáticas junto ao papado.

O grande despendimento de recursos garantiu a produção de uma cerimônia suntuosa, mas não somente. A impressão de várias versões do texto, algumas com cópias das imagens, denota o interesse em divulgar além daquele momento, com uma circulação atingindo a posteridade. De certa maneira, o gasto no evento justificava-se na capacidade em torná-lo conhecido fora do reino e também em seu interior, mesmo com o funeral aparentemente mais simples ocorrido em Lisboa.

Em um cenário de guerra, compreende-se o pouco investimento em aparato cênico durante os rituais realizados por ocasião da morte do rei em Lisboa. Esse impresso parece ter mais preocupação em garantir a boa morte do rei a seus vassalos leitores do que de registrar o modo solene como procederam os ritos fúnebres. Na realidade, há indícios de que o escrito lisboeta embasou as outras narrativas memoriais elaboradas em honra ao rei Pedro II, como se vê pelas menções repetidas e o cruzamento de certas informações. Assim, é possível que o opúsculo de Lisboa tenha

mais a ver com uma prática protocolar de escrita necrológica, relacionada ao contexto de sua produção. Como visto, a figura quase oculta do secretário de Estado Tomás de Almeida não passa despercebida na narração das cenas relevantes e protocolos.

A morte de um soberano é um cenário de crise que abre oportunidades e perigos para aqueles que orbitam o poder. O novo rei, mesmo quando muito jovem, tem um papel importante nesse verdadeiro ato inaugural de seu reinado. Ter boa reputação neste momento é de suma importância para garantir o seu espaço de poder no governo que inicia. Para Tomás de Almeida o futuro seria generoso, pois em 1716 ele se tornaria o primeiro patriarca da Sé de Lisboa. Por sua vez, Rocha Pita seguiu cumprindo sua função de letrado da elite colonial e seria reconhecido como sócio supranumerário da Academia Real da História, além de publicar o doravante famoso livro *História da América portuguesa* em 1730.

Esses opúsculos circunstanciais também significam um período em que a comunicação escrita prevalecia sobre as demais, um processo incentivado pelo dinamismo sob o qual as informações precisavam correr em um mundo já conectado, mesmo precariamente. As imagens conferem maior valor às narrações, dialogando com o público nas cerimônias, mesmo sendo acompanhadas de textos explicativos.

Um olhar mais atento pode perceber certa lacuna, sobre a falta de comentários a respeito da recepção desses escritos. Em parte, foi possível identificar alguma correlação entre as fontes, que indicam a existência de um contato entre o texto lisboeta, importante para a confecção dos registros de Roma e Salvador. Contudo, não foi possível encontrar no cotejamento de outras fontes mais indicativos das recepções de leituras desses opúsculos, à exceção da bibliografia contemporânea. Fica-se assim com



os leitores implícitos em cada obra, evidenciados na análise e pela contextualização social de cada impresso.

A relação entre cultura escrita e cerimônias públicas segue como um importante campo de investigação nos estudos do império português no período moderno. A façanha portuguesa, de manter seu vasto império unido sob uma coroa trepidante, não deixa de ser interessante e ainda precisa ser melhor compreendida. Além disso, o afastamento das interpretações clássicas a respeito do processo de colonização permite compreender as dinâmicas de controle e subordinação entre as elites ultramarinas e o reino europeu a partir de um prisma diferente. O expediente de se utilizarem esses ritos como um instrumento de coesão interna no império se tornaria mais constante, sendo reproduzido muitas vezes ao longo do reinado de d. João V.

Ao analisar as transições monárquicas portuguesas com uma lente mais ampla, chama atenção que o reino foi acometido por situações críticas pelo menos desde a morte do rei d. Sebastião em 1578. Seja pela ausência de sucessor, ou pela incerteza sobre a capacidade do herdeiro em governar, passando por contextos de guerras e graves ameaças à soberania do reino, a morte dos reis portugueses durante este período envolveu de alguma forma a possibilidade de perda da autonomia de Portugal, fato que se concretizou durante o reinado dos Habsburgo.

O momento das exéquias de Pedro II chama atenção por ser o primeiro em anos a ocorrer dentro de um cenário de aparente normalidade. Comparando apenas com a dinastia dos Bragança, não havia a preocupação sobre a capacidade do sucessor — como aconteceu na sucessão de João IV para Afonso VI— e as cerimônias fúnebres poderiam ser conduzidas de maneira pública sem causar constrangimentos, diferentemente do que aconteceu após a morte de Afonso VI. Esse cenário de aparente

normalidade na condução das exéquias propiciou uma oportunidade política de utilizar a morte do soberano como um recurso de propagação da boa imagem dinástica, logo de apologia ao seu novo rei, o herdeiro.

Portanto, é importante pensar esses funerais como um laboratório não previsto para o que seria o reinado do Fidelíssimo dali em diante, como um verdadeiro ato inaugural. Desde Roma, onde a suntuosidade da decoração seria um anúncio do que estaria por vir nas embaixadas realizadas por esse rei. Sem enveredar por uma abordagem teleológica, sugere-se a construção de uma nova estética em curso, rompendo com a tradição funerária tipicamente ibérica, mas com origens na Borgonha, para a adoção de um modelo mais italiano e conectado ao que era valorizado na Europa ocidental coeva. Comparando-se os catafalcos produzidos em Salvador e Roma, percebe-se o primeiro mais relacionado arquitetonicamente com o produzido no funeral de d. João IV em Lisboa em 1656, além de dialogar mais diretamente com a forma como a Cidade da Bahia sentia a morte do soberano, atendendo à intenção de divulgar a fidelidade do povo da Bahia com seus reis. Enquanto o segundo, de arquitetura próxima aos catafalcos de outros soberanos europeus contemporâneos, aborda a morte a partir da memória do monarca, com intuito de representar seu alto valor moral, consagrando sua alma e por extensão a dignidade de seu reino. A forma romana de celebrar prevaleceria na arquitetura fúnebre portuguesa, inspirando a produção de cerimônias em honra a d. João V anos depois, por exemplo em Minas Gerais, nas exéquias deste soberano realizadas em São João del-Rei.

Contudo, a melhor fundamentação dessa hipótese exigiria certamente uma outra pesquisa, permanecendo como ensejo para futuros trabalhos.

## Fontes

BARBOSA MACHADO, Diogo. *Bibliotheca lusitana, histórica, critica e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da ley da graça até o tempo prezente.* Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1741 e 1747, tomo II e III.

BONUCCI, Antonio Maria. *Orazione nelle solenni esequie dela maest' del re' di Portogallo scritta in italiano e in portoghese da Antonio Maria bonucii dela Compagnia di Giesu e detta nel primo linguaggio dal medesimo nella Chiesa Nazionale di S. Antonio in Roma.* Roma: Stamparia di Antonio de' Rossi ala Piazza di Ceri, 1707.

BONUCCI, Antonio Maria. *Sermam nas exequias do Serenissimo Senhor Dom Pedro II. Rey de Portugal celebradas na Igreja de Santo Antonio da Nação Portuguesa em Roma no anno de 1707. Pelo Padre Antonio Maria Bonucci da Companhia de Jesus.* Roma: Officina de Antnio da Rosa, 1707.

CACERES FARIA, Leandro Dorea (Fernão Correia de Lacerda). *Catastrophe de Portugal na deposição d'el Rei D. Affonso o sexto.* Lisboa: Miguel Maneschal, 1669.

DIAS, Miguel. *Sermam nas exequias delrey nosso senhor Dom Pedro II que pregou o R. P. Miguel Dias da Companhia de Jesus, assistente pelas provincias de Portugal em Roma, na igreja de Santo Antonio da Nação Portuguesa no anno de 1707.* Roma: Officina de Antonio da Rosa, 1707.

*Documentos históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 7º volume (1700-1718).* Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1984

*FUNERAL, QUE SE CELEBROU NA REAL IGREJA DE S.TO ANTONIO DA NACÇÃO PORTUGUEZA EM ROMA. PELLA MORTE DO SERENISSIMO REY DE PORTUGAL DOM PEDRO II. AOS 13 DE SEPTEMBRO DE 1707.* Lisboa: Officina Antonio de Rossi, 1707.

GAMBOA, Egidio de. *ORAÇAM FUNERAL EM AS EXEQUIAS DO MUYTO ALTO, E Poderoso Rey de Portugal O SENHOR DOM PEDRO II. QUE CELEBROU O REAL CONVENTO DE Thomar da Ordem de Christo, OFFERECIDA AO EXCELLENTISSIMO SENHOR D. JOSEPH DE MENEZES, CONDE DE VIANNA, DOS CONCELHOS DE ESTADO, E Guerra, & do Despacho de Sua Magestade, Gentil homem de sua Camera, & seu Etribeyro mor, Comendador das Comendas de N. Senhora da Conceyção da Villa do Idanha a nova da Ordem de Christo, e da de N. Senhora do Loreto da Villa de Jeromenha da Ordem de S. Bento de Avis, & de ambas Alcayde mor, Senhor do Reguengo da Villa de Almada, & seu termo, do Prestimonio da Igreja de S. João de Covas de Villa Real.* Lisboa: Officina de Manoel e Joseph Lopes Ferreyra, 1707.

HORCH, Rosemarie Erika (org.). *Catálogo dos folhetos da coleção Barbosa Machado.* In: *Anais da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1972, v.92, 8 t.

MONTANHA, Clemente Rodrigues. *SERMAM NAS EXEQVIAS D'ELREY NOSSO SENHOR D. PEDRO II. QUE PREGOU O DOUTOR CLEMENTE RODRIGUES MONTANHA, Freyre Conventual da Ordem Militar de Santiago, & Prior da Matriz de S. Juliaão de Setuval Na Misericórdia da mesma Villa, em 17. de Janeyro, Anno de 1707.* Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1707.

*NOTÍCIAS Da doença, morte, e funeral Do muyto Alto, e Muyto Poderoso Principe D. PEDRO II. De boa memoria, Rey de Portugal, nosso Senhor, que oferecem, e dedicam À Serenissima Senhora D. FRANCISCA JOSEPHA INFANTE DE PORTUGAL.* Lisboa: Antonio Pedrozo Galraão, 1707.

OLIVEIRA, José de. *SERMAM PRE'GADO NAS EXEQUIAS DO SERENÍSSIMO SENHOR D. PEDRO II. REY DE PORTUGAL, QUE SE CELEBRA'RAM NA SANTA, E Real Casa da Misericórdia da Cidade de Lisboa em sete de Fevreyro de 1707. PELO ILLUSTRÍSSIMO SENHOR D. Fr. JOSEPH DE OLIVEYRA. Bispo que foy de Angola, Religioso dos Eremitas de Santo Agostinho, do Conselho de Sua Magestade.* Lisboa: Officina de Miguel Manescal, 1707.

PITTA, Sebastião da Rocha. *Breve Compêndio e narração do fúnebre espetáculo, que na insigne Cidade da Bahia cabeça da América portuguesa, se viu na morte de El Rei d. Pedro II, de gloriosa memória, S. N. Oferecido à Majestade do Sereníssimo Senhor Dom João V, Rei de Portugal.* Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1709.

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa desde o anno de mil e quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro.* Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1730.

*Relação summaria do funeral, que se fez no Real Palacio de Cintra ao serenissimo rey de Portugal d. Affonso VI, e de como foy conduzido o seu cadaver em 20 de setembro de 1683 ao Real Convento de Belém, onde jaz sepultado.* [S.L., S.N.]

SALGUEIRO, Francisco. *SERMAM DAS EXEQUIAS DO SERENÍSSIMO SENHOR REY D. PEDRO II. DE GLORIOSA MEMÓRIA, Que na Se da Cidade de Évora celebrou de Pontifical o Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor Arcebispo D. SIMAM DA GAMA do seu Conselho de Estado, e Sumilher da Cortina. Pregou-o O M. R. P. D. FRANCISCO SALGUEYRO da Companhia de JESUS, Lente da Sagrada Escripura na Universidade da mesma Cidade em 21. de Janeyro deste presente Anno de 1707.* Evora: Officina da Universidade, 1707.

SÃO BERNARDO, Francisco de. *Oração funebre nas exequias reaes da Sereníssima Magestade de muyto Alto, e Poderoso Rey de Portugal Dom Pedro II, celebradas na Real Igreja da Conceição da Cidade de Lisboa pelos Cavalleyros da Ordem de Christo da qual foy S. Magestade Grão Mestre. Oferecida ao eminentíssimo Senhor Dom Miguel Angelo Conti Arcebispo de Tarzo dos Duques e Principes de Polí e Guadagnoli e Nuncio Apostólico nestes Reynos e Cardial da S. I. R.* Lisboa: Officina de Manoel e Joseph Lopes Ferreyra. 1707.

SÃO TOMÁS, Francisco de. *Oração Funebre na luctuosa morte del-rey Dom Pedro II, nosso Senhor. Escreveu-a OP. M. Francisco de Santo Thomas, Conigo Secular da Congregação de s. João Evāgelista, Lente que foy de Theologia Moral, e ao presente Lete de Artes no seu Collegio de Santa Cruz da Cidade de Lamego. Offerecida ao Reverendissimo P. M. Francisco de Santa Maria, rector geral da mesma congregação do Evangelista, Mestre jubilado na sagrada teologia, qualificador do São Officio, examinador das Ordens Militares, Protonotario Apostolico e chronista da mesma Congregação*. Lisboa: Officina de Manoel e Joseph Lopes Ferreyra, 1707.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. v. 2. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.

VALESIO, Francesco. *Diario di Roma*, ed. Gaetano Scano. Milano: Longanesi, 1978, Vol. III.

## Bibliografia

- AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do. *Desavenças: poesia, poder e melancolia nas obras do doutor Francisco de Sá de Miranda*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese (Doutorado em História Social), 2007.
- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*. Lisboa: Ed. Notícias, 1997.
- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. Morte, memória e piedade barroca. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n. 11, 1989, p.129-173.
- ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2014 [1977].
- AUERBACH, Erich. *Figura*. Tradução de Duda Machado. São Paulo: Ática, 1997 [1994].
- BELO, André. *Morte e ficção do rei dom Sebastião*. São Paulo: Tinta da China, 2023.
- BERTELLI, Sergio. *Il corpo del re. Sacralità del potere nell'Europa medievale e moderna*. Firenze: Ponte Alle Grazie, 1995 [1990].
- BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. & FRAGOSO, João (orgs.). *Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1924].
- BODART, Diane H. Philippe V ou Charles III? La guerre des portraits à Rome et dans les royaumes italiens de la couronne d'Espagne. In: ÁLVAREZ-OSSORIO, Antonio; GARCÍA GARCÍA, Bernardo J.; LEÓN, Virginia. *La perdida de Europa: La guerra de Sucesión por la monarquía de España*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2007, pp.99-132.
- BOUREAU, Alain. *Histoires d'un Historien Kantorowicz*. Paris: Gallimard, 1990.
- BOUREAU, Alain. *Le simple corps du roi. L'impossible sacralité des souverains français XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Les Éditions de Paris, 1988.
- BOUZA, Fernando, Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII, tradução de Ângela Barreto Xavier. *Cultura*, Lisboa, n. 14, 2002, pp.105-171.
- BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Akal, 1997.
- BOUZA, Fernando. *Imagen y Propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

- BOUZA, Fernando. *Palabra e imagen en la corte: cultura oral y visual de la nobleza en el Siglo de Oro*. Madrid: Abada Editores, 2003.
- BRAGA, Paulo Drumond. *D. Pedro II. Uma Biografia*. Lisboa: Tribuna da História, 2006.
- BUESCU, Ana Isabel. A morte do rei. Tumulização e cerimónias de trasladação dos reais corpos (1499-1582). *Ler História* [online], 60, 2011, pp.9-33.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017 [2001].
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas – o século XVIII, *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, 1987, p. 3-24.
- CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais do governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos. In: *Tempo*, Niterói, vol.7, n.13, pp.13-57.
- CARDIM, Pedro. La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVI-XVII). In: SABATINI, Gaetano (org.). *Comprendere le monarchie iberiche: Risorse materiali e rappresentazione del potere*. Roma: Viella, 2010, pp.37-72.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- CHARTIER, Roger. La representación regia: entre mostrar y mediar. In: BOUZA, Fernando. *Imagen y Propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, 1991, pp. 184-185.
- COSTA, André da Silva. *Os secretários e o estado do rei: luta de corte e poder político: sécs. XVI-XVII*. Lisboa: Universidade de Lisboa, dissertação (mestrado em História), 2008,
- COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora Unicamp, 2009
- CYMBALISTA, Renato. *Sangue, ossos e terras. Os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro séculos XVI e XVII*. São Paulo: Alameda, 2011.
- DANTAS, Vinicius Orlando de Carvalho, *O conde de Castelo Melhor: valimento e razão de estado no Portugal seiscentista (1640-1667)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

*Diccionario de la lengua espanõla*. Disponível em: <https://dle.rae.es>

*Dicionário Houaiss*. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br>

*Dizionario Biografico degli Italiani*, v. 12. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1970.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1969].

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [1939], 2 vs.

EUSÉBIO, Fátima. Para uma pedagogia de mensagem da morte: a produção artística dos séculos XIV ao XVII. In: *Mathesis*, Viseu, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Letras, n.º 8, 1999, pp.273-296.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Antônio Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassalos aborrecidos (notas a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732). In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. (orgs.). *Retratos do império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006, pp.187-203.

FRAGA, Joana e SARA, Ceia. *Os rituais públicos no império português*. Publico. Lisboa: Publico- Comunicação Social, 2021, p. 47-55. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/02/28/politica/noticia/rituais-publicos-imperio-portugues-1951994>.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na Trama das Redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010,

FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

FUMAROLI, Marc. *L'ge de l'éloquence: rhétorique et «res literaria» de la renaissance au seuil de l'époque classique*. Genève: Librairie Droz, 2009 [1980].

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, vol.12, n.23, 2011, pp.66-83.

GIESEY, Ralph E. *Le roi ne meurt jamais. Les obsèques royales dans la France de la Renaissance*. Traduction de Dominique Ebnöther. Paris: Flammarion, 1987 [1954].

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1998].

GOMBRICH, Ernst Hans Josef. *A história da arte*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal – séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. Fazer um império com palavras. In: XAVIER, Ângela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira da (orgs.). *O governo dos outros: poder e diferença no império português*. Lisboa: ICS, 2016, pp.67-100.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de Isidoro Bilkstein e José Paulo Dias. São Paulo: Cultrix, 1969 [1960]

JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.) *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, 2 vs.

JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.) *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*, vol. I e II. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei. Um estudo de teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KRAUSE, Thiago. *Formação de uma nobreza ultramarina: coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LE ROY LADURIE, Emanuel. *Saint-Simon ou o sistema da corte*. Tradução de Sérgio Guimarães. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. *Iustitiam Dare: a gestão da monarquia pluricontinental. Conselhos superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia pluricontinental portuguesa (1640-1668)*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations e em História Social), 2014.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal. *D. Pedro II. O Pacífico*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

- MAHÍQUES, Rafael García. *Iconografía e iconología vol. I: La historia del arte como historia cultural*. Madrid: Encuentro, 2008.
- MAHÍQUES, Rafael García. *Iconografía e iconología vol. II: Cuestiones de método*. Madrid: Encuentro, 2008.
- MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- MARTÍN MARCOS, David. Beyond policy: shaping the image of John V of Portugal in Rome. In: CORREDOIRA, Pilar Diez del Corral. *Politics and the Arts in Lisbon and Rome: the Roman dream of John V of Portugal*. Liverpool: Liverpool University Press, 2019, pp.17-41.
- MARTÍN MARCOS, David. *El papado y la Guerra de Sucesión española (1697-1717)*. Tese de Doutorado em História, Universidad de Valladolid, Valladolid, 2011.
- MARTÍN MARCOS, David. *Península de recelos. Portugal y España, 1668-1715*. Madrid: Marcial Pons, 2014.
- MARTÍN MARCOS, David. *People of the Iberian Bordelands. Community and conflict between Spain and Portugal, 1640-1715*. New York; London: Routledge, 2023.
- MARTÍN MARCOS, David. Portugal na Guerra de sucessão da Espanha (conversa com Rodrigo Bentes Monteiro); In: CALAINHO, Daniela Buono; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs). *Justiças e fracassos em xeque : método e pesquisa em conversas de historiadores*. Cantagalo: Editora Cantagalo, 2023, pp.239-253.
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- MATOS, Gastão de Melo, A Anticatatrophe estudo crítico. Separata do 2º volume do Arquivo Histórico de Portugal. Lisboa: s.n., 1935.
- MATTOSO, José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- McKENZIE, Donald F.. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018 [1998].
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.
- MENDES, Margarida Vieira. *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- MIRANDA, Marcella; MEGIANI, Ana Paula. *Cultura Política e Artes de Governar na Época Moderna. Séculos XVI-XVIII*. Porto, Editora Cravo, 2022.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). *Modernos em curso: escritos e imagens no tempo*. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2022.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes, *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Crítica monumental. In: *Tempo*, Niterói, nº19, 2006, pp.201-205.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O código endiabrado: da sublevação nas Minas em 1720*. Niterói: Eduff, 2023

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Recortes de memória: reis e príncipes na coleção Barbosa Machado. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Babbista e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp.127-154.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *A ordem de um tempo: folhetos na coleção Barbosa machado*. *Topoi*, vol. 8, n. 14, p.77-113, 2007.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela Buono; FLORES, Jorge (orgs.). *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

PAIVA, José Pedro. A Igreja e o poder. In: MARQUES, João Francisco; GOUVEIA, António Camões (orgs.). *História religiosa de Portugal. Humanismos e reformas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, v.2, pp.158-163.

PALOS, Joan, INVERNIZZI e Diana Carrio (orgs.). *La historia imaginada. Construcciones visuales del pasado em la edad moderna*. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2008.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Tradução Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991 [1955].

PÉCORA, Alcir. Introdução, Sermões: a pragmática do mistério. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões: Padre Antônio Vieira, Tomo 2*. Org: Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001.

PÉCORA, Alcir. Introdução, Sermões: o modelo sacramental. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões: padre Antônio Vieira, Tomo 1*. Org: Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld. Gonzaga, Silva Avarenga e Bocage*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2018 [2001].

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1994.

PELOSO, Silvano. *Antonio Vieira e l'impero universale: la Clavis prophetarum e i documenti inquisitoriali*. Roma: Sette Città, 2005

PEREIRA, João Castel-Branco (org.). *Arte efêmera em Portugal*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 2000.

PIMENTEL, António Filipe. Um patriarca em Lamego: D. Tomás de Almeida. In: SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa. *Espaço, poder e memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Lisboa: CEHR-UCP, 2013, pp.143-182.

PINHEIRO, Andréa de Souza; VON HELDE, Rosângela Rocha; PEREIRA, Sílvia Fernandes (orgs.). *Glossário ilustrado de livros raros e acervos de memória*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2023.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves; CARVALHO, José Adriano de. *História crítica da literatura portuguesa vol III: maneirismo e barroco*. Lisboa: Verbo, 2001.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POLLEROß. Friedrich. Carlo Fontana e i rappresentanti imperiali a Roma. In: BONACCORSO, Giuseppe et al. *Carlo Fontana 1638-1714 celebrato architetto*. Roma: Atti dell'Accademia Nazionale di San Luca, 2017, pp.223-232.

PRODI, Paolo. *El soberano pontífice: un cuerpo y dos almas: la monarquía papal en la primera Edad Moderna*. Traducción de Eduard Juncosa i Bonet. Madrid: Akal, 2010 [1982]

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capitais e territórios nas Monarquias europeias dos séculos XVI-XVII. *Penélope*, n. 6, 1991.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo - Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REY, Alain (org.). *Le Robert. Dictionnaire Historique de la Langue Française*. Paris: Le Robert, 2000, v.3.

RIBEIRO, Marília de Azambuja. Solenização da morte, arquitetura efêmera e cultura emblemática nas exéquias de D. Pedro II de Portugal celebradas em Salvador da Bahia em 1707. In: OLIVEIRA, Carla Mary e HONOR, André Cabral (orgs.). *O Barroco na América portuguesa*. Sevilla: Enredars Publicaciones, 2019, pp.118-132.

RIBEIRO, Marília de Azambuja; SANTOS Luísa Ximenes. Um espelho para o novo monarca: retórica e política nas exéquias reais celebradas na cidade de Salvador em 1707 (um excuro histórico). In: DECKMANN, Eliane Cristina Fleck, DILLMANN, Mauro (orgs.). *Escritas e leituras: temas, fontes e objetos na Iberoamérica séculos XVI-XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, pp.358-380.

ROSA, Cristina. I compagni dell'ultimo viaggio: i funerali solenni di D. Pedro II e D. João V a Roma. In: DE CAPRIO, Vincenzo (org.). *Compagni di viaggio*. Viterbo: Sette Città, 2008, pp.161-186.

SCHWARTZ, Stuart B. e PÉCORA, Alcir (orgs.), *As excelências do governador. O panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (orgs.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SENEILLART, Michel. *As artes de governar. Do regimen medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Editora 34, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *D. João V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

SILVA, Vítor Aguiar e (org.). *Dicionário de Luís de Camões*. São Paulo: Leya, 2011.

SINKEVISQUE, Eduardo. Sebastião da Rocha Pita. In: VARELLA, Flávia; OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. (orgs.). *História e historiadores no Brasil: da América portuguesa ao Império do Brasil – c.1730-1860*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2015, pp.17-42.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1978].

SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SKINNER, Quentin. *Uma genealogia do Estado moderno*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

SKINNER, Quentin. *Visions of politics. Regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 [2002], v. 1.

SOBRAL, Luciana Onety Da Gama. *A morte como escola: a presença da pedagogia de bem morrer na Cidade da Bahia (ca. 1640 – 1759)*. Salvador: UFBA, Dissertação (Mestrado em História Social), 2014.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOUSA, Avanete Pereira. A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo (orgs.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: Editora da UFBA; Lisboa: CHAM, 2016, pp.99-125.

SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo R (orgs.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: EDUFBA; Lisboa: CHAM, 2016.

TETTI, Barbara. Carlo Fontana e i sistemi costruttivi per gli apparati effimeri. Il catafalco di Pedro II in Sant'Antonio dei Portoghesi. In: BONACCORSO, Giuseppe et al. (orgs.). *Carlo Fontana 1638-1714 celebrato architetto*. Roma: Atti dell'Accademia Nazionale di San Luca, 2017, pp. 350-357.

THOFNER, Margit. Funerales apropiados para los duques de Borgonha. Las obsequias celebradas en Bruselas para el emperador Carlos V (1558) y el archiduque Alberto (1622). In: JONGE, Krista De; GARCÍA GARCÍA, Bernardo; ESTRÍNGANA, Alicia Esteban (orgs.). *El legado de Borgoña. Fiesta y ceremonia cortesana en la Europa de los Austrias (1454-1648)*. Madrid: Marcial Pons, 2010, pp.653-672.

VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VARELA, Javier. *La muerte del rey. El ceremonial funerario de la monarquía española (1500-1885)*. Madrid: Turner, 1990.

VARELLA, Flávia; OLIVEIRA, Maria da Glória de e GONTIJO, Rebeca. (orgs.). *História e historiadores no Brasil: da América portuguesa ao Império do Brasil – c.1730-1860*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2015.

VOVELLE, Michel. *La mort en Occident de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983.

XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro. *D. Afonso VI*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. Tradução de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1987].